

Maria Sueli de Oliveira Pires

Luiz Carlos de Assis Rocha

Organizadores

Revista de Estudos de LÍNGUA PORTUGUESA

ANO II - VOL. I

**Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Letras Vernáculas**

Belo Horizonte - 1983

MARIA SUELI DE OLIVEIRA PIRES
LUIZ CARLOS DE ASSIS ROCHA
ORGANIZADORES

Revista de Estudos de
LÍNGUA PORTUGUESA

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
Departamento de Letras Vernáculas

ANO II - VOL. I - 1983

Belo Horizonte - MG - Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Centenário de SOUSA DA SILVEIRA	
Aires da Mata Machado Filho	9
Arcaísmos Léxicos da Região de Turmalina	
Carolina do Socorro Antunes Santos — Fale/UFMG	13
Criação Lexical: Processos Produtivos no Português Contemporâneo	
Luiz Carlos de Assis Rocha — Fale/UFMG	29
Leitura Crítica de MARIO BARRETO: Através do Dicionário e da Gramática	
Maria da Graça Ferreira Costa Val — Fale/UFMG	57
A Distribuição dos Advérbios de Modo em «-mente»	
Maria Elizabeth Fonseca Saraiva — Fale/UFMG	76
A Inovação Lingüística em Lygia Bojunga Nunes	
Maria Antonieta Antunes Cunha — Fale/UFMG	94
Usos Lingüísticos em Crônicas de Carlos Drummond de Andrade	
Marlene Machado Zica Vianna — Fale/UFMG	107
INFORMATIVO	123

Apresentação

É com grata satisfação que estamos lançando o segundo número da REVISTA DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA. Essa satisfação é justificada pela acolhida favorável que teve o primeiro número da REVISTA e, principalmente, pela solicitude com que os colegas de Setor atenderam o convite para prestarem a sua colaboração.

Estão aqui reunidas contribuições variadas de professores do Setor de Língua Portuguesa. Esperamos que a publicação constante de trabalhos desse tipo contribua, de uma maneira ou de outra, para a fixação de áreas prioritárias de pesquisa em nossa disciplina. Esperamos também que professores e pesquisadores não vinculados ao Setor apresentem a sua colaboração para os próximos números.

Através desta REVISTA, estamos promovendo uma homenagem especial ao Prof. Sousa da Silveira, cujo centenário de nascimento transcorre este ano. Para tanto, estamos contando com a colaboração de outro grande Mestre da Língua Portuguesa, o Prof. Aires da Mata Machado Filho, a quem agradecemos.

Finalmente, uma palavra de gratidão a dois incentivadores constantes de nosso trabalho: Prof. Johnny José Mafra, Diretor da Faculdade de Letras e Prof^o Clara Grimaldi Eleazaro, Chefe do Departamento de Letras Vernáculas.

Centenário de SOUSA DA SILVEIRA

AIRES DA MATA MACHADO FILHO

Formação, convicção e pendores de filólogo tinham de impor a Sousa da Silveira a missão de preconizar e defender a Reforma Ortográfica Portuguesa de 1911. O interesse pela palavra viva proviria de Gonçalves Viana, cujos trabalhos inauguraram o tratamento científico da escrita portuguesa e serviram de base ao sistema que, elaborado pela nata da filologia desse tempo, o teve como relator, capaz de transigir em alguns pontos. Lendo-o, verificou o filólogo brasileiro que a tradição ortográfica da língua é a balbúrdia e que a grafia etimológica possível está na simplificação fonética.

Etimológica, sim. A palavra não é, primordialmente, conjunto de sinais visíveis. A origem não se atesta através de símbolos convencionais de vária pronúnciação, mas mediante a evolução documentada dos fonemas, determinada pelas tendências inscritas no sistema fonológico do idioma. Etimológica é a grafia *fruta*, nunca a que inculca o *c* mudo antes do *t*, em memória da imagem visual do latim *fructa*. O que levou à representação atual foi a vocalização do *c*, donde *fruita*, que o povo conserva dialetalmente, e a posterior monotongação em *fruta*. As geminadas, em português, carecem de sentido, pois deixaram de corresponder à realidade sonora, existente em latim. A prova é que o teimoso em conservá-la no pronome reto da terceira pessoa, em respeito ao perfil do étimo *ille*, jamais dobra o *p* em estopa, por exemplo, em atenção ao latim *stuppa*.

Nem a doutrina, nem a exemplificação lograram convencer os filólogos menos lidos e os literatos desinformados, que se apegavam ao esteticismo, falsamente estribado na origem, ou se refugiavam, simplesmente, no comodismo, inimigo de mudanças. Entre nós, dos

lingüistas de primeira plana, só desaceitou a reforma, inexplicavelmente, o grande sintaxicólogo Manuel Said Ali. Os outros, Antenor Nascentes, José Oiticica, Silva Ramos, Mário Barreto, Otoniel Mota ensinaram a nova escrita, na cátedra e na imprensa, praticaram-na nos seus livros didáticos ou incluídos na divulgação de alto nível.

Seguiram-na escritores como Afrânio Peixoto, Eduardo Frieiro, Amadeu Amaral. Esse não trepidou em empregá-la na obra com que fundou a *Dialetologia Brasileira*, *O Dialeto Caipira*, em 1920.

Em recensão que lhe dedicou, Sousa da Silveira não deixou de frisar tal circunstância, mostrando como se realizava plenamente o propósito de aplicação à língua, em todas as fases e em todos os lugares onde se fala. Ainda assim, o mestre viu-se obrigado a travar polémicas com os recalitrantes.

Escapava-lhes que a escrita, em todos os idiomas, não passa de forma de compromisso, nunca alcança reproduzir a pronúncia, com exatidão absoluta. Nem pretende fazê-lo a reforma de 1911. Se o tivesse em mira, revelar-se-ia inexequível, não no Brasil, como em geral se pensava, mas no português da Europa. Justamente para se aplicar às duas modalidades da língua, não buliu no vocalismo, que é pobre em Portugal e rico entre nós. Se a representação fosse rigorosamente sônica, deixaria de servir em vocábulos como **perfeito**, **cantar**, **Boléo**, com as pronúncias p'rfaito, cantare, Buléu, em Portugal. Daria certo precisamente no Brasil onde todas as vogais se proferem. **Cantar**, aliás, corresponde também às exigências dos nordestinos que, mesmo nas classes cultas, costumam elidir o r final nos infinitivos. Acrescente-se que o *Vocabulário de Gonçalves Viana* consigna, em pé de igualdade *quere* e *quer* (do verbo *querer*), em atenção ao bom uso no Brasil. É que, ortografia é uma coisa e pronúncia outra, muito diferente, conforme não se cansou de mostrar e demonstrar Sousa da Silveira.

Com o mesmo espírito, era-lhe indiferente o acento agudo ou circunflexo em nasais acentuáveis, como em **tônico** e **Antônio**. Aparecem o fechado e o aberto, tanto em Portugal como no Brasil. A notação léxica, costumava explicar, não marca distinção de timbre, mas exclusivamente a tonicidade. Nem lhe custava manter as consoantes mudas que, no Português da Europa, influem na pronúncia de vogal anterior como em **acção** e **director** (**ação** e **diretor**). Poderiam manter-se tais consoantes, sem influírem na pronúncia, neste lado do

Atlântico. Se o tivessem ouvido ter-se-iam evitado mudanças sucessivas, de repercussão pedagógica inegavelmente prejudicial, e chegaria à completa unidade ortográfica, aqui e em Portugal, tal como se verifica em todos os países de fala espanhola, sem tolher nem contrariar a natural diferenciação idiomática.

Quando irrompeu a revolução de 30, o escritor Humberto de Campos, então Deputado e acadêmico, tinha apresentado projeto que ressuscitava o sistema sônico da Academia Brasileira de Letras que, em 1907, foi apresentado por Medeiros e Albuquerque, com adesão de João Ribeiro e do próprio Machado de Assis. O seu principal autor tinha como ponto de honra, por serôdia lusofobia, ignorar a existência dos trabalhos de Gonçalves Viana. Não pegou, nem pegaria, enquanto estivesse nas mãos de Sousa da Silveira e de outros mestres.

Em memorável inquérito, quis ouvi-lo o Correio da Manhã. Deu resposta favorável ao sistema resultante da reforma de 1911 que, ao contrário da acadêmica de 1907, menosprezadora de Portugal, levou em conta o caso do Brasil. Na mesma ordem de idéias, pronunciou-se a grande maioria dos filólogos entrevistados, apenas sugerindo leves alterações. E, como essa tendência se afigurava *capitis diminutio* para a Casa de Machado de Assis, consoante a observação do acadêmico Gustavo Barroso, cogitou-se do acordo ortográfico luso-brasileiro que, estribado em convenção internacional, foi adotado oficialmente em lei de 30 de abril de 1931.

Em consequência, Portugal teve de aceitar as mudanças propostas pelo Brasil, todas para pior, como não tardou em denunciar Sousa da Silveira.

A correção só veio em 1940, com o Vocabulário Ortográfico português, orientado pelo humanista Rebelo Gonçalves e com o Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras, de 1943, que nele se baseou. Tornou-se definitiva a unidade com a ratificação do acordo ortográfico, que encareceu a conveniência de se entregar o assunto à autoridade inconcussa das duas academias, o que tornou realizável a unificação possível, a essa altura, quando se procedeu à simplificação da acentuação gráfica em 1971, já estabelecida em Portugal. Sousa da Silveira não pôde alcançá-la, pois faleceu em 1967.

Entrementes, a Constituição de 1934 tinha erigido a Carta Magna de 1891 em código ortográfico para se chegar, subrepticamente, à volta do complicado e anticientífico sistema usual ou misto. Sousa da Silveira, que só a custo havia tolerado a grafia resultante do pri-

meio acordo, e que, juntamente com a diligência de Antenor Nascidos, contribuiu, pela imprensa, para sua emenda, enfileirou-se entre os filólogos brasileiros, que protestaram contra o inadmissível regresso. E a verdade é que, não se achasse à frente do Ministério da Educação político da formação e da cultura de Gustavo Capanema, e muito outro teria sido o resultado dos esforços empreendidos.

Só o papel de Sousa da Silveira na preservação da simplificação ortográfica científica, que ao cabo prevaleceu, bastaria para justificar a comemoração do centenário do seu nascimento. E fez mais, muito mais. Imprimiu novo rumo ao ensino da língua, preconizando se fizesse a partir dos textos escritos, tanto nas Lições de Português de 1923 e nos Trechos Seletos de 1919, seu complemento prático, e ainda em Instruções Metodológicas Oficiais, da sua autoria, as quais urge serem retomadas. Inaugurou, no Brasil, a Crítica Textual, desde a edição de Casimiro de Abreu, de 1940, até as que foram reunidas no volume **Textos Quinhentistas**. Foi o primeiro em chamar atenção para o alcance da Fonética Sintática, em volume desse título aparecido em 1952.

Como poucos, soube formar discípulos, que lhe continuam e divulgam as idéias lingüísticas, fruto da inclinação científica de quem primeiro estudou engenharia civil, aliado ao bom gosto literário e ao senso histórico de humanista exemplar. Mestre, como os que mais o foram.

Arcaísmos Léxicos da Região de Turmalina

CAROLINA DO SOCORRO ANTUNES SANTOS

I — INTRODUÇÃO

Dois motivos estimularam a escolha e o desenvolvimento deste trabalho. O primeiro diz respeito ao interesse que os estudos dialetológicos sempre me despertam; o segundo, de certa forma, integra o primeiro, pois que representa uma tentativa de aprendizagem de pesquisa no terreno dialetal.

Dentre as várias palavras coletadas para a realização desta atividade, foram escolhidas as que se seguem, pelo simples fato de serem as mais freqüentemente ouvidas em Turmalina, pequena localidade do Vale do Jequitinhonha, onde fiz a minha pesquisa. Os seus falantes (informantes), segundo Ada Natal Rodrigues, em *O Dialeto Caipira na Região de Piracicaba*, se enquadram em todas (ou quase todas) as normas consagradas em pesquisas dialetais, ou seja:

- a) estão dentro de faixas etárias acima de 25 anos;
- b) são naturais da região e lá residem;
- c) são analfabetos ou têm o curso primário incompleto;
- d) quase não viajam.

Para constatação e esclarecimento acerca destes vocábulos, foram ouvidos quatro informantes (dois deles também usuários de alguns dos termos selecionados) residentes na zona urbana, mas que têm um convívio bem sugestivo com o povo da zona rural. São eles: um médico nascido em Turmalina e que lá clinica desde 1945; um sitiante que também é secretário da Prefeitura Municipal; uma ex-costureira da gente rural, mas que com ela ainda mantém contatos de amizade, e uma senhora de 70 anos, tida como possuidora de memória privilegiada e considerada hábil contadora de histórias do tempo antigo.

Nesse trabalho, o estudo em questão poderá, inegavelmente, ser rotulado de breve e simples. A maneira de dicionário, farei a apresentação da palavra, identificando-a segundo a sua classe e, em seguida, indicarei a sua significação, enfatizando, evidentemente, o(s) sentido(s) em que ela é usada na região. Por último farei a análise da formação da palavra, tendo em vista as considerações expostas no item II.

II — CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS

Não é meu objetivo apresentar um estudo prolongado dos processos de formação de palavras em português. A sua abordagem aqui se deve unicamente à necessidade de um estabelecimento de pontos de vista sobre os referidos processos, uma vez que os nossos gramáticos nem sempre estão assentes em relação a alguns aspectos dos mesmos.

Assim, Gladstone Chaves de Melo¹ indica três processos de formação de palavras: **derivação**, **composição** e **mudança de classe**. A essência do primeiro é a **filiação** (a qual se encontra na relação de parentesco entre o derivado e o derivante) e, da segunda, é a **combinação**, conforme constatamos pela sua definição de **composição**, como o processo pelo qual se juntam dois ou mais vocábulos de vida autônoma na língua, adquirindo o composto um sentido novo em relação a seus componentes.

Celso Pedro Luft² apresenta apenas dois processos de formação de palavras: **derivação**, em que se joga apenas com uma palavra; e **composição**, quando se combinam dois ou mais elementos. O processo **mudança de classe** é relacionado como **derivação imprópria**, de acordo com «alguns autores», conforme diz Luft, que vê esse processo «distinto dos enumerados, semântico, e não morfológico (não joga com afixos)».

Aspectos de discordância entre os autores, relativos à natureza do prefixo, também podem ser levantados. Saïd Ali, em **GRAMÁTICA HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA**, comenta a não demarcação da fronteira **derivação prefixal / composição**, porém coloca os prefixos entre os elementos da derivação. Assim também Celso Cunha,³ que argumenta sua posição com as palavras: «tanto os prefixos como os sufixos formam uma relação de sentido com o radical derivante, processo distinto da composição, que forma palavras, em geral dissociadas pelo sentido dos radicais componentes».

Já Mattoso Câmara, em **PRINCIPIOS DE LINGUÍSTICA GERAL**, chama os prefixos de semantemas subsidiários que se agrupam a um semantema principal. O autor esclarece melhor ainda a sua posição acatando uma antiga norma das nossas gramáticas, que separa o estudo dos sufixos do dos prefixos, sendo os últimos considerados elementos de composição.

Citarei apenas mais um aspecto que, no estudo dos processos de formação de palavras, poderia ser revisto: as formas de derivação com sufixos e prefixos. Digo formas por considerar diferente a agregação dos afixos em palavras como **infelicidade**, **felizmente**, de um lado, e **embarcadouro**, **abastecer**, de outro. Nesta última relação ocorre a **parassíntese** ou formação parassintética (agregação simultânea do prefixo e do sufixo), não reconhecida pela N.G.B.

Considerando as palavras que estudarei a seguir, creio necessário o esclarecimento, como já disse anteriormente, de alguns pontos relativos aos processos de formação de palavras que adotarei nesta análise. Tais pontos poderão ser deduzidos do quadro abaixo:

1. Composição

- 1.1. Aglutinação (composição perfeita)
- 1.2. Justaposição (composição imperfeita)

2. Derivação

- 2.1. Prefixal
- 2.2. Sufixal
- 2.3. Prefixal e Sufixal
- 2.4. Parassíntese
- 2.5. Imprópria ⁴
- 2.6. Regressiva

A este quadro tradicional, acrescentarei o item

- 2.7. derivação por redução,⁵ em que se incluem categorias de palavras (não verbos) que sofrem redução, sendo que isso não implica mudança de classe. É o caso dos exemplos:

pneu (por pneumático),
cine (por cinematógrafo),
Sandra (por Alessandra),
portuga (por português),
Mi (por Milena),
Tine (por Cristine), etc.

Trata-se de um processo diferente da derivação regressiva, que implica resultado de ação e através da qual ocorre uma nova categoria, os deverbais. Exemplos:

falta (de faltar),
gasto (de gastar),
consumo (de consumir), etc.

III — BREVE ESTUDO DAS PALAVAS

— A —

- 1) **Arco-da-velha**: substantivo masculino. O mesmo que arco-íris. Indica também casos espantosos ou coisas inverossímeis: «Foi uma coisa do arco-da-velha».

Além de dois sentidos citados, mas, com um sentido relacionado ao segundo acima mencionado, em Turmalina, o termo refere-se ainda à pessoa (criança especialmente) impossível, traquinas, capaz de realização surpreendente: «Este menino é do arco-da-velha!».

Palavra de formação vernácula, composta por justaposição.

- 2) **Alvorocado (a)**: adjetivo masculino (e feminino) que significa agitado, entusiasmado, apressado.

Na cidade mencionada esse adjetivo aparece ligado ao substantivo animal (animal alvorocado) ou ao animal específico — vaca alvorocada,

cabra alvoroçada — indicando que ela (ou o animal) está no cio, na produção, no calor.⁶ É palavra oriunda de **alvoroçar** (que se origina do árabe **al/buruz**, pelo espanhol **alvorozo**), significando **mover, entusiasmar, etc.** Mas é no sentido de **inquietar o ânimo** (por paixão, susto, alegria, etc.) que o termo (equivalente a no cio) se aplica.

Alvoroçado: participio passado do verbo **alvoroçar**, que se forma a partir de **alvoroço**.

- 3) **Arribar**: a bibliografia consultada indica que o termo é, há muito tempo, conhecido da língua. José Pedro Machado, em seu **DICIONARIO ETIMOLÓGICO DA LINGUA PORTUGUESA**, nos diz que **arribar** não parece fórmula genuína: «creio tratar-se de vocábulo imposto pelo castelhano (**arribar**)». Já o **GRANDE DICIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA**, de Morais e Silva, atesta a origem do verbo (transitivo e intransitivo) na locução adverbial **a riba**: **levantar a riba**, **alar a cima**. No Ceará é de uso popular corrente o emprego desse verbo como **levantar**, **fugir em desabalada carreira**, sendo que **riba** faz parte da frase em **riba das buchas**, isto é, **incontinenti**. Na obra, **A LINGUA DO BRASIL**, Gladstone Chaves de Melo indica **arriba** como pertencente ao dialeto interamrnense.

Na região em que os vocábulos foram colhidos, o emprego do verbo está quase restrito à área rural, com o significado de **levantar**. Entretanto, a frase «**A Paula tem mania de ficar arribano (por arribando) a roupa da gente!**» foi, em julho de 81, proferida por uma menina de 10 anos, nascida e residente na área urbana. Cremos tratar-se (sincronicamente) de um vocábulo resultante de formação parassintética, ou seja, **a+riba+ar**.

- 4) **Assinatura**: substantivo feminino. **Ato ou efeito de assinar; o nome escrito, firma, etc.** Morais e Silva atesta como **brasileirismo**: **abrir assinatura, intrigar, passar descompostura**.

Em Turmalina, mais precisamente na zona rural, é bastante pitoresco o emprego de **assinatura** indicando **esposa, mulher**. A esse emprego deve-se ligar o fato de a mulher, ao se casar, ser portadora do sobrenome do marido, daí, por extensão de significado, ser sua **assinatura**.

Palavra derivada por sufixação (do radical do particípio passado do verbo assinar (lat. *assignatus*+o sufixo-*ura*).

- 5) **Assuntar**: de assunto+ar, este verbo, intransitivo ou transitivo direto, é brasileirismo de larga aplicação: **dar ou prestar atenção, observar**: «Assuntando bem, era silêncio, mas uma surdina, música de insetos...» (Afrânio Peixoto, *Sinhazinha*); «...ia para a loja de seu Bernardino, ficava assuntando os fregueses que por ali faziam ponto (Autran Dourado, *O Risco do Bordado*, p. 14). **Considerar, meditar, espreitar**: «Assuntaram algum tempo, mas ouviram logo outro ruído igual» (Afonso Arinos, *Pelo Sertão*, pág. 131).

Com esse mesmo significado, **refletir, pensar**, é que o verbo é empregado na zona rural de Turmalina: «Ele assuntou, assuntou e depois não disse nada».

— B —

- 6) **Bestunto**: substantivo masculino de uso familiar que significa **juízo, cachola, cachimônia**. Popularmente indica **cabeça de pouco alcance, juízo curto**. Século XIII: «Este meu tal, e qual pouco bestunto, o trago prenhe sempre e recheado (de soberbas idéias)». Correia Garção, *OBRAS POÉTICAS*, p. 194, ed. 1778.

Em Turmalina, o termo é ainda usado, mesmo na área urbana, mas no feminino, talvez por analogia com as palavras femininas: **cabeça, idéia**. O fato é que seu emprego, pelo menos nas muitas vezes já ouvidas por mim, não lembra o significado popular mencionado acima, apenas o de **cabeça, juízo, idéia**:

- «Por que não fez o arranjo?
- Estou sem bestunta» (bistunta).
- «Ontem me deu na bestunta de visitá-lo».

Segundo Antenor Nascentes, trata-se de formação burlesca de **besta**+o sufixo-**unto**, portanto, palavra derivada por sufixação. Prefiro, porém, considerar o termo um vocábulo primitivo, uma vez que a associação com **besta** só aparece no emprego popular da palavra.

- 7) **Briquitar**: verbo intransitivo. Brasileirismo que significa **trabalhar, pelejar, lidar (com algum serviço)**: «Obrigado a entrar briquitando de sol a sol», Afrânio Peixoto, **FRUTA DO MATO** pág. 216.

Ainda no sentido de **labuta, peleja, trabalho**, é usado em Turmalina, especialmente pela gente rural, o termo **briquitá**, que acredito ser derivado regressivo de **briquitar**, verbo de uso até das pessoas da zona urbana.

— C —

- 8) **Cacunda**: substantivo feminino. Amadeu Amaral, em **O DIALETO CAIPIRA**, faz a indagação: «Trata-se de origem africana ou é simples corruptela de **corcunda** passando por **carcunda**?» Moraes e Silva indica: **brasileirismo, corruptela de carcunda, costas, dorso**: «...agarro uma vara... e lhe sacudo a poeira da **cacunda**». Valdomiro Silveira, **CABOCLOS** 36, 3a. ed. Em sentido figurado o termo é empregado como sinônimo de **consciência, responsabilidade**: «Um já tinha algumas mortes na **cacunda**». Afrânio Peixoto, **FRUTA DO MATO**, 154. Esse sentido é relacionado por Antenor Nascentes, em **TESOURO DA FRASEOLOGIA BRASILEIRA**: **ter na cacunda (mortes), ter na consciência**.

Todos esses empregos são comuns na cidade referida. Ainda é interessante que, quando lá se diz: «Pôs a criança na **cacunda**», o termo em questão, **cacunda**, não indica **dorso, costas**, mas **braços**. No entanto, em «Carregou o saco na **cacunda**», entende-se, precisamente, **costas**, e não, **braços**.

- 9) **Chanhar**: verbo de emprego intransitivo. O vocábulo não se encontra relacionado em nenhuma das obras consultadas.

Na região considerada, o emprego mais comum desse verbo é no gerúndio ou no infinitivo: «Aqueles dois andam **chanhando** muito»; «**Parem de chanhar**». Emprega-se também o deverbal **chanha**: «Que **chanha** é essa?» Semanticamente, relaciona-se a **xamegar, acarinhar**, etc.

- 10) **Consolador**: adjetivo oriundo do latim **consolator**, significando que **consola**, próprio para **consolar**: «Espírito Santo Consolador...» Damião de Góis, Crônica de D. Manuel III, Cap. 60.

Quanto ao emprego do termo **consolador** como substantivo masculino, indicando **bico**, **chupeta** (encontradição em Turmalina) parece tratar-se de um caso de derivação imprópria, ou possivelmente uma metonímia.

- 11) **Destampatório**: substantivo masculino de origem obscura, segundo Antenor Nascentes. Morais e Silva filia o termo a **destampar** (**des+tampar**). O termo é familiarmente empregado com o sentido de **gritaria**, **alarido**: «Tanto salamaleque... tanto destampatório, chegam a empanar as glórias dignas de consideração». Ricardo Jorge, **SERMÕES DUM LEIGO**, 322. Antenor Nascentes informa que, para João Ribeiro, **FRASES FEITAS**, I, 1980, **distampatório** (ou **dispautério**) é variante sugerida pela locução mais literária «que **dispautério**». Esse substantivo encontra-se registrado em **ENFERMIDADES DA LINGUA**, 116. O mesmo dicionarista acrescenta que A. Coelho liga **destampatório** ao verbo **destampar** acrescido do sufixo **-tório**, não se percebendo a filiação com **tampa**.

Em Turmalina, o termo é familiarmente empregado como acima, isto é, equivalente a **alarido**, **escarcéu**. Parece-me que a sua filiação à palavra **tampa** é percebida por outro uso, também familiar na região, que é o emprego figurado de **destampar** em situações como essa: «Ele **destampou** (**distampou**) a falar besteira».

- 12) **Duda**: substantivo feminino. O mesmo que **indecisão**, **incerteza**. Morais e Silva, em seu **GRANDE DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA**, afirma ser o termo um provincianismo alentejano.

Na região turmalinense o vocábulo é usado, sempre, na construção sujeito + verbo (ter ou dar) + objeto: **duda**. O seu sentido equivale a **ataque**, **desmaio**, relacionando-se, nesse caso, com a idéia de não saber que integra o verbo **duvidar** e que envolve as pessoas, quando estas perdem os sentidos.

Dúvida: é derivado regressivo de **duvidar** que, no caso em questão, sofreu a desproparoxitonação, com a síncope da sílaba medial. Esse fenômeno não é, aliás, estranho à língua, uma vez que é fartamente documentado, não só na evolução do latim para o português (**mancha** < **macula**; **ilha** < **insula**; **aprender** < **apprehendere**; **livre** < **libero**), como também nos nossos falares regionais: **cosca** (por **cócega**); **pesco** (por **pêssego**); **abobra** (por **abóbora**) e na linguagem coloquial espontânea.

- 13) **Emblema:** substantivo masculino. Do latim **emblema**: **figura, sinal aparente, convencional, simbólico, ornato em relevo, etc.** O uso de **emblema** designando **namorado** nos remete à idéia dessa palavra como «o que se tornou a representação simbólica de alguma idéia abstrata», segundo Morais e Silva. No caso, **emblema** (= **namorado**) nada mais é do que a representação simbólica da idéia mais abstrata, **amor**: «A Iris tá na janela com seu emblema!»
- 14) **Espiritar:** verbo transitivo direto. Tem o sentido de **endemoniar, tornar endiabrado, etc.** Século XVI: «...pedindo a nosso Senhor que spiritasse nos juyses que não julgassem a governança...», Cas. VII, cap. 50, p. 127. «Havia dois (minotauros) que espiritavam a galhofa de Mechior Pimenta». Camilo, **O QUE FAZEM MULHERES**, cap. 10.104. No Ceará, onde tem uso popular corrente, conforme Florival Serraine, em **DICIONARIO DE TERMOS POPULARES**, o verbo é empregado passivamente, **espiritar-se**, com o sentido de **danar-se, enfurecer-se**.

Nos primeiros sentidos antes indicados, isto é, **excitar, tornar irrequieto**, é que esse verbo é empregado no município considerado. De polissílabo, mediante síncope, o vocábulo passa a trissílabo, com a pronúncia **espiritar**. Também a forma **espiritado**, isto é, **enfurecido, irrequieto** é conhecida na mesma localidade: «Aquela menina está espiritada».

Palavra verbalizada a partir do substantivo **espírito**.

- 15) **Estrangolado (a):** na bibliografia pesquisada este adjetivo não se encontra registrado. Acredito seja uma variante de

estrangulado, derivado de **estrangular**. A acepção em que é empregado — **desajeitado**, **desarrumado** — induz à imagem visual do animal ou pessoa estrangulada: sem controle dos membros, desajeitado, desarmonioso. Cognatos desse adjetivo, são conhecidos e usados os substantivos **estrangolamento** e **estrangolo**, derivado por sufixação e derivado regressivo, respectivamente: «Aquele menino anda num estrangolamento!»; «Que estrangolo é esse, menina?»

— F —

- 16) **Fonção**: substantivo feminino. Forma alterada de **função** (do latim *functione*), que significa **cumprimento**, **tarefa**, etc. Moraes e Silva, Amadeu Amaral e Florival Serraine, respectivamente em **GRANDE DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA**, **O DIALETO CAIPIRA** e **DICCIONARIO DE TERMOS POPULARES**, registram essa forma como indicadora de **festa plebéia**, **dança**, **fandango**, **divertimento das classes baixas**, **suburbanas ou rurais**: «A mimosa era uma rameira muito rasca, que andava de função em função a oferecer os seus mimos por uma perra chica». Aquilino Ribeiro, **UMA LUZ AO LONGE**, cap. 9, 174. Amadeu Amaral, na mesma obra acima citada, fala da existência da alteração **função > fonção** no norte do país. Refere-se também ao achado de Taunay, **fonçanata**, com significação semelhante.

Não só pela gente rural de Turmalina, como também pela urbana, o termo **fonção** é empregado, significando **festa realizada na roça** e para o povo da roça. Nessa localidade, **fonção** é sinônimo de **borá**.

- 17) **Frojocar**: de emprego transitivo direto, esse verbo não se encontra registrado na bibliografia que consultei para fazer esse trabalho. A professora Ivana Versiani se pronunciou a respeito do termo dizendo que **frojoca** (substantivo) é usado por Guimarães Rosa, em **SAGARANA**. A referida professora também nada encontrou a respeito de **frojoca**: «— Bem, pelo amor de Deus, vocês parem com isso, que eu não gosto de **frojoca** com o meu nome no meio».⁷

Com o sentido de fazer rapidamente, criar, inventar, mexer, é que o verbo é empregado em Turmalina: «Que que você tá frojocando aí?», «Em dois minutos eu frojoquei esse vestido».

Seria frojocar derivado de frojoca+ar? ou frojoca é que seria deverbais de frojocar?

— L —

- 18) **Lambazado (a)**: adjetivo masculino (feminino). O mesmo que **sujo, mal-vestido**. Florival Serraine cita, em seu dicionário, o adjetivo **lambuzão**, que apresenta igual significado, isto é, **porcalhão**, que faz serviços mal-acabados ou de mau gosto. Parece que **lambazado** é derivado por sufixação de **lambaz** (guloso, comilão) + **ado**.

Em Turmalina, diz-se que alguém é **lambazado**, quando ele se apresenta com vestes mal-arranjadas, **desmazelado**.

- 19) **Lambança**: substantivo feminino. O mesmo que **desordem, barulho, conversa fiada**: «Pois eu foi de um sono. Vá lá que não fizeste lambança, que não bateste por aí com os cornos!». Tomás de Figueiredo, **NÓ CEGO**, 140. Segundo Morais e Silva, trata-se de um brasileirismo, significando **basófia, jactância, trapaça, (MG)**.

No local em pauta, o emprego do termo se prende à idéia de **bagunça, desordem, confusão**, e o indivíduo que faz **lambança** é **lambanceiro**.

Amadeu Amaral sugere a sua origem no espanhol **alabanza**, porém Silveira Bueno, em **GRANDE DICCIONARIO ETIMOLÓGICO — PROSÓDICO DA LINGUA PORTUGUESA**, nega essa etimologia e indica a possibilidade de o termo ser «criação da gíria, baseando-se no verbo **lamber** ou em **lambiança**, derivado disfêmico de **lábio, lábia+ança**, sufixo próprio de nomes abstratos».

- 20) **Laprego**: dessa palavra não encontramos nenhum registro.

Nos contatos observados em Turmalina, o termo é substantivo masculino e indica **agarramento, carinho** de pessoas enamoradas: «O Pedro e a Martinha andam num laprego!...»

Talvez seja derivada de labro (lábio) + ego (com o ensurdecimento do b).

- 21) **Latomia**: substantivo feminino. **Brasileirismo**: lamentação, choradeira, falação. É palavra de origem latina (**latomia**) pelo francês **latomie**: «Quanta latomia por tão pouca coisa!».

— M —

- 22) **Maromba**: substantivo feminino. Variante de **maroma**: cordão. Em sentido figurado indica **posição sustentada dificilmente**: «Transportou nas redondezas a feia maromba daqueles amores», Monteiro Lobato, **URUPÊS**, 136. **Brasileirismo** que indica situação dúbia de quem não quer se definir.

Em Turmalina, o vocábulo é empregado figuradamente (conforme se indicou acima), como sinônimo de **desânimo**, **preguiça** (registrado por Morais e Silva como provincianismo) e ainda no sentido do **brasileirismo mutirão**, isto é, agrupamento de pessoas que se reúnem para os serviços da primeira capina: «Na fazenda do seu Zuza vai haver maromba»; «Hoje eu estou numa maromba!».

- 23) **Mussungar**: não encontrei nenhum registro desta palavra.

Na região turmalinense, o uso do termo se prende à idéia de **pegar desajeitadamente**, **grosseiramente**; **amassar**, **amarrotar**: «Chega pra lá, você tá mussungando minha roupa».

Talvez seja palavra composta pelos elementos tupis **mussú** (peixe) + **ungá** (apalpar).

— O —

- 24) **Obrigação**: substantivo feminino. O mesmo que **ocupação**... Morais e Silva registra: «pessoas das relações de alguém, pessoas de família...». Esse termo designa exatamente **família**, na linguagem sertaneja, rural, de acordo com Florival Serraine. «Nossa Senhora, como vai e mais a sua obrigação?» Raul Brandão, **ILHAS DESCONHECIDAS**, 183. Como **brasileirismo** indica **mulher**, **esposa** ou **amásia**. «Passa por ser a obrigação de Benedito», Afrânio Peixoto, **FRUTA DO MATO**, 114. «A minha obrigação era viúva quando nos casamos». Alfredo Taunay, (cit. de Carlos Teschauer, Dicionário, S-V).

Na região de Turmalina esse brasileirismo está restrito à área rural. Acredito que tem seu significado associado à idéia antiga e machista de que a mulher, ao casar, passa a ser domínio do homem, parte de suas obrigações: «Dr. Leo, como vai sua obrigação?».

Palavra primitiva, que tem sua origem no latim *obligatione*.

25) **Otuso(a)**: adjetivo masculino e feminino. Figuradamente o mesmo que **obtuso, embotado, cansado, pouco penetrante, estúpido, tapado, fechado**. Obtuso é brasileirismo significando **atrapalhado, perturbado, hesitante**: «Ora, tá aqui uma coisa que me deixa meia obtusa», Valdomiro Silveira, **OS CABO-CLOS**, 31.

No município considerado, o termo é sinônimo de **pensativo, preocupado, fechado**, etc. Vem do latim *obtusus*, que, segundo Moraes e Silva, entrou no léxico, por via culta, no século XVI, sofrendo depois, em algumas regiões, síncope do b.

— R —

25) **Rudo(a)**: adjetivo masculino e feminino. O mesmo que **rude: que não está trabalhando, ignorante**. A antiga forma portuguesa **rudo** e o castelhano **rudo** postulam, segundo José Pedro Machado, a existência, na Hispânia, de uma forma **rude**. É do século XIII o exemplo: «Podes quanto quiseses fazer, mas ant'eu morrerei, vilão, falso, rudo». Sta. Maria, R. 37, Vol. II, pág. 342. Esse mesmo dicionarista afirma que o uso de **rudo(a)** por modernos se justifica pela influência literária de autores antigos: «este povo das cidades... é, além de ignorante... e rudo...». Antero de Figueiredo, **D. SEBASTIAO**, cap. 1, p. 92.

Em Turmalina, o termo é usado na zona rural e qualifica a pessoa de pouca inteligência, que tem dificuldade de compreender e aprender as coisas.

— 25 —

- 26) **Urudo(a)**: na bibliografia adotada o termo não tem registro. O seu emprego na região mencionada é adjetivo (masculino e feminino) significando **endinheirado, rico**. Parece-me derivado de **ouro**, ou melhor, da sua variante popular **oro+o** sufixo-**udo**, que significa **provido de, cheio de**. Exemplo: «Tá tudo aqui. Já tou urudo!»⁸

CONCLUSÃO

Não é necessário mencionar o prazer que me proporcionou a realização deste trabalho, embora esteja consciente de seus inúmeros defeitos.

Esses foram especialmente motivados pela minha pouca «criatividade» na explicação das palavras para as quais a bibliografia consultada não fornecia dados, ou, se os fornecia, esses eram insuficientes.

Pudemos constatar, no entanto, que a maioria das palavras estudadas é comum às várias regiões do interior do Brasil, o que, de certa forma, torna mais expressivas as palavras de Gladstone Chaves de Melo⁹ a respeito da língua do Brasil: «De Minas não falo, porque tenho tomado a sua linguagem popular como pauta, como **denominador-comum**».

O fato é que, no domínio de uma língua, muitas diferenças, especialmente nas áreas de vocabulário e de pronúncia, se misturam, ocupando várias regiões de um mesmo território. E continuarão mesclando-se umas às outras, em todas as direções.

NOTAS

1. Gramática Fundamental da Língua Portuguesa (1968).
2. Moderna Gramática Brasileira (1976).
3. Manual de Português, terceira e quarta séries ginasiais, página 174.
4. Importante a posição de Said Ali na Gramática Histórica da Língua Portuguesa: «...A mudança de sentido e de função que sofrem as palavras examina-se em outras partes da gramática e... deverá chamar-se **semântica e não derivação**».

5. Esse acréscimo se deve à influência da Professora Clara Grimaldi Eleazaró.
6. Expressões também comuns, na região, para indicar que o animal está no cio.
7. Exemplo extraído do conto «O Burrinho Pedrês».
8. Esse exemplo foi ouvido, em janeiro de 82, no mercado municipal de Turmalina. É a resposta de um feirante a outro que indagava a respeito do dinheiro das vendas.
9. A Língua do Brasil (1975).

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Amadeu (1976). O Dialeto Caipira. São Paulo, Hucitec.**
- AULETE, Caldas (1958). Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Delta.**
- BARBOSA, Pe. A. Lemos (1967). Dicionário da Língua Tupi. Rio de Janeiro, Livraria São José.**
- BUENO, Francisco da Silveira (1974). Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa. São Paulo, Ed. Brasília Ltda.**
- CÂMARA, Jr., J. Mattoso (1975). Estrutura da Língua Portuguesa. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes Ltda.**
- (1968). Dicionário de Filologia e Gramática. Rio de Janeiro, J. Ozon Editor.**
- COUTINHO, Ismael de Lima (1977). Pontos de Gramática Histórica. Rio de Janeiro, Livro Técnico.**
- CUNHA, Antônio Geraldo da (1978). Dicionário Histórico. São Paulo, Edições Melhoramentos.**
- GALÉRY, Ivana Versiani (1969). Os Prefixos Intensivos em Grande Sertão: Verdades. Belo Horizonte.**
- HOLANDA, Aurélio Buarque de (1975). Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira.**
- MACHADO, José Pedro. Dicionário da Língua Portuguesa.**
- MELO, G. Chaves de (1975). A Língua do Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.**
- NASCENTES, Antenor (1966). Tesouro da Fraseologia Brasileira. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos.**
- NASCENTES, Antenor (1955). Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.**

SAID ALI, M. (1971). Gramática Histórica da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Melhoramentos.

SERRAINE, Florival (1959). Dicionário de Termos Populares. Rio de Janeiro, Simões Editora.

SILVA, Morais e (1950). Grande Dicionário da Língua Portuguesa.

SILVA NETO, Serafim da (1979). História da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Presença.

Criação Lexical: Processos Produtivos no Português Contemporâneo

Luiz Carlos de Assis Rocha

«Si les principes sur lesquels nous nous réglons
avaient été établis par d'autres que par des
disciples d'Aristote, notre grammaire française
serait assurément tout autre».

J. VENDRYES

1. INTRODUÇÃO

Pretende este trabalho descrever os processos produtivos de criação lexical no português contemporâneo.

É preciso, inicialmente, estabelecer algumas posições com relação ao assunto, quer sob o ponto de vista teórico, quer sob o ponto de vista metodológico. Tendo como base o primeiro período desta introdução, podemos levantar algumas questões preliminares, que serão discutidas a seguir:

- que se entende por **processos produtivos** de criação lexical?
- estamos tratando dos processos de **formação de palavras**, ou seja, as maneiras pelas quais surgem novos vocábulos em português. É preciso ter em mente esta questão: o surgimento de um novo vocábulo.
- a questão se situa no âmbito do português contemporâneo.

1.1. Consideramos como **processo produtivo** de formação de palavras aquele que serve de base para a formação de um novo vocábulo. É assim, por exemplo, que um determinado escritor, ou um

falante da língua portuguesa poderá servir-se, na língua atual, da sufixação para a criação de um novo vocábulo. Foi, aliás, o que fez a conhecida personagem do conto «São Marcos», de Guimarães Rosa:

«...e, ao descobrir, no meio da mata, um anjelim que atira para cima cinqüenta metros de tronco e fronde, quem não terá ímpeto de criar um vocativo absurdo e bradá-lo — Ó colossalidade! — na direção da altura?»¹ (o grifo é nosso).

Há dois critérios principais, sob o ponto de vista sincrônico, para se saber se um processo é produtivo em português, ou seja, se um processo pode servir realmente de base para a criação de um novo vocábulo.

O primeiro deles está relacionado com o modelo de linguagem popular. A onomatopéia será analisada aqui em seu devido lugar, mas podemos adiantar que vamos considerá-la efetivamente como um processo de formação de palavras, pelo fato de, na linguagem popular, servir de base para o surgimento de novas palavras. É o caso de: reco-reco, zigue-zague, tique-taque, piar, miar, zum-zum, ca-carejar, etc.

Também a linguagem literária é um indicador das tendências da língua contemporânea, principalmente nos tempos atuais, em que se nota uma aproximação bastante estreita entre a língua dos escritores e a popular. Veremos em nosso trabalho, no caso dos regressivos, por exemplo, que as criações de Guimarães Rosa vêm confirmar a autenticidade desse processo na Língua Portuguesa atual.

1.2. Outro ponto de vista que deve ficar bem claro em nossas discussões é o de que estamos tratando da criação de novos vocábulos. Um dos critérios para se aceitar um processo como válido é o da funcionalidade. Através de determinado processo surgem realmente novos vocábulos em português? Certos processos não apresentam dúvida com relação ao que acabamos de dizer: há, realmente, o surgimento de novas palavras. É o que se dá, por exemplo, com a sufixação ou com a composição, para citar apenas casos irrefutáveis. O ponto de vista aqui apresentado deverá estar presente em todos os processos de formação de palavras. Servirá de indicador se a derivação regressiva, a mudança de classe ou a formação de siglas, por exemplo, são ou não, processos de que podemos nos servir para formar novos vocábulos.

É preciso ter em mente que o signo lingüístico é a união do significante com o significado. Se houver mudança substancial em uma das partes, evidentemente estaremos diante de uma nova palavra.

1.3. Finalmente, dissemos que este trabalho pretende descrever os processos produtivos de formação de palavras no português contemporâneo.

Ao fazer a análise e a descrição de determinado fenômeno lingüístico, o observador deve colocar-se em uma das duas posições estabelecidas por Saussure: a sincrônica ou a diacrônica. Constitui um elementar erro de método a mistura dos dois planos.

Para o estudo dos processos de formação de palavras, iremos adotar uma posição sincrônica, pois o que nos interessa no momento é a descrição do português atual; interessa-nos estabelecer as regras de funcionamento dos vários processos de criação lexical. Para tanto, as justificativas e as argumentações deverão se apoiar na estrutura e funcionamento da língua atual.

2. A CRIAÇÃO LEXICAL NAS GRAMATICAS ATUAIS

Na impossibilidade de fazer um estudo mais abrangente a respeito do que já se publicou sobre formação de palavras, vamos nos limitar a apresentar as sínteses de sete posições a respeito do problema. Trata-se de seis gramáticas e de uma obra publicada recentemente a respeito de morfologia do português.

I — CELSO CUNHA ²

Derivação	{	prefixal
		sufixal
		parassintética
		regressiva
		imprópria

Composição	{	justaposição
		aglutinação

Hibridismo

Onomatopéia

Abreviação vocabular

Sigla

II — EVANILDO BECHARA ³

Derivação { sufixal
 { prefixal
 { parassintética

Composição { justaposição
 { aglutinação

Formação regressiva

Abreviação

Reduplicação

Conversão

Hibridismo

III — CELSO PEDRO LUFT ⁴

Derivação { sufixal
 { prefixal
 { prefixo-sufixal ou
 { parassintética
 { regressiva

Composição { justaposição
 { aglutinação

Hibridismo

IV — GLADSTONE CHAVES DE MELO ⁵

Derivação { sufixal ou progressiva
 { prefixal
 { regressiva
 { parassintética

Mudança de classe

Composição

Outros processos (onomatopéia)

V — SAID ALI ⁶

Derivação { sufixal
 { prefixal
 { parassintética
 { regressiva

Composição

Hibridismo

VI — DOMINGOS PASCHOAL CEGALLA ⁷

Derivação	{	por sufixação por prefixação por deriv. parassintética ou parassíntese regressiva imprópria
Composição	{	justaposição aglutinação
Redução (sigla)		
Hibridismo		
Onomatopéia		

VII — M. CECÍLIA P. DE SOUZA E SILVA & INGEDORE VILLAÇA KOCH ⁸

Derivação	{	prefixal sufixal prefixal e sufixal parassintética regressiva (?)
Composição	{	justaposição aglutinação
Abreviação		
Reduplicação (onomatopéia)		
Siglas		

Apresentamos, em seguida, um quadro de correspondências entre os diversos processos citados pelos autores. Tem esse quadro a finalidade de apresentar uma visão geral do problema e de esclarecer as nomenclaturas adotadas por certos autores. É assim, por exemplo, que a **derivação imprópria** de Celso Cunha corresponde à **conversão** de E. Bechara e à **mudança de classe** de Gladstone Chaves de Melo. É evidente que o quadro simplifica bastante a questão e não deixa entrever posicionamentos epistemológicos mais profundos. Entre a **derivação imprópria** de Celso Cunha e a **conversão** de Bechara existe a questão anterior da **derivação** propriamente dita. Mas essa posição está clara nas sinopses apresentadas anteriormente. O quadro apresentado em seguida nos dá, enfim, uma visão dos desencontros que existem nessa matéria, no âmbito da gramática portuguesa.

C. CUNHA	BECHARA	LUFT	GLADSTONE	SAID ALI	CEGALIA	SILVA/KOCH
der. prefixal	der. prefixal	der. prefixal	der. prefixal	der. prefixal	der. por prefixação	der. prefixal
der. sufixal	der. sufixal	der. sufixal	der. sufixal ou progressiva	der. sufixal	der. por sufixação	der. sufixal
der. parassintética	der. parassintética	der. pref.-sufixal ou parassintética	der. parassintética	der. parassintética	der. parassintética	der. parassintética
der. regressiva	der. regressiva	der. regressiva	der. regressiva	der. regressiva	der. regressiva	(?)
der. imprópria	conversão		mudança de classe		der. imprópria	
						der. prefixal e sufixal
composição por justaposição	composição por justaposição	composição por justaposição		composição	composição por justaposição	composição por justaposição
composição por aglutinação	composição por aglutinação	composição por aglutinação		composição	composição por aglutinação	composição por aglutinação
hibridismo	hibridismo	hibridismo		hibridismo	hibridismo	
onomatopéia			onomatopéia		onomatopéia	onomatopéia
abreviação vocabular	abreviação	der. regressiva			redução	
sigla					redução (sigla)	sigla
	reduplicação					reduplicação (onomatopéia)

3. PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS

No português contemporâneo há três processos produtivos de formação de palavras: **derivação**, **composição** e **onomatopéia**. Isso quer dizer que a entrada de qualquer palavra na língua portuguesa atual se dá através de um dos processos acima mencionados. Entendemos por **processo** o mecanismo ou a regra especial que explica a formação de um novo vocábulo na língua.

3.1. DERIVAÇÃO

A regra geral para a formação de palavras através da derivação é:

$[x] \longrightarrow [x']$

A leitura da regra é: $[x]$ faz surgir $[x']$, $[x]$ origina $[x']$ ou, em direção contrária: $[x']$ provém, origina, é formado de $[x]$.

A passagem de $[x]$ para $[x']$ pode ser feita sob várias formas.

3.1.1. Derivação prefixal

$[x] + [\text{pref.}] \longrightarrow [x']$

Se a um vocábulo $[x]$ acrescentarmos um prefixo, teremos um novo vocábulo, $[x']$. Exemplos:

a-	+ correr =	acorrer	a- ante- com- contra- de- ex- im- inter- o- pos- pro- re- soto- trans-	+ pôr =	apor
com-		concorrer			antepor
de-		decorrer			compor
es-		escorrer			contrapor
in-		incorrer			depor
o-		ocorrer			expor
per-		percorrer			impor
re-		recorrer			interpor
so-		socorrer			opor
trans-		transcorrer			pospor
					propor
					repor
					sotopor
		transpor			

com- { + domínio {condomínio {arqui- + milionário = {arquimilionário
 pre- { + domínio {predomínio {multi- + milionário = {multimilionário

A anexação do prefixo pode dar-se também a uma forma presa:

$\left\{ \begin{array}{l} \text{a-} \\ \text{com-} \\ \text{ex-} \\ \text{inter-} \\ \text{pre-} \\ \text{pro-} \\ \text{retro-} \\ \text{su-} \end{array} \right.$	+ -ceder =	$\left\{ \begin{array}{l} \text{aceder} \\ \text{conceder} \\ \text{exceder} \\ \text{interceder} \\ \text{preceder} \\ \text{proceder} \\ \text{retroceder} \\ \text{suceder} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} \text{a-} \\ \text{com-} \\ \text{de-} \\ \text{in-} \\ \text{inter-} \\ \text{pre-} \\ \text{pro-} \\ \text{trans-} \end{array} \right.$	+ -ferir =	$\left\{ \begin{array}{l} \text{aferir} \\ \text{conferir} \\ \text{deferir} \\ \text{inferir} \\ \text{interferir} \\ \text{preferir} \\ \text{proferir} \\ \text{transferir} \end{array} \right.$

$\left\{ \begin{array}{l} \text{a-} \\ \text{com-} \\ \text{de-} \\ \text{in-} \\ \text{pro-} \\ \text{re-} \\ \text{tra} \end{array} \right.$	+ -duzir	$\left\{ \begin{array}{l} \text{aduzir} \\ \text{conduzir} \\ \text{deduzir} \\ \text{induzir} \\ \text{produzir} \\ \text{reduzir} \\ \text{traduzir} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} \text{a-} \\ \text{pro-} \\ \text{re-} \\ \text{trans-} \end{array} \right.$	+ -gredir	$\left\{ \begin{array}{l} \text{agredir} \\ \text{progredir} \\ \text{regredir} \\ \text{transgredir} \end{array} \right.$

$\left\{ \begin{array}{l} \text{com-} \\ \text{per-} \\ \text{re-} \end{array} \right.$	+ -ceber	$\left\{ \begin{array}{l} \text{conceber} \\ \text{perceber} \\ \text{receber} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} \text{pre-} \\ \text{pós-} \end{array} \right.$	+ -fácio	$\left\{ \begin{array}{l} \text{prefácio} \\ \text{posfácio} \end{array} \right.$

Essa é, via de regra, a posição dos gramáticos perante o problema. Têm surgido, porém, algumas posições contrárias à que acabamos de apresentar. É o caso, por exemplo, de Horário Rolim de Freitas, que interpreta como primitivos os vocábulos que acabamos de citar, do tipo: conceder, exceder, interceder ou conceber, perceber, receber ou conduzir induzir, produzir, etc. Sua justificativa é a seguinte:

«... se os elementos -ceber e -duzir dos exemplos acima não têm valor significativo para o sujeito-falante, no estado atual da língua, obviamente, não há um sintagma em re+ceber, re+duzir, do que se pode deduzir que o segmento re- não representa um prefixo nesses exemplos».⁹

É essa também a posição de M. Cecília P. de Souza e Silva e Ingedore Villaça Koch:

«Considerar derivadas, palavras como **submisso, perceber, conduzir, admitir**, a partir de uma pseudo forma livre **-misso-, -ceber-, -duzir-, -mitir-**, com o acréscimo dos prefixos **sub-, per-, com-** e **ad-** represente um critério diacrônico válido apenas no estudo histórico, já que no estágio atual da língua esses morfemas lexicais inexistem. Assim, tais vocábulos devem ser tratados como palavras primitivas».¹⁰

Não concordamos com a posição adotada por Horácio Rolim e por Silva & Koch pelos motivos que passamos a analisar.

a) Horácio Rolim fundamenta sua posição no fato de que elementos como **-ceber** e **-duzir** «não têm valor significativo para o sujeito falante...» Surge, portanto, a questão do «sentido» das formas mínimas, tão debatida pelos lingüistas, de um modo geral, e, de uma maneira especial, pelos estruturalistas.

É preciso considerar primeiramente que raízes como: **-ceder, -ferir, -duzir, -ceber** e **-gredir**, apenas para citar algumas, não são, de todo, destituídas de significação. A forma **-gredir**, por exemplo, está, de algum modo, relacionada com a idéia de 'movimentar', 'andar', 'ir', nas palavras em que aparece. Pode-se notar esse sentido em:

progredir — movimentar, ir, andar para frente
regredir — movimentar, ir, andar para trás
transgredir — ir além, do outro lado
agredir — ir em direção de alguém ou de alguma coisa

É evidente que se tem que considerar a forma presa enquanto parte de uma palavra. É por isso que muitas vezes é difícil estabelecer o sentido isolado de **-ceder, -ceber, -duzir, -ferir**, etc.

Em todas as formas presas existe um sentido, às vezes não muito claro, mas que se pode estabelecer. Em **-ceder, -ferir, -duzir** e **-ceber**, enquanto partes de vocábulos, é possível perceber-se uma idéia vaga de 'movimento' ou de 'deslocamento'. Do contrário, como se poderia estabelecer uma antinomia entre **preceder** e **suceder**, no sentido de que o primeiro significa 'vir antes' e o segundo 'vir depois'? Do mesmo modo, **preceder** significaria simplesmente 'anterio-

ridade', 'precedência' e **suced**er, 'movimento de baixo para cima', 'inferioridade'. Em outras palavras, os sentidos dessas palavras estariam contidos nos prefixos.

Acrescente-se a isso o fato de que o problema da significação dos morfemas não é questão basilar na descrição lingüística, principalmente se se adota uma posição formal, como é a que estamos pretendendo seguir. A esse respeito, convém transcrever as palavras de R. H. Robins:

«Será proveitoso investigar os tipos de funções semânticas (até o ponto em que estas possam ser estabelecidas) que são atribuídas a diferentes aspectos gramaticais em uma língua e até que ponto tais correlações semânticas e gramaticais podem ser provadas; isto, porém, deve ser realizado somente depois que a análise formal da língua em estudo tenha sido levada a efeito».¹¹

Embora Robins esteja se referindo à questão do significado das formas gramaticais, e o nosso problema, no momento, seja o do conteúdo semântico das chamadas «raízes», a passagem do lingüista inglês é interessante, pois realça a precedência do ponto de vista formal na descrição lingüística. Só «depois que a análise formal da língua em estudo tenha sido levada a efeito» é que se tentará investigar as funções semânticas.

MARGARIDA BASILIO desce ao âmago da questão que estamos discutindo:

«Na realidade, a afirmação de que raízes e afixos não têm significado é tão inadequada quanto a afirmação de que ambos sempre têm significado».¹²

Mais adiante conclui a lingüista:

«Em suma, temos que admitir que a presença de algum significado não é o que caracteriza morfemas, mas temos também que admitir que muitos — se não a maior parte — dos morfemas, na realidade, apresentam significados específicos».¹³

b) Outro ponto a considerar com relação à posição de Horácio Rolim diz respeito à possibilidade de os elementos **-ceber** e **-duzir**

não terem valor significativo para o **sujeito-falante**. Embora o falante deva ser o ponto de partida em toda descrição lingüística, é preciso deixar claro que ele não passa de um informante da língua, sob o ponto de vista exclusivo da comunicação. A sua «autoridade» cessa, digamos assim, quando entramos no campo da teorização. A contraparte de análise da língua, com seus posicionamentos teóricos a respeito deste ou daquele fenômeno lingüístico, cabe, evidentemente, ao lingüista. Não fosse assim, todos os falantes de determinada língua seriam lingüistas ou gramáticos. Ora, o que se dá não é bem isso. Todos sabemos dos equívocos generalizados em que recai a maioria dos falantes com relação a determinados fatos da língua. Basta citar, por exemplo, o gênero do substantivo em português, que muitas pessoas confundem com a questão do sexo. O falante não é, via de regra, um observador imparcial e objetivo da sua língua. O falante do português não é, por conseguinte, o melhor juiz para decidir se **-ceber** e **duzir** têm ou não, valor significativo. Vimos que é possível detectar nessas formas um significado, embora vago e difuso. Mas essa não é, na verdade, a questão mais importante. A análise formal é que define o problema. Passemos ao terceiro argumento.

c) Silva & Koch consideram como primitivas palavras do tipo **submisso**, **perceber**, **conduzir** e **admitir**. Considerar tais vocábulos como sendo constituídos de prefixos + formas livres **-misso**, **-ceber**, **-duzir**, e **-mitir** é, segundo as autoras, adotar uma posição diacrônica perante o problema, «já que no estágio atual da língua esse morfemas lexicais inexistem. Assim, tais vocábulos dever ser tratados como palavras primitivas».

A questão básica reside no fato de que devemos considerar **-misso**, **-ceber**, **-duzir** e **-mitir** não como formas livres, como afirmam as autoras, mas como formas presas. Na verdade, não há inconveniência ou incoerência nessa posição. Desde Bloomfield que o conceito de forma presa já foi suficientemente introduzido em lingüística, com inegáveis vantagens para a descrição das línguas, além de inequívoca utilidade técnica e científica. A Língua Portuguesa é rica em formas presas providas de raízes, não só quando se trata de casos de prefixação, como os que estamos analisando, como também nos chamados «compostos eruditos». São exemplos de formas presas em português: **oni-** ('todo'); **semi-** ('metade'); **sesqui-** ('um e meio'); **-cida** ('que mata'); **-cola** ('que cultiva ou habita'); **fero-** ('que contém ou produz'); **-paro** ('que produz'); **anemo-** ('vento'); **arqueo-** ('antigo');

cali- ('belo'); criso- ('ouro'); -doxo ('que opina'); -fagia ('ato de comer'); -fero ('que leva ou conduz'), etc.

Não se trata, portanto, de adotar uma posição diacrônica perante o problema. A posição é nitidamente sincrônica.

Observemos os exemplos abaixo:

a- com- de- es- in- o- per- re- so- trans-	+ correr =	acorrer concorrer decorrer escorrer incorrer ocorrer percorrer recorrer socorrer transcorrer	+ -ceder =	a- com- ex- inter pre pro retro su	aceder conceder exceder interceder preceder proceder retroceder suceder
---	------------	---	------------	---	--

Trata-se, nas duas séries de exemplos, de derivação por prefixação. A única diferença é que, no primeiro caso partiu-se de formas livres da língua e, no segundo caso, de formas presas. Adotamos, portanto, uma posição formal e sincrônica para a resolução do problema.

3.1.2. Derivação sufixal

A derivação sufixal não oferece problemas de descrição no quadro geral da criação léxica em português. Sua regra é:

$[x] + [\text{suf}] \longrightarrow [x']$

São exemplos de derivação sufixal:

avó + zinha	—————>	avozinha
pirata + aria	—————>	pirataria
reitor + ia	—————>	reitoria
imundo + ície	—————>	imundície
piano + ista	—————>	pianista
concorrer + ência	—————>	concorrência
dedo + ilhar	—————>	dedilhar

3.1.3. Derivação parassintética

[x] + [pref. + suf.] → [x']

Na derivação parassintética verifica-se a anexação simultânea de prefixo e sufixo a uma determinada raiz.

São exemplos de vocábulos parassintéticos:

des + alm + ado	→	desalmado
en + tard + ecer	→	entardecer
a + manh + ecer	→	amanhecer
a + doç + ar	→	adoçar
a + munhec + ar	→	amunhecar
em + pobr + ecer	→	empobrecer
en + ric + ecer	→	enriquecer
en + dur + ecer	→	endurecer
a + noit + ecer	→	anoitecer

3.1.4. Derivação prefixal e sufixal

[x] + [pref.] + [suf.] → [x']

Na derivação prefixal e sufixal parte-se de uma determinada raiz e, com o acréscimo de um prefixo e de um sufixo, tem-se um novo vocábulo. Neste processo a anexação dos afixos não é simultânea. Sob o ponto de vista diacrônico, houve primeiro a junção de um dos afixos e depois, de outro. É assim que do verbo **cobrir** foi formado primeiramente **descobrir** (séc. XIII) e depois **descobrimento** (séc. XIX), de acordo com o **Dicionário Etimológico** de Antônio Geraldo da Cunha.¹⁴ Sob o ponto de vista sincrônico, desaparece a precedência de um afixo sobre o outro. Mas, de qualquer forma, permanece o processo e é possível enxergar em **descobrimento** uma das seguintes formações:

- | | | |
|-----------------------------|---|----------------------|
| 1-a) cobrir + mento | → | cobrimento |
| b) des + cobrimento | → | descobrimento |
| ou | | |
| 2-a) des + cobrir | → | descobrir |
| b) descobrir + mento | → | descobrimento |

Na derivação prefixal e sufixal, da maneira como estamos tentando estabelecer, ou seja, sob o ponto de vista exclusivamente sincrônico, desaparece a questão da precedência dos afixos, o que justifica o estabelecimento do processo em pauta. Considerada de outra maneira, isto é, interpretando-se a anexação de afixos à raiz como tendo sido feita em estágios diacrônicos diferentes, é evidente que a derivação prefixal e sufixal, como um processo formalmente estabelecido, não existe.

São exemplos de vocábulos formados por derivação prefixal e sufixal: **deslealdade, incorporação, combatente, injustiça, inábil, desumano, infelizmente, etc.**

3.1.5. Derivação regressiva

$[x] - [x_1] \longrightarrow [x']$

Na derivação regressiva dá-se a redução do vocábulo básico. $[x^1]$ significa 'parte de $[x]$ ' ou 'segmento de $[x]$ '. De acordo com os segmentos extraídos, é possível estabelecer cinco sub-tipos de regressivo.

3.1.5.1. Regressivo deverbal

$[x] - [VT + \text{des. infinit.}] \longrightarrow [x']$

De acordo com a fórmula estabelecida, parte-se de uma forma verbal no infinitivo e dela se subtraem a vogal temática e a desinência de infinitivo. O novo vocábulo é, evidentemente, derivado do primeiro, no sentido que vimos estabelecendo: $[x']$ foi formado a partir de $[x]$. Nesse caso, porém, a derivação se dá, como se costuma dizer, «às avessas». Em vez de se acrescentar algum sufixo ou segmento a determinado vocábulo, desse vocábulo se subtrai algo, ou, mais especificamente, no caso que estamos analisando, a vogal temática e a desinência de infinitivo.

Celso Cunha cita em sua *Gramática da Língua Portuguesa* os seguintes exemplos de regressivos:

afago (afagar); amparo (amparar); apelo (apelar); recuo (recuar); sustento (sustentar); apara (aparar); perda (perder); ataque (atacar); toque (tocar);¹⁵ etc.

Poder-se-ia, porém, fazer a seguinte indagação, como propusemos no início deste trabalho: a derivação regressiva é realmente um processo produtivo de formação de palavras no português contemporâneo?

Todos os autores de gramáticas que citamos no item 2 deste trabalho entendem que a regressão é um processo de formação de palavras. Quem coloca alguma dúvida com relação ao processo são as autoras M. Cecília P. de Souza e Silva e Ingedore Villaça Koch, que apresentam os processos da seguinte maneira:

«... pode-se falar na existência de quatro tipos de derivação:

- a) prefixal...
- b) sufixal...
- c) prefixal e sufixal...
- d) parassintética...».¹⁶

Apesar de não terem citado a regressão entre os «quatro tipos de derivação», as autoras afirmam linhas adiante:

«Existe, no entanto, um processo de criação vocabular — a derivação regressiva — que é feita justamente ao contrário, pela subtração de morfemas. Isto ocorre, por exemplo, com as palavras caça (de caçar), corte (de cortar), descanso (de descansar), em que a desinência verbal do infinitivo e a vogal temática do verbo são substituídas pelas vogais temáticas nominais -a, -e, -o, formando por esse processo, nomes abstratos de ação, denominados **deverbais**».¹⁷

No final do capítulo, em nota relativa à passagem acima, lê-se:

«... mesmo em se tratando de nomes deverbais, parece-nos que a derivação regressiva não fica clara para o falante nativo que, geralmente, é levado a considerar o nome como primitivo, por analogia com o que ocorre com os nomes compostos,¹⁸ como arma e prego, de que se derivam armar e pregar, respectivamente...».¹⁹

Realmente, o falante nativo, e mesmo o lingüista, não tem meios de saber, sincronicamente, qual é o vocábulo primitivo: **toque** ou **tocar?** **desemboque** ou **desembocar?** **casa** ou **casar?** **pesca** ou **pescar?** **arma** ou **armar?**

Como resolver a questão?

A nosso ver, a solução do problema não é simples. É preciso considerar dois aspectos distintos.

a) Através da **regressão**, a língua está criando ou pode criar novos vocábulos? Parece não haver dúvida com relação a isso. Relembramos os critérios estabelecidos no início deste trabalho para se saber se um processo é ou não, produtivo na língua.

Em primeiro lugar, na linguagem popular há vários exemplos de vocábulos que surgem através da **regressão**:

Vou dar um **chego** na minha casa.

Você precisa sair desse **sufoco**.

Os ladrões deram uma **limpa** na joalheria.

Mamãe vai te dar um **xingo** daqueles!

Fulano é um **analfa** de marca maior!

Em segundo lugar, também entre os escritores surgem inúmeros vocábulos regressivos. É o caso destes exemplos de Guimarães Rosa:

«Muitos homens resmungaram em **aprôvo**, ali rodeando...»²⁰

«... dêsse **trovôo** de alto e rasto, dos gerais, entrementes antes dos **gotêjos** de chuva esquentada...» (72)

«Agora, quem quisesse, podia referir **acusação**, dos crimes que houvesse... e propor **condena**». (200)

«Tenho a honra de resumir circunstância desta decisão, sem admitir **apêlo** nem **revôgo**...» (60)

«... então minha vida virava por entre outros **morros**, seguindo para diverso **desemboque**». (394)

Esses dois tipos de exemplo, da linguagem popular e da linguagem literária, vêm comprovar que a derivação é um processo produtivo de formação de palavras no português contemporâneo. O processo existe na língua e qualquer pessoa poderá fazer uso dela para formar um novo vocábulo.

b) Embora a derivação regressiva seja um processo produtivo de formação de palavras, como procuramos demonstrar no item anterior, surge uma dúvida com relação aos termos regressivos já definitivamente incorporados à língua. Nos pares abaixo, é comum estabelecer-se que o verbo é o vocábulo primitivo:

abalar — abalo

chorar — choro

errar — erro

buscar — busca

caçar — caça

censurar — censura

ajudar — ajuda

comprar — compra

pescar — pesca,²¹ etc.

Que critério foi adotado para estabelecer que o nome é derivado do verbo e não, o contrário?

Embora as gramáticas, de um modo geral, não expliquem o porquê desse posicionamento, pode-se deduzir que a tradição gramatical portuguesa tem-se pautado, no caso, por critérios diacrônicos. Com efeito, sob o ponto de vista sincrônico é impossível ao estudioso da língua estabelecer a precedência de um vocábulo sobre outro.²²

A solução será a de se considerar o substantivo como forma básica. Assim, tanto os substantivos tidos tradicionalmente como básicos, como os casos que acabamos de estudar, seriam derivados sufixais:

choro	————→	chorar
erro	————→	errar
rótulo	————→	rotular
olho	————→	olhar
guia	————→	guiar
planta	————→	plantar
almoço	————→	almoçar
janta	————→	jantar
chio	————→	chiar, etc.

Resumindo o que dissemos até agora com relação aos regressivos deverbais, podemos estabelecer duas posições perante o problema:

a) A derivação regressiva é, no português contemporâneo, um processo produtivo de formação de palavras. Qualquer indivíduo pode, através dele, formar um novo vocábulo. É, aliás, o que acontece na linguagem popular e na linguagem literária.

b) Uma vez incorporados ao léxico de uma língua, os vocábulos regressivos perdem a sua condição de regressivos. Sob o ponto de vista sincrônico, o lingüista não tem argumentos para estabelecer que o verbo tem precedência sobre o nome. Desse modo, os regressivos diacrônicos passam a ser considerados primitivos. Os verbos correspondentes tornam-se derivados sufixais.

3.1.5.2. Regressivo sufixal

[x] — [suf.] —————→ [x']

Neste tipo de derivado regressivo, a redução do vocábulo primitivo se dá através da subtração de um sufixo.

Exemplos:

português	————→	portuga
delegado	————→	delega
satisfação	————→	satisfa
transação	————→	transa
madrugada	————→	madruga
comunista	————→	comuna
balzaquiana	————→	balzaca
cesariana	————→	cesária

Todos os exemplos citados pertencem à linguagem popular. Por aí se vê que o processo é realmente produtivo em português.

Em outros casos, tidos tradicionalmente como regressivos, não é possível, com argumentos sincrônicos, estabelecer qual é o vocábulo básico:

sarampo ou sarampão?
frango ou frangão?
gajo ou gajão?
rosmano ou rosmaninho
aço ou aceiro?
malandro ou malandrim?
boteco ou botequim?
asco ou asqueroso?

Estes exemplos foram colhidos nas gramáticas citadas neste trabalho.

O ponto de vista diacrônico colide, mais uma vez, com a perspectiva sincrônica. Os vocábulos **sarampo**, **frango**, **gajo**, **romano** e outros desse tipo são, historicamente, derivados, mas devem ser considerados primitivos na descrição da língua portuguesa contemporânea.

3.1.5.3. Regressivo pseudo-sufixal

[x] — [pseudo-sufixo] —————> [x']

sacristão —————> sacrista
tostão —————> tusta
grã-finagem —————> granfa (ou grã-fa?)

Nestes casos, a redução se deu através da supressão de pseudo-sufixos.

3.1.5.4. Regressivo radical

[x + y] — [x] ou [y] —————> [x'] ou [y']

A leitura da regra é a seguinte: no vocábulo formado por radicais²³ diferentes, dito composto, dá-se a supressão de um dos radicais;

surge, desse modo, um novo vocábulo, derivado do vocábulo composto primitivo.

Exemplos:

odontologia	—————>	odonto
eletrocardiograma	—————>	eletro
zoológico	—————>	zoo
minissaia	—————>	mini
fotografia	—————>	foto
motocicleta	—————>	moto
auto-ônibus	—————>	ônibus
automóvel	—————>	auto
quilograma	—————>	quilo
extraordinário	—————>	extra
pornográfico	—————>	pornô
poliomielite	—————>	pólio
maxi-desvalorização	—————>	maxi

3.1.5.5. Regressivo fortuito

[x] — [fortuito x₁] —————> [x']

Se, de um determinado vocábulo, extrai-se um segmento fortuito, forma-se um novo vocábulo.

Exemplos:

cinema	— ma	—————>	cine
cafajeste	— jeste	—————>	cafa
Maracanã	— nã	—————>	Maraca
confusão	— usão	—————>	confa
Bonsucesso	— esso	—————>	Bonsuça
pneumático	— mático	—————>	pneu
cinematógrafo	— tógrafo	—————>	cinema

Observe-se que os segmentos -ma, -jeste, -nã, -usão, -esso, -mático e tógrafo não são elementos mórficos estruturalmente constituídos.

3.1.6. Derivação siglada

$$[{}^{\text{GR}}x/y/z] + [x/{}^{\text{GR}}y/z] + [x/y/{}^{\text{GR}}z] \longrightarrow W = ({}^{\text{GR}}x+y+z)$$

A leitura da regra é: juntando-se grafemas (GR) iniciais das palavras que constituem um vocábulo composto, obtém-se um vocábulo simples, derivado do vocábulo composto primitivo.

São exemplos de derivações sigladas:

Ministério da Educação e Cultura	MEC
Partido dos Trabalhadores	PT
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Ordem dos Advogados do Brasil	OAB
Quartel-General	QG
Código de Endereçamento Postal	CEP
Cadastro de Pessoas Físicas	CPF
Companhia de Saneamento (de Minas Gerais)	COPASA (MG)
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	SENAC
Movimento Brasileiro de Alfabetização	MOBRAL

Os derivados siglados funcionam na língua como verdadeiros vocábulos. Provam os seguintes argumentos:

Em primeiro lugar, eles se comportam como qualquer vocábulo, pelo fato de gerarem novos vocábulos: ibegeano (de IBGE), petista (de PT), mequiano (de MEC), celetista (de CLT), etc.

Em segundo lugar, as pessoas muitas vezes desconhecem ou não conhecem totalmente o vocábulo composto de onde provém o derivado siglado. Muitos falantes da Língua Portuguesa certamente ignoram a «decomposição» de determinados vocábulos siglados, apesar de serem utilizados com muita freqüência: CEP, CPF, SENAC, PASEP, PIS, INAMPS, etc.

Finalmente, certos vocábulos adquirem um caráter polissêmico e são usados em outros contextos que não os originais:

O QG do candidato é na Rua X.

O time de lá é do mobral (alguém referindo-se a aprendizes, por exemplo).

A aula do Prof. y dá muito ibope.

3.2. COMPOSIÇÃO

O segundo processo geral de formação de palavras em português é o da composição.

A essência desse processo está no fato de que da junção de duas palavras ou dois radicais existentes na língua forma-se um novo vocábulo, dito composto.

A regra da composição é:

$[x] + [y] \longrightarrow [(x\ y)']$

São exemplos de vocábulos compostos:

ferro	+ via	→	ferrovia
segunda	+ feira	→	segunda-feira
estrada	+ de + ferro	→	estrada de ferro
anemo	+ grafia	→	anemografia
plano	+ alto	→	planalto
auri	+ verde	→	auriverde
água	+ ardente	→	aguardente
via	+ andante	→	viandante
perna	+ alta	→	pernalta
cabeça	+ baixo	→	cabisbaixo
plena	+ mar	→	preamar
vinu	+ agre	→	vinagre
petra	+ óleo	→	petróleo
puxar	+ avante	→	puxavante
boca	+ aberta	→	boquiaberto
ponta	+ agudo	→	pontiagudo
mão	+ atar	→	maniatar
mão	+ cheia	→	mancheia
agre	+ doce	→	agridoce
pleno	+ lúnio	→	plenilúnio
perna	+ longo	→	pernilongo
primeiro	+ anista	→	primeiranista

Não há, a rigor, no processo de **composição de palavras**, diferença entre **justaposição** e **aglutinação**. Em ambos os casos, dá-se a junção de duas palavras ou dois radicais, para se formar um novo vocábulo. Além disso, não são rígidos os critérios que estabelecem a distinção entre um e outro tipo. Por que, por exemplo, **planalto**, **primeiranista**, **aguardente**, **viandante** e **pernalta** são considerados vocábulos aglutinados e **câmara ardente**, **primeira instância**, **trio elétrico**, **calça esporte**, **goma arábica**, **mosca azul**, **Sua Excelência** e outros são tidos como justapostos? Também nestes últimos se dá a aglutinação dos vocábulos, embora não representada na escrita. Além disso, a **justaposição** e a **aglutinação** dizem respeito ao tipo de junção dos elementos formadores; referem-se ao resultado do processo e não, ao processo em si.

Sob o ponto de vista sincrônico, não é possível estabelecer que embora, **fidalgo** e **morcego** sejam vocábulos compostos, apesar de algumas gramáticas descritivas citarem-nos como tal. A palavra **vinagre** é um caso diferente. Trata-se realmente de um vocábulo composto. Sem recorrer à diacronia da língua, podemos dizer que o vocábulo é formado de **vinu** + **agre**. O elemento **vinu-** aparece em **vinicultura**, **vinicultor** ou no adjetivo **vinoso**. **Agre** é uma forma livre em português, variante de **acre**.

A **composição** suscitaria ainda muitas questões para serem discutidas, mas, por questão de espaço, não podemos fazê-lo neste trabalho.

3.3. ONOMATOPEIA

x —————> [x]

A partir da imitação de um dado extralingüístico x, pode-se formar um vocábulo [x].

São exemplos de onomatopéia: **miar**, **piar**, **zum-zum**, **reco-reco**, **farfarhar**, **frufriu**, **teco-teco**, **tique-taque**, **zigue-zague**, **ciciar**, **sussurar**, **chilrear**, **coaxar**, etc.

4. CONCLUSÃO

Como conclusão, apresentamos o quadro sinótico dos processos de criação lexical estudados neste trabalho. Os processos vão acompanhados de suas respectivas fórmulas.

DERIVAÇÃO [x] \longrightarrow [x']

}	prefixal	[x] + [pref.] \longrightarrow [x']	
	sufixal	[x] + [suf.] \longrightarrow [x']	
	parassintética	[x] + [pref. + suf.] \longrightarrow [x']	
	prefixal e sufixal	[x] + [pref.] + [suf.] \longrightarrow [x']	
	regressiva	[x] - [x ₁] \longrightarrow [x']	
	{	— deverbal	[x] - [VT + desin. infinit.] \longrightarrow [x']
		— sufixal	[x] - [suf.] \longrightarrow [x']
		— pseudo-sufixal	[x] - [pseudo-sufixo] \longrightarrow [x']
		— radical	[x + y] - [x] ou [y] \longrightarrow [x'] ou [y']
		— fortuita	[x] - [fortuito x] \longrightarrow [x']
siglada [GR _x] + [GR _y] + [GR _z] \longrightarrow [W] = [(GR _x + y + z)]			

COMPOSIÇÃO

[x] + [y] \longrightarrow [(x y)']

ONOMATOPEIA

x \longrightarrow [x]

Colocando as fórmulas de lado, o quadro acima pode ser apresentado da seguinte maneira:

PROCESSOS	TIPOS	TUB-TIPOS
DERIVAÇÃO	afixal	prefixal sufixal parassintética prefixal e sufixal
	regressiva	deverbal sufixal pseudo-sufixal radical fortuita
	siglada	
COMPOSIÇÃO		
ONOMATOPEIA		

Em português, há, portanto, três processos de formação de palavras: **derivação**, **composição** e **onomatopéia**. A **derivação afixal**, **regressiva** e **siglada** são, portanto, os tipos básicos de derivação vocabular. A **derivação afixal** pode apresentar-se sob diversas formas que poderíamos chamar de sub-tipos: **prefixal**, **sufixal**, **parassintética** e **prefixal e sufixal**. Também a derivação regressiva tem os seus sub-tipos: **deverbal**, **sufixal**, **pseudo-sufixal**, **radical** e **fortuita**.

Neste trabalho não consideramos como processos de formação de palavras a **derivação imprópria**, o **hibridismo** e a **reduplicação**. Conforme já foi visto, também não estabelecemos distinção entre a **justaposição** e a **aglutinação**.

Não consideramos a **derivação imprópria** como um processo de formação de palavras, nem mesmo como um tipo de derivação, porque, na verdade, quando muda de uma classe para outra, a palavra continua a mesma. Através desse expediente, não se está criando um novo vocábulo.

Observemos os exemplos:

- a — Pedro gosta de caminhar todas as manhãs.
- b — O seu caminhar é seguro e compassado.

a — O homem pobre pediu uma esmola.

b — O pobre esteve aqui.

a — Pedro não veio ainda.

b — Terrível palavra é o não.

a — Paulo voltou, porque estava cansado.

b — Eis o porquê da questão.

Em todos esses casos, ao passarmos dos exemplos da letra a para a letra b, não há a criação de novos vocábulos. Trata-se, isso sim, de casos de polissemia.

Com a polissemia, na verdade, não se criam novos vocábulos; uma mesma palavra adquire matizes de significação diferentes, de acordo com o contexto em que se encontra.

Também não consideramos o **hibridismo** como um processo de formação de palavras no português contemporâneo.

Em primeiro lugar, a origem de determinados elementos mórficos só pode ser estabelecida através da diacronia. É o caso de: **decímetro** (latim e grego), **auto-sugestão** (grego e português), **sociologia** (latim e grego), etc.

Além disso, o processo de formação desses vocábulos já foi caracterizado como sendo o da **composição**.

Em palavras do tipo: **shakesperiano**, **behaviorismo**, **gestaltismo**, **balzaquiana**, **goleiro**, **futebolista**, **buritizeiro** e **goiabeira** dá-se normalmente a **derivação sufixal**.

O **hibridismo** não é um processo de formação de palavras. É um termo utilizado pela gramática histórica para estabelecer que elementos de uma palavra têm origens diferentes.

A **reduplicação** não é também um processo de formação de palavras. Em **tique-taque**, **reco-reco**, **zigue-zague**, **zás-trás**, **zum-zum** e **teco-teco**, por exemplo, estamos diante de onomatopéias. Com as onomatopéias pode dar-se o fenômeno enfático da **reduplicação**. Mas não se trata de um processo de formação de palavras. Se aceitássemos a **reduplicação** como um processo, deveríamos perguntar: qual é a

palavra básica? Tique em tique-taque? Reco em reco-reco? Zigue em zigue-zague? E assim por diante. Ora, sabemos que tique, reco, zigue e outros não existem como vocábulos.

Em quebra-quebra, vira-vira, esconde-esconde, lambe-lambe, os vocábulos são formados por composição.

Nos pares pai/papai, mãe/mamãe, tio/titio, vô/vovô, vó/vovó e nos hipocorísticos do tipo Zé/Zeze Lu/Lulu, Ju/Juju, não podemos falar num processo de formação de palavras. A reduplicação é também aqui empregada como um recurso enfático. De pai para papai, de mãe para mamãe, de Zé para Zeze e nos outros exemplos citados, não estamos passando de uma palavra para outra. Trata-se de variantes de um mesmo vocábulo.²⁴

Como já dissemos no corpo deste trabalho, também não consideramos a justaposição e a aglutinação como processos de formação de palavras. O fato de serem justapostos ou aglutinados nada esclarece sobre o tipo de formação dos novos vocábulos. Diz mais respeito ao resultado do processo de composição, à maneira como as partes componentes se unem.

A derivação prefixal e sufixal foi considerada como um processo específico de formação de palavras. A derivação regressiva e a abreviação vocabular foram interpretadas como pertencentes ao mesmo tipo de formação de palavras. A formação de palavras através da sigla foi colocada como um dos tipos de derivação.

NOTAS

1. ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. 8. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, pp. 235-236.
2. CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed., Rio de Janeiro, MEC/FENAME, 1979, pp. 102-131.
3. BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 19. ed., São Paulo, Nacional, 1972, pp. 174-186.
4. LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. Porto Alegre, Globo, 1976, pp. 95-99.
5. MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1968, pp. 86-95.

6. ALI, Sald. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. São Paulo, Melhoramentos, 1964, pp. 107-124.
7. CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 20. ed., São Paulo, Nacional, 1979, pp. 56-60.
8. SILVA, M. Cecília P. de Souza e & KOCH, Ingedore Villaça. **Linguística Aplicada ao Português: Morfologia**. São Paulo, Cortez, 1983, pp. 31-37.
9. FREITAS, Horácio Rolim de. **Princípios de Morfologia**. Rio de Janeiro, Presença, 1979, p. 100.
10. SILVA & KOCH, op. cit., p. 32.
11. ROBINS, R. H. **Linguística Geral**. 2. ed., Porto Alegre — Rio de Janeiro, Globo, 1981, p. 172.
12. BASÍLIO, Margarida. **Estruturas Lexicais do Português: uma Abordagem Gerativa**. Petrópolis, Vozes, 1980, p. 40.
13. Id. ib., p. 41.
14. CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
15. CUNHA, Celso, op. cit., p. 119.
16. SILVA & KOCH, op. cit., p. 32.
17. SILVA & KOCH, op. cit., p. 33.
18. Parece tratar-se de um erro tipográfico. Leia-se concretos em vez de compostos.
19. SILVA & KOCH, op. cit., p. 37.
20. ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 5. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. Todos os exemplos foram extraídos desta edição.
21. CUNHA, Celso. op. cit., p. 119.
22. Não desconhecemos o critério estabelecido por Mário Barreto, segundo o qual são derivados regressivos os nomes que denotam ação e são primitivos os que denotam algum objeto ou substância. Esse critério não serve de base para nossas considerações, pois a análise que estamos fazendo tem-se pautado por critérios formais.
23. Não concordamos com o conceito de radical, tal como é colocado aqui, mas, por questão de espaço, adotamos a terminologia vigente.
24. Também em latim, com a reduplicação não se passa de um vocábulo para outro. É o caso de tango/tetigi, pendo/pependi, spondeo/spondi, cano/cecini e outros. A diferença do latim para o português é que naquela língua o redobro tem função gramatical, ao passo que em português a reduplicação tem função enfática ou estilística.

Leitura Crítica de MÁRIO BARRETO: Através do Dicionário e da Gramática

Maria da Graça Ferreira Costa Val

1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi apresentado para avaliação final da disciplina **Fundamentos Etimológicos do Português**, do curso de Pós-Graduação em Letras (área de Língua Portuguesa) da FALE/UFMG, no primeiro semestre de 1982.

Trata-se de uma leitura crítica do livro de Mário Barreto intitulado **Através do Dicionário e da Gramática**, a qual se prende, sobretudo, ao que há nele de interesse para os estudos etimológicos.

Cabe observar, primeiramente, que a obra em questão não tem como objeto principal a Etimologia, mas, antes, consiste numa coletânea de artigos escritos em resposta a leitores da **Revista de Filologia Portuguesa**, de São Paulo, nos quais o conhecimento etimológico é trazido à luz na medida da curiosidade do consulente ou do sentimento do autor com relação a sua utilidade para o esclarecimento de dúvidas de natureza diversa.

Em segundo lugar, deve-se ressaltar que este não é, absolutamente, um estudo feito por especialista, de modo que não se emitirá, em momento algum, julgamento sobre a validade dos étimos apontados por Mário Barreto. Esta resenha ocupar-se-á apenas de compreender o «espírito» e a estrutura da obra e de arrolar os casos de etimologia, dividindo-os em grupos, conforme o problema que motivou a sua presença no livro.

1.2. O «ESPIRITO» DA OBRA

A linha de pensamento que orientou a feitura do livro e os objetivos que tinha em mente o autor com sua publicação estão claros nos dois prefácios incluídos no volume, dos quais transcrevemos, a seguir, trechos significativos.

Joaquim Ribeiro assina o prefácio «Esta Edição» (1953), onde louva o «equilíbrio olímpico» de Mário Barreto, que reúne «as excelências de vernaculista às qualidades expositivas de gramático e à erudição sedimentada de filólogo» (p. V).

Segundo Joaquim Ribeiro, a gramática, para Mário Barreto, era «técnica de seleção, um trabalho de separar, entre os fatos da linguagem, o joio do trigo». E o autor, «nesse mister, revelava incisiva argúcia no diferenciar o bom uso do uso popular, o fato da linguagem literária do fato do linguajar do povo, o certo do errado, o solecismo da boa construção, sabendo salientar tudo isso, sem engrimanço ou intenção rebarbativa» (p. VI).

Na «Nota Preambular» o próprio autor apresenta a si e a sua obra:

«... não arrefeço em trabalhar quanto em mim cabe para manter o meu humildíssimo posto entre os autores que velam pelos foros do nosso idioma e que se me afiguram necessários, e mais nesta época de turbulência geral em que a nossa bellíssima língua é ultrajada sem piedade» (p. 7).

«Não a mestres, mas aos que não o são, talvez que a leitura do presente volume, em que agrupo vários escritos referentes a questões do idioma e saídos a lume na citada revista paulistana, possa ministrar alguns conhecimentos, senão necessários, ao menos curiosos. É possível que aqui encontrem as mil informações indispensáveis cada vez que se hesita a propósito de cem minúcias lexicográficas e gramaticais» (p. 8).

O livro compõe-se de 69 capítulos que constituem, como já foi visto, respostas a consulentes sobre questões concernentes a áreas diversas: sintaxe (concordância, regência, estrutura da oração e do período), morfologia, ortografia, lexicografia, semântica e etimologia.

2. A PRESENÇA DA ETIMOLOGIA NA OBRA

Em *Através do Dicionário e da Gramática* a etimologia aparece muito mais freqüentemente como meio do que como fim em si mesma. O autor dela se vale para solucionar problemas ortográficos, semânticos e vocabulares em geral. Há observações interessantes sobre questões de etimologia popular e a etimologia propriamente dita só figura no livro quando a pergunta do leitor se refere especificamente ao étimo de alguma palavra ou quando, em suas divagações, na resposta a um consulente, o autor considera esclarecedor apontar a origem histórica e a evolução de determinado vocábulo.

Veremos a seguir o que traz o livro em termos de etimologia, agrupando os vários casos de acordo com o «pretexto» sob o qual eles aparecem.

2.1. A ETIMOLOGIA APONTADA PARA ESCLARECER A GRAFIA

Na época em que foi escrito o livro era grande a discussão sobre o problema ortográfico. Havia grande vacilação quanto à grafia das palavras, dado que no Brasil não fora ainda adotada oficialmente a reforma simplificadora em vigor em Portugal desde 1911. Mário Barreto, inteligentemente, coloca-se contra a inútil complicação da grafia fundada em falsas etimologias e defende com ardor a simplificação ortográfica proposta por uma comissão de ilustres lingüistas portugueses, sob a orientação de Gonçalves Viana (1911).

Quanto à grafia dos empréstimos, é também bastante lúcida a posição de Mário Barreto:

«É mister que uma palavra portuguesa tenha forma portuguesa. Pouco importa que seja proveniente do grego, do alemão ou do turco». (p. 17).

Passamos agora a arrolar alguns casos de que trata o autor, na ordem em que aparecem no livro.

a) *Ânsia* (e não *ância*): port. *ânsia* < lat. *anxiā*, fem. de *anxiūs*; de *angere* = 'apertar, estrangular, angustiar'.

«... a consoante x, cuja pronúncia era cs, sofreu, umas vezes, a influência da assimilação regressiva, como dixi (cs = ss) > disse...» (p. 10).

b) **Póstumo** (e não **pósthumo**): port. **póstumo** < lat. **postūmus** (de **post** = 'depois' + sufixo superlativo **-umus**).

Falsa etimologia: palavra latina como composto de **humus**, interpretada como **natus post inhumationem** (p. 10 e 11).

c) **Quiosque** (e não **kiosque**): port. **quiosque** < turco **kiosk**.

«Deve-se escrever **quiosque** se se quiser dar a esta palavra turca jeito português e aportuguesar-se-lhe a primeira sílaba assim como se aportuguesou a última...» (p. 16 e 17).

d) **Corola** (e não **corolla**): port. **corola** < lat. **corolla**, 'pequena coroa' < ***coronla** < ***coronola** < **coronūla**, 'diminutivo de **corona**'.

Em latim, o grupo **-nl-** dá **-ll-**. A nasal **n** assimila-se à lateral **l**: **coronla** > **corolla**; **inlicitus** > **illicitus**; **conloquium** > **colloquium**.

Na passagem do latim para o português, o **l** simples medial caiu:

palu > **pau**;

palatiu > **paaço** > **paço**;

colore > **coor** > **cor**;

dolore > **door** > **dor**;

pelagu > **peego** > **pego**.

O som que representamos por um só **l** corresponde a dois **ll** intervocálicos latinos. Assim, um único **l** no português atesta a presença de **l** dobrado no latim e a grafia **corolla** é, pois, «de todo em todo inútil» (p. 143).

e) **Divisão silábica**:

res-peito (e não **re-speito**);

des-crição (e não **de-scrição**);

ins-truir (e não **in-struir**);
obs-tar (e não **ob-star**);
cons-tante (e não **con-stante**).

Nas palavras compostas de preposição e de palavra latina que comece com s impuro, como

respeito < lat. re-spectus,
descrição < lat. de-scriptio,
instruir < lat. in-struere,
obstar < lat. ob-stare,
constante < lat. con-stantem,

exigem os preceitos da ortografia oficial portuguesa que se una o s à preposição e não à letra seguinte, como se fazia no latim. Obedece-se aqui não à etimologia, mas à realidade da pronúncia portuguesa, que une o s à sílaba precedente. Quando não há preposição, juntamos um e para o apoiar:

estado < status,
esperar < sperare,
escama < squama (p. 210).

f) **Honrar** (e não **onrrar**): **honrar** < lat. honorare (por síncope da pré-tônica).

O h inicial é etimológico e só se faz uso de rr duplo no interior de palavra e entre duas vogais (p. 212).

g) **Contrição** (e não **contrição**): vem do lat. con-tritus, part. de con-terere (cum, instrumental e reforçativo, + terere, 'triturar, esmagar, trilhar, roer').

«... o latim nos ajuda a fixar mais facilmente o aspecto exterior de nossos vocábulos e a acautelar-nos contra escritas viciosas» (p. 254).

h) **Sobre a correta grafia dos homófonos:**

coser ('costurar') < lat. consuere,
cozer ('cozinhar') < lat. pop. cocere (p. 303).

2.2. A ETIMOLOGIA UTILIZADA PARA DECIDIR SOBRE A LEGITIMIDADE DE FORMAS VARIANTES

Nos itens 2.2, 2.3 e 2.4, poderemos perceber a mentalidade purista da época da publicação do livro, que se revela através do grande número de dúvidas levantadas pelos leitores sobre a legitimidade deste ou daquele vocábulo e da preocupação, dos consulentes e do autor, em distinguir o termo vernáculo do estrangeirismo. A esse respeito, deve-se louvar a posição lúcida de Mário Barreto, que se firma, por exemplo, a propósito de perguntas que lhe são dirigidas sobre as palavras *kilômetro* (sic) — item 2.3, alínea e — e *túnel e tonel* — item 2.4, alínea a.

a) **Odor/olor**: as duas formas são legítimas e atestam um fenómeno comum no latim — a substituição do *d* por *l*, ou sua alternância, em vocábulos provenientes, evidentemente, da mesma raiz:

port. *odor* < lat. *odor, -oris*

por. *olor*, da mesma raiz do lat. *olere* (p. 14-15).

b) **Confraria/confradia**: a forma correta é a primeira (port. *confraria* < fr. *confrérie*, de *confrère*). É pertinente a colocação do leitor de que a melhor forma seria *confradia*, já que se trata de derivado de *confrade*. Explica Mário Barreto que, não fosse a influência do francês, poderíamos ter, como no espanhol, *confradia* por dissimilação de *confradria*: *fratrem* > *frade* → *confradia* (p. 38).

c) **Ladrona/ladra**: a primeira forma é o feminino regular de *ladrão*, como *valentona* é de *valentão*. A segunda relaciona-se com o adjetivo *ladro* (p. 120).

ladrão < ant. *ladron* < lat. *latronem*.

d) **Tegúrio** (forma popular)/**tugúrio** (forma literária):

lat. *tugurium* > port. *tugúrio*

cognatos: lat.: *toga*, 'cobrir';

port.: *telha, tegumento*, (< *tégula*).

«A forma popular, em português, *tegúrio*, talvez se explique por dissimilação (u-u=e-u)...» (p. 148 e 149).

e) **Repertório/reportório**: a forma etimológica é **repertório**, do lat. **re-perire** (**re**, 'de novo' + **parire**=**parere**, 'produzir, achar, encontrar'). **Repertório** é do tema do part. **repertus** (p. 149).

f) **Paladim/paladino**: as duas formas são legítimas. Étimo: **paladino** < lat. **palatinus**, da família de **palatium**. «**Paladim** procede de **paladino**. O sufixo **-im** é, na sua origem, apócope de **-ino**, como se vê em **bailarino** e **bailarim**, **Bernardino** e **Bernardim**. Esta apócope ocorre mais nos substantivos do que nos adjetivos; assim: **latino**, adj., e **latim**, subst.» (p. 213 e 214).

g) **Exorcizar/exorcismar**: «corretíssima assim uma forma como a outra». **Exorcizar** < lat. **exorcizare**, forma latinizada a partir do gr. **exorkizo**. **Exorcismar** < **exorcismo** (p. 276).

2.3. A ETIMOLOGIA COMO INSTRUMENTO PARA ESCLARECER SOBRE A ORIGEM DE ESTRANGEIRISMOS E BARBARISMOS

a) Port. **decesso**, 'morte': não é galicismo, não vem do fr. **décès**. A palavra é vernácula e seu étimo é o lat. **decessus**, **-us**, 'partida, ida, retirada', usado na expressão **decessus de vita**, 'retirada da vida' (p. 124).

b) **Atitude**: barbarismo que toda a gente usa. Vem do italiano **attitudine**, através do francês (p. 250).

c) **Cometer** < **committere**. Com o sentido de 'confiar', «pode não ser de uso comum, mas é puro latinismo», usado por A.F. de Castilho e que «só para os profanos pode ser motivo de estranheza» (p. 267).

d) **Fretenir**. É questionada a versão feita pelo autor «duma página de Pierre Loti», em que traduziu **bruit** por **fretenir**. Defende-se Mário Barreto citando Cândido de Figueiredo e Castilho e apontando o étimo latino **fritinnire**, de origem onomatopaica, 'o cantar da andorinha ou da cigarra' (p. 269).

e) **Kilômetro**: barbarismo, a princípio, que, do mesmo modo que **kilograma**, entrou na linguagem corrente e hoje constitui termo correto. É palavra mal formada, «pela pouca habilidade com que se representou

o grego *chiliol*, resultando 'medida dum asno' (metron kilos) em lugar de 'mil metros' e por se não ter tido em conta que o termo determinante deve ir no fim e o determinado no princípio...» (p. 315-316).

2.4. A ETIMOLOGIA PARA SOLUCIONAR PROBLEMAS SEMANTICOS

a) Túnel e tonel têm a mesma origem. Tonel nos veio do fr. arc. *tonnel*, que é também o étimo do ingl. *tunnel*, de onde nos veio túnel. O francês antigo *tonnel* «sofreu em Inglaterra um trabalho de apropriação que o torna capaz de designar a galeria subterrânea que se fabrica para dar passagem a uma via de comunicação. O tonel português e o *tonneau* francês não têm este poder. Por este exemplo se vê o quanto é vã a alegação de que é supérfluo o transplantar de uma língua a outras palavras forasteiras, quando se possui o necessário». (p. 62).

b) Escandir < lat. *scandere*, 'subir, escalar, trepar'. Daí, escandir = 'medir os pés de que constam os versos, seguindo-os de degrau em degrau'; 'medir os versos gregos e latinos dividindo-os em pés'. Por extensão, emprega-se também com o sentido de 'pronunciar destacadamente cada sílaba de uma palavra', como no exemplo da frase motivo da consulta do leitor: «Tes...ta...men...to! — repetiu ela escandindo as sílabas».

Da mesma família se tem: *scandla* > *scad'la* > *scala* > *escala*; *escalar*; *escalada*; *escada* < ant. *escaada*; *ascender*, *ascendente*, *ascensão*; *descender*; *transcender*, *transcendente*, *transcendental*; *condescender* («com mui curiosa extensão de sentido, 'descer com', 'abaixar-se de modo que se fique no mesmo nível com', 'ceder por complacência ao desejo de alguém'») — p. 88.

c) *Vezo* é variante de *vicio* < lat. *vitium*. O significado primitivo atenuou-se em *vezo*, 'hábito, uso, costume' (mas geralmente não de todo bom): «ter o vezo de pegar na colher com a mão esquerda», «ter o vezo de negar tudo». Do lat. *vitiare* > port. *vezar* ou *avezar*, que se usa também como reflexivo, = 'acostumar': «avezar-se a tudo» (p. 89).

d) *Claro* < lat. *calo*, -as, *calare*, *calare*; gr. *kalein*, 'chamar'. «Claro significou a princípio sonoro e depois, por figura, brilhante de luz. A idéia de som está, por exemplo, em *clarim*, derivado de *claro*» (p. 141).

e) **Agudo** < lat. *acutus*; gr. *oxys*. Há sinestesia quando, «por analogia com o tato, exprimem-se em grego e em latim as qualidades mais salientes do ouvido». *Oxys* e *acutus* tanto significavam 'pontia-gudo' como (som) agudo. Daí, **agudo** e **oxitono** (p. 142).

f) **Grave** < lat. *gravis*; gr. *barys*. A mesma duplicidade de sentido ocorre aqui: 'pesado' e '(som) grave'. Daí, **barítono** (p. 142).

g) **Torpedo**, 'peixe' e **torpedo**, 'máquina de guerra por meio da qual se provocam explosões submarinas' têm a mesma origem. O nome do peixe elétrico cujo contato faz **entorpecer** os membros vem do lat. *torpeo*, 'perder os sentidos', do qual **entorpecer** é incoativo. Por analogia, o nome estendeu-se a um grande projétil, carregado com matéria explosiva e que se lança por debaixo d'água. Daí, **torpedear**, **torpedeamento**, **torpedeiro** e **caça-torpedeiro** ou **contratorpedeiro** («que é a nossa palavra correspondente ao nome inglês *destroyer*»). O que houve nesse caso foi o fenômeno da bifurcação semântica de uma só palavra, **torpedo** (p. 145).

h) **Couraça** < *coiraça* < lat. *coriacea*, de *corium* > **couro**. Originalmente, 'objeto de couro apto para defender o peito e as costas dos dardos inimigos'. Como a circunstância de servir para a defesa pessoal era a mais importante, em torno dela gravitou a palavra e, por mudança semântica, hoje se chama **couraça** aos blocos de aço com que se protegem os navios contra a artilharia, donde o derivado **couraçado** (**navio couraçado**) e os verbos **couraçar** e **encouraçar**. Na frase que deu origem à consulta, a palavra foi usada em sentido figurado: 'estar **couraçado** contra a dor, contra os golpes da adversidade' (p. 183).

i) **Defunto** < lat. *defunctus*, de *defungor*: de,separativo + *fungi*, 'desempenhar (um cargo, uma tarefa, um dever)'. Do particípio *functus* vem **função**. «*Defunctus* aplica-se para se falar dum morto, *functus* ou *defunctus vita*. A expressão reduziu-se à nossa palavra **defunto**» (p. 195).

j) «Um processo para criar novos nomes, tão freqüente que já se pode dizer recurso ordinário e geral nas línguas, consiste em aplicar ao objeto novo um nome genérico e pôr-lhe um adjetivo que o determine: por exemplo **bilhete postal**. Se os dois grupos de palavras

se fundem facilmente, resultará uma nova palavra, como do latim vulgar *prima vera* se formou *primavera*. (...) Alguns são formados de palavras latinas, como *turbamulta*, ou tomados doutras línguas, como *bancarrota* < it. *bancarotta*, e também híbridos como *lápiz-lazúli* < lat. *lapis*, 'pedra' + árabe *lazurd*, 'azul'. Do contrário a idéia adere-se ao adjetivo, e o substantivo, sempre que o permitir a clareza, acaba por desaparecer». Foi assim que se processaram as reduções:

hibernum tempus > hibernum > inverno;
canem gallicum > canem gallicum > gallicum > galgo;
via strata > strata (= part. fem. de sternere) > estrada;
lux alba > alba > alva (p. 196).

l) Um consulente «leva a sua inofensiva petulância para com o príncipe dos épicos e líricos das Espanhas a afirmar que é um 'pleonasmismo que tresanda a tolice'» a expressão de CAMÕES *procelosa tempestade*, no canto IV, est. 1.

Responde Mário Barreto que tal uso se justifica pela intenção enfática, pois «com a sinonímia no substantivo e adjetivo o Poeta quis dar maior impressão dos horrores da tormenta», ou se explica porque a palavra está no sentido que lhe davam originalmente os latinos: *tempestas* (*tempus* + sufixo *-tas*, próprio de abstratos, como em *majestas* e *honestas*) significou 'momento do dia', depois 'estado atmosférico' em geral, bom ou mau tempo, e, em seguida, de modo especial, 'tempo mau, borrascoso'. O port. *tempestade* tomou esta última acepção, mas o sentido primitivo conservou-se nos adjetivos *tempestivo*, 'que acontece em devido tempo, oportuno', e *intempestivo*, 'inoportuno' (p. 217).

m) «O latim restitui às palavras a sua cor nativa e o seu poder evocador. Sob a significação abstrata faz com que reapareça a imagem primitiva, pois o povo nunca fala senão por figuras. Com o latim a *angústia* aperta-nos a garganta (*angit*); o *remorso* produz-nos o efeito duma mordedura (*re-mordet*). A *mansuetude* faz-nos pensar na carícia acostuada da mão (de *mansuetus*, 'manso', pp. de *mansuesco*, de *manus*, 'mão', e *suesco*, 'acostumar'); *suspeitar* recorda-nos o olhar desconfiado, por baixo (*suspectare*, freqüentativo de *susplicere*, composto de *sub* e *specere*, 'olhar')» — p. 254-255.

n) Lat. **alter**, 'outro' > **alterare** > **alterar**. Da mesma raiz vêm: **adulter** ('alterado, estragado, falso'; 'adúltero'); **adulterium** e **adulterare**.

Questão semântica: «Alterar significa apenas mudar em pior. Por que não significa mudar em melhor?».

Explica o autor que «de si **alterar** é 'mudar em outro, tornar outro, tornar diverso'. A idéia de **dois** parece prestar-se a significar coisa má. Em grego, à mesma raiz que **duo**, 'dois', pertence a partícula **dys**, que é prefixo pejorativo (**dispepsia**, **dispnéia**, etc.). A' mesma raiz refere-se o lat. **dis**, que tem amiúde significação pejorativa (**displicere**, **difformis**, **difficilis**) e donde vem o português **des**: **destruir**, **desconcerto**, **desaprovar**» (p. 300).

Continua Mário Barreto, transcrevendo observações do professor português João da Silva Correia:

«Da idéia de dualidade passa-se facilmente à de ruindade ou vilania, visto como, de ordinário, coisa que se repete é porque está inicialmente mal feita; e pessoa anfíbia, que quer a um tempo estar bem com Deus e com o diabo — **deserve a todos e não merece confiança**. **Dúplice** tomou assim naturalmente significado desfavorável — equivalendo a **indigno**, **sem caráter**. Algumas palavras em que entra a partícula **bis**, que contém a idéia dual, sofreram o mesmo desenvolvimento pejorativo: é o caso de **vislumbre**, 'mostra indistinta ou aparência tênue', e cujo étimo está em **bis-lumíne**» (p. 301).

o) «Que se há - de fazer para evitarmos a confusão demasiado freqüente de certos parônimos: **conjuntura** e **conjectura**, **infectar** e **infestar**?».

A resposta é a etimologia:

conjuntura liga-se ao latim **jungere** e
conjectura a **jacere**;
infectar a **inficere** e
infestar a **infestus** (p. 303).

p) Lat. **mundus** > port. **mundo**. No sentido literal, a palavra primitiva significa 'lavado, polido, asseado, ordenado'. Daí, 'ornado', e deste conceito brota o significado de 'criado', onde tudo é ordem e beleza. Na expressão latina **mundus mulieris** tem-se a palavra **mundus** designando os objetos destinados à limpeza, asseio e ornato da mulher. O sentido da palavra portuguesa, no valor de adjetivo (CAMÕES, cant. X, est. 85: «mundas almas») ou de substantivo, prende-se à acepção de 'criado com ordem e beleza'. E o contrário é **imundo, imundície** (p. 309-310).

q) «O latim serve às vezes para nos recordar certas verdades fundamentais:

— que o **domingo** deve ficar como o dia do Senhor: **domingo** < **dominicum diem**;

— que devemos amar a **pátria**, porque foi obra de nossos pais — **patria** < **patria Terra**;

— que o **Estado** não pode sustentar-se, de conformidade com sua etimologia, com elementos de turbulência e anarquia — **estado** < **status**, de **stare**;

— que o **ministro** deve considerar-se o **servidor** da nação — **ministro** < **minister**, do tema de **minor** + sufixo comparativo **-ter**, e por isso, 'subalterno, inferior':

— que a **república** é o interesse de todos, ao qual devem subordinar-se os interesses particulares — **república** < **rem publicam**» (p. 310).

r) Port. **pavilhão** < fr. popular **pavillon**/fr. culto **papillon** < lat. **papilio**, **-onis**, 'borboleta'. Houve mudanças semânticas, por metáfora, desde o latim. «Os soldados do Império romano chamaram **papilliones** às tendas de campanha, porque um acampamento, visto de longe, parece um campo coberto de brancas borboletas». O francês popular **pavillon** inicialmente designou uma barraca em forma de «papillon»; depois, a armação de um leito, sobrecéu com cortinados; desse sentido se chegou ao de 'estandarte, bandeira'. «Hoje **pavilhão** é palavra de múltiplos significados: tenda de campanha, baldaquino, bandeira, edifício, etc». (p. 311-312).

2.5. A ETIMOLOGIA PROPRIAMENTE DITA

a) Port. **calhau** < ant. **calho** + **-au** < **calclo** < **calcium** < **lat. calculum**, 'pedrinha', diminutivo de **calx**, **calcis** (citação de Gonçalves Viana, p. 84).

b) Port. **florim** < it. **fiorino**, 'moeda de prata ou de ouro, assim chamada por levar no reverso uma flor-de-lis' (p. 214).

c) **Leonardo** < **lat. leon** + **sufixo germânico -hard**, 'forte como um leão' (p. 214).

d) Port. **petardo** < it. **petardo** ou fr. **pétard**. Étimo remoto: **lat. peditum** + **sufixo germânico -hard**, 'forte', que se fixou nas línguas românicas como **-ardo**.

e) No **Dicionário Escolar Latino-Português** de Ernesto Faria, edição do MEC, encontramos a tradução de **peditum**, **-i**: 'ventosidade'. Conhecendo-se as leis fonéticas — queda do **d** intervocálico, sonorização da dental surda **t**, apócope do **-m** final —, é fácil descobrir em que resultou a forma latina no português atual. Sobre ela assim se manifesta Mário Barreto: «(...) **lat. peditum** que não ponho aqui mais clara, visto que, por se considerar chula e suja, foi posta no índice (...)» — p. 214.

f) Port. **bombarda** < **b. lat. bombardā** < **lat. bombus** + **sufixo germânico -ardo** (p. 214).

g) **Espingarda** < ant. **espringarda** < ant. alto alemão **Springan** + **-hard** (mod. al. **espringen**) — p. 214.

h) **Mostarda** < **lat. mustum**, 'mosto' + **sufixo germânico -ardo**. Não há aqui, como quiseram ver alguns, um composto com a palavra **ardens**, 'ardente', segundo o autor (p. 214).

i) **Leopardo** < **leo**, 'leão', + **pardus**, 'pantera' (p. 214).

j) **Pardo**, adj.: étimo incerto. Para uns, port. **pardo** < lat. **pardus**, «'leopardo', pela cor do animal». Para outros a etimologia mais natural é: **pallidus** > **pal'do** > **pardo** (p. 214).

l) **Estandarte**: étimo incerto. Primeira hipótese: lat. **extendere**, 'estender as insígnias, as bandeiras' + variante francesa **-arte** do sufixo germânico **-hart/-hard**. Segunda hipótese: germ. **stand**, modalidade do verbo **stehen**, 'estar' + sufixo **-hart** (p. 214).

m) **Avisar** < latim vulgar **advīsare** < lat. cl. **ad** + **visus**, part. de **videre**, 'ver'. Sinónimo de **admonere**, 'fazer lembrar, relembrar; aconselhar, avisar, advertir'.

Segundo Du-Cange, o étimo poderia ser a partícula latina **ad** + ant. alto alemão **wissan**, 'mostrar, ensinar, instruir'. «A derivação alemã tem contra si um dos característicos fonéticos das palavras de origem germânica, isto é, a mudança de **w** em **gu**, que se observa, por exemplo, em **guerra**, **guisa** e **Guilherme**» (p. 234).

n) Port. **marfim** e esp. **marfil** < ár. **adm-alfil**, 'osso de elefante' (p. 259).

o) Lat. **ebur**, 'marfim' > lat. **eburneus** > port. **ebúrneo**, 'de marfim; alvo e/ou liso como o marfim' (p. 259).

p) **Serpente** < **serpentem**, de **serpens**, **-entis**, part. presente de **serpo**. De **serpente** formou-se **serpentear** (p. 278).

q) Port. **serpe**, 'serpente': segundo Sousa da Silveira, citado por Mário Barreto, «problema ainda falto de solução». Não pode ser **serpens**, nom. > **serpe**, porque não há lei que justifique a queda do **-ns** final. A hipótese de Sousa Silveira, ainda sujeita a confirmação, é que «**serpe** vem do acusativo **serpe(m)**, correspondente ao nominativo **serpes**, que era como em latim popular se pronunciava **serpens**. Esta explicação, sim, amolda-se aos princípios científicos da língua; pois é sabido que o **-m** final do acusativo não se pronunciava, e do grupo **-ns(-)** o **n** desaparecia, o que é abundantemente confirmado pelo testemunho formal dos gramáticos, que ensinavam, por ex., **ansa non asa (...)**. Ainda atestam essa evolução do grupo **ns** para **s** inúmeras palavras portuguesas, como:

mesa < mensa,
defesa < defenza,
mostrar < monstrare,
tosar < tonsare e
o sufixo -ês < -ense» (p. 278-279).

r) Rouxinol (var. roussinol e roussinhol) < lat. lusciniola ou lusciniolus, dim. de lusciniola. O l permuta-se em r por dissimilação e há «outras mudanças que a fonética explica» (p. 295).

s) Precoce < prae, 'antes' + tema de coquere, 'cozer, madurar'. O significado literal da palavra é, pois, 'imaturo, prematuro' (p. 303).

t) A terminação -igar, que aparece em alguns verbos de formação erudita, contém a raiz de agere, 'fazer':

castigar < castigare;
fustigar < fustigare;
mitigar < mitigare;
litigar < litigare (p. 338).

u) Em alguns verbos portugueses terminados em -gar está presente o resultado das mudanças fonéticas que operaram no sufixo latino -icar (perda da vogal pretônica, posterior à sonorização da consoante surda):

folgar < follicare, de follis ('mover-se como um fole');
vingar < vindicare;
cavalgar < caballicare;
amargar < amaricare;
outorgar < autoricare;
comungar < communicare (comunicar é erudito) — p. 337.

v) Mascar < mast'car < masticare: «ao lado da desinência -gar, encontra-se -car, na qual o c não chegou a mudar-se em g». Em mascar houve assimilação à consoante áfona que precedia o c. O autor não faz nenhuma referência a mastigar (p. 337).

x) Outros verbos em -gar supõem a existência de infinitivos em -icare no latim vulgar:

tragar < l.v. trahicare < l.c. trahere

estragar < l.v. extrahicare < l.c. extrahere

sossegar < l.v. subsedicare < l.c. (sic!) subsedare, de sub + sedare, 'acalmar' (outra hipótese: sossegar < sessicare) — p. 338.

z) Há verbos em -icar em português cujo étimo remonta ao baixo latim:

fabricar < fabricare, de fabrica, de faber, 'o que trabalha, artífice'.

intoxicar < intoxicare (p. 337).

z') De adjetivos acabados em -ficus (de facio, 'eu faço'), como **pacíficus** e **sanctíficus**, formou o latim da decadência verbos em -ificare. Tal terminação, que contém, pois, a raiz de **facere**, foi transformada em sufixo formador de verbos causativos, na língua culta, e resultou no sufixo -ificar português. Assim:

pacificar < pacificare;

santificar < sanctificare.

Por influência do francês **codifier**, de **code**, temos **codificar**, e não **codicificar**, como seria de se esperar do lat. **codex**, -icis.

De **identícus**, latim escolástico, derivado do pronome **idem**, formou-se **identificar**.

A forma popular correspondente a **pacificar** é **apaziguar**. **Santiguar**, **amortiguar** e **averiguar**, por sua vez, seriam as correspondentes vulgares às formas eruditas **santificar**, **mortificar** e **verificar**, respectivamente. Houve metátese e vocalização da contínua **f** (**gu** em lugar de **vg**). A evolução fonética teria sido:

verificare > verifigar > verifgar > verivgar > veriguar (p. 338)

2.6. ALGUNS CASOS DE ETIMOLOGIA POPULAR

a) No Brasil, **caminhão**; em Portugal, **camião**. O étimo é o fr. **camion**, palavra de origem incerta. A etimologia popular agiu no sentido de relacionar a palavra opaca e convencional a algo que se lhe pren-

desse pelo sentido. Pela proximidade de significantes, ligou-se **camião** a **caminhar** e daí se tem **caminhão**, forma também usada na região do Minho (p. 112-113).

b) **Vagabundo** > **vagamundo** — a mudança se fez por pensarem os falantes em «vagar pelo mundo» (p. 113).

c) «Um galicismo muito engraçado que os soldados portugueses trouxeram de França: **João das armas** por **gendarme**» (p. 113).

d) **Camapé**, em vez de **canapé**; pela associação com **cama**. O étimo verdadeiro é o fr. **canapé**, do lat. pop. **canapeum** (lat. class. **conopeum**). **Camapé**, segundo Mário Barreto, foi usado «frequentemente» por Camilo (p. 113).

e) **Necromancia** < **nekros**, 'morte' + **manteia**, 'adivinhação'. Esta é a forma legítima, correspondente ao verdadeiro étimo. No entanto, os «eruditos» julgam ver aí um parentesco com o latim **niger**, 'negro' e da falsa etimologia resultou **nigromancia**. Talvez seja essa a origem da expressão **magia negra** e, por oposição, **magia branca** (p. 114).

f) lat. **verucūm** > port. **ferrolho**, por analogia com **ferro** (p. 114).

3. CONCLUSÃO

Não se pode contestar a «erudição sedimentada de filólogo» de que é portador Mário Barreto. Na área da etimologia (como em outras áreas, que apenas lemos rapidamente, por não se tratar de interesse específico deste trabalho), pareceu-nos amplo e profundo seu conhecimento e segura sua argumentação.

Cabe também ressaltar sua inteligência e clareza de visão na defesa da reforma ortográfica de Gonçalves Viana, a qual aboliu complicações inúteis fundadas em falsas etimologias. Ainda no que diz respeito ao uso de neologismos e empréstimos, é esclarecida e «avançada» sua posição, revelando bom senso e discernimento: o neologismo é fator dinâmico e enriquecedor. O estrangeirismo que penetrou na língua e nela se fixou, atendendo a uma necessidade prática da comunicação, deve ser aceito sem restrições e aportuguesado inclusive na sua grafia. Não importa que a língua portuguesa possua outra palavra que possa substituir o empréstimo (evidentemente sem todas

as nuances de que é portadora a palavra estrangeira), ou que o «barbarismo» tenha sido mal formado em sua origem (como **kilômetro**), o critério de legitimação é o do uso, o da aceitação por parte dos falantes (ainda que só os «bons falantes»).

Aliás, a propósito, é bom determo-nos sobre as «excelências de vernaculista» de Mário Barreto e compreender o autor e a obra no seu momento histórico, inseridos em sua realidade temporal. A grande preocupação dos consulentes, a que corresponde Mário Barreto, fornecendo respostas a inteiro contento, dizia respeito, mais que à correção idiomática, à pureza vernacular. Sob esse prima, é realmente alta recomendação a garantia de Joaquim Ribeiro quanto à argúcia revelada pelo autor em «diferençar o bom do uso popular, o fato da linguagem literária do fato do linguajar do povo, o certo do errado, o solecismo da boa construção».

O «bom uso» literário é abonado pelos clássicos e Mário Barreto vai colher exemplos em Camões, Bernardes, Vieira, Garrett, Castilho, Herculano, Camilo. Até cancioneiros medievais são lembrados, mas, dentre os escritores brasileiros, apenas encontramos citações de Machado de Assis. Ainda que não se possa pretender de Mário Barreto uma visão clara da variação lingüística, da incontestável existência de diferentes dialetos e registros e de sua perfeita equivalência do ponto de vista da eficácia da comunicação, não deixa de causar estranheza a ausência de seus conterrâneos e contemporâneos no rol dos tidos como «bons autores». O mesmo preconceito que leva a igualar «uso popular», «linguajar do povo» a «errado» e «solecismo», conduz à consideração de que apenas os portugueses, os donos da língua, estão aptos a dela se valerem com beleza, elegância, expressividade e «correção». Afinal de contas, **Através do Dicionário e da Gramática** foi publicado em 1927, cinco anos depois da Semana de Arte Moderna, e apenas um ano antes da primeira edição de **Macunaíma**.

Outro ponto a considerar é o gosto pela minúcia, o apreço pelas «informaçõe-zinhas», tão arraigado entre os leitores e de que se orgulha o autor. Esse é realmente o «espírito» do livro: o «purismo» gramatical, tomado não em termos amplos, tendo em vista a clareza e a eficácia da comunicação, mas, antes, relevando-se o detalhe, o pormenor. Polêmicas e discussões são travadas, páginas e páginas são escritas, argumentos e contra-argumentos são levantados, para resolver questões realmente de somenos importância.

Além disso, o próprio autor reconhece, a leitura do livro visa a «ministrar alguns conhecimentos, senão necessários, ao menos curiosos». É o «eruditismo», a chamada «cultura inútil», o apego à erudição pela erudição. Em vários artigos percebemos que a resposta vai muito além da pergunta do consulente, envereda por questões pelas quais não havia ele demonstrado interesse e nelas se alonga, o que nos parece uma demonstração gratuita do conhecimento e da cultura do autor. A maior parte das etimologias que o livro traz aparece assim, mais ou menos gratuitamente, nas divagações a propósito de problemas de outra natureza. Essa falta de objetividade, requisito que a sociedade contemporânea tanto preza, deve ser imputada, parece-nos mais justo, não a uma deficiência pessoal do estilo de Mário Barreto, mas ao gosto da época, afeita à verbosidade e ao eruditismo. Naquele tempo a vida era mais calma, dispunha-se de mais tempo...

Apesar das ressalvas feitas, que se prendem ao problema do distanciamento no tempo e, pois, à diferença de mentalidade e expectativa entre o princípio e o final deste conturbado século XX, a leitura de Mário Barreto é, sem dúvida alguma, proveitosa e enriquecedora, pela firmeza e profundidade de seus conhecimentos.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Mário. *Através do Dicionário e da Gramática*, 3ª edição, Rio, Organização Simões, 1954.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*, 6ª edição, Rio, Livraria Acadêmica, 1974.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*, 4ª edição, Rio, J. Ozon Editor, 1970.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino-Português*, 3ª edição, Rio, MEC — SNME, 1962.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda — *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1ª edição, 5ª impressão, Rio, Nova Fronteira, 1975.

A Distribuição dos Advérbios de Modo em “-mente”

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva

1. Considerações Gerais

Neste estudo, pretende-se descrever e analisar o comportamento sintático dos advérbios de modo simples do português, procurando investigar, em especial, suas possibilidades de ocorrência em sentenças com verbos finitos, na voz ativa.

As gramáticas tradicionais do português conceituam os advérbios como palavras modificadoras do verbo, do adjetivo e de outro advérbio. Dos papéis que estas palavras podem desempenhar nas orações, só nos interessa aqui o de ‘modificadoras de verbo’. Neste caso, elas expressam as várias circunstâncias que se podem acrescentar à significação verbal, dentre as quais está incluída a de ‘modo’. Portanto, o advérbio de modo seria aquele elemento que exprime a maneira como o processo verbal se realiza. Vejamos os exemplos:

- (1) (a) João admitiu **humildemente** sua culpa.
- (b) Ele falou a verdade **claramente**.
- (c) Pedro agiu **corretamente** com meu pai.

Em (1), os itens grifados são classificados como **advérbios de modo**, isto é, vocábulos que acompanham um verbo e o modificam, acrescentando-lhe ao significado a noção de ‘modo’.

Joseph E. Emonds (1970:113),² estudando os advérbios de modo em inglês, chama a atenção para o tipo de paráfrase que admitem. Dados do português semelhantes aos analisados por esse autor seriam:

- (2) (a) O menino sorriu $\left\{ \begin{array}{l} \text{alegremente} \\ \text{com alegria} \\ \text{de um modo alegre} \end{array} \right\} .$
- (b) Ele entornou $\left\{ \begin{array}{l} \text{cuidadosamente} \\ \text{com cuidado} \end{array} \right\} \text{ o feijão.}$

Este tipo de paráfrase seria característico dos advérbios aqui analisados. Entretanto, como Emonds verifica também no inglês, há certos elementos desta classe que não admitem ser parafreseados como em (2). Considerem-se os casos abaixo:

- (3) (a) Concordo $\left\{ \begin{array}{l} * \text{ de um modo inteiro} \\ \text{inteiramente} \end{array} \right\} \text{ com você.}$
- (b) O negócio fracassou $\left\{ \begin{array}{l} \text{completamente} \\ * \text{ de um modo completo} \end{array} \right\} .$

Vamos admitir, porém, assim como o faz o referido lingüista, que os itens sublinhados em (3) são advérbios de modo, apesar da agramaticalidade das paráfrases, uma vez que o sentido deles não foi alterado por estas últimas.

Outra característica dos advérbios em questão, ainda salientada pelo mesmo autor, é o fato de eles seguirem e modificarem o verbo, sem a ocorrência de uma pausa respiratória (vírgula) entre eles e este elemento, como se pode verificar nos exemplos (1)-(3) acima.

Finalmente, convém lembrar uma importante particularidade dos itens aqui analisados, ressaltada por Irena Bellert (1977:339) para o inglês, e que se aplica também à nossa língua:

«... advérbios de modo têm em comum a seguinte propriedade semântica: quando ocorrem sob o acento principal, seja em orações afirmativas, seja em negativas ou interrogativas, a oração implica (ou pressupõe, como alguns lingüistas diriam) a afirmativa correspondente, sem o advérbio».³

Enunciando-se, pois, qualquer das sentenças abaixo, com uma entonação normal,

- (4) (a) João falou calmamente.
- (b) João falou calmamente?
- (c) João não falou calmamente.

implica-se, ao mesmo tempo, a afirmativa sem o advérbio:

- (5) João falou.

Assim, entendemos que (4) (a) é, basicamente, (5), acrescida de um dado novo: o 'Modo' do processo de falar. Em (4) (b), a pergunta refere-se a este 'Modo', não ao verbo. E, em (4) (c), também a negação recai sobre **calmamente**, e não sobre 'falou'.

2. ADVÉRBIOS DE MODO EM '-MENTE'

Na seção precedente, apresentamos as características dos advérbios de modo destacadas por alguns autores de diferentes correntes teóricas. A seguir, vamos verificar suas possibilidades de colocação nas sentenças ativas, com verbos finitos.

2.1 'COMPLETAMENTE' E SUA CLASSE

Considerem-se as estruturas abaixo:

- (6) (a) A chuva parou **completamente**.
- (b) *A chuva **completamente** parou.
- (c) ***Completamente** a chuva parou.

Em (6), **completamente** é um advérbio de modo, segundo o que vimos na seção anterior. Embora a paráfrase com 'de um modo completo' não seja inteiramente natural, ele apresenta as outras características desses advérbios: refere-se a 'parou', acrescentando-lhe ao significado a noção de 'Modo', e segue o verbo, sem ser precedido por pausa. Poderíamos realçar, ainda, que (6) (a) implica:

- (7) A chuva parou.

a afirmativa correspondente, sem advérbio.

Agora, vejamos: em (6), **completamente** acompanha um verbo sem complemento e só pode ser colocado depois dele, como em (a). As sentenças (b) e (c), nas quais antecede o verbo, são agramaticais. Esse mesmo padrão é seguido por outros itens como: **totalmente**, **inteiramente** e **diferentemente**.

Mesmo em sentenças com verbos acompanhados de complementos, a anteposição desses advérbios ao verbo é bloqueada. Vejam-se os exemplos:

- (8) (a) O detetive desvendou $\left\{ \begin{array}{l} \text{totalmente} \\ \text{inteiramente} \end{array} \right\}$ o mistério hoje cedo.
- (b) O detetive desvendou o mistério $\left\{ \begin{array}{l} \text{totalmente} \\ \text{inteiramente} \end{array} \right\}$ hoje cedo.
- (c) O detetive desvendou o mistério hoje cedo $\left\{ \begin{array}{l} \text{totalmente} \\ \text{inteiramente} \end{array} \right\}$
- (d) *O detetive $\left\{ \begin{array}{l} \text{totalmente} \\ \text{inteiramente} \end{array} \right\}$ desvendou o mistério hoje cedo.
- (e) * $\left\{ \begin{array}{l} \text{totalmente} \\ \text{Inteiramente} \end{array} \right\}$ o detetive desvendou o mistério hoje cedo.

A agramaticalidade de (8) (d) — (e), assim como de (6) (b) — (c), leva-nos à conclusão de que os advérbios de modo não podem anteceder o verbo em português, seja qual for a estrutura em que apareçam. Observando-se, ainda, a distribuição pós-verbal, os advérbios em estudo apresentam liberdade de ocorrência — podem vir não somente logo após o verbo, como em (a), mas também após outros constituintes que o seguem, como em (b) e (c).

Mais um exemplo que confirma tal afirmação é dado pela série abaixo:

- (9) (a) Eles relataram **diferentemente** o caso à polícia.
(b) Eles relataram o caso **diferentemente** à polícia.
(c) Eles relataram o caso à polícia **diferentemente**.
(d) * Eles **diferentemente** relataram o caso à polícia.
(e) * **Diferentemente** eles relataram o caso à polícia.

Logo, os dados analisados até aqui permitem-nos levantar a seguinte hipótese a respeito da distribuição dos advérbios de modo, em português:

- (10) Advérbios de modo só podem ocorrer pospostos a verbos. Têm, aí, liberdade de colocação.

2.2 'NATURALMENTE' E SUA CLASSE

Na seção anterior, procuramos descrever o comportamento sintático dos advérbios de modo do português, em estruturas de vários tipos. Os exemplos discutidos parecem comprovar a hipótese (10), acima.

Uma investigação mais detalhada, no entanto, leva-nos à descoberta de sentenças em que a distribuição dos advérbios, à primeira vista, parece ser outra. Veja-se o seguinte grupo de orações:

- (11) (a) O presidente sorriu **naturalmente**.
(b) O presidente **naturalmente** sorriu.
(c) **Naturalmente** o presidente sorriu.

Em (11), **naturalmente**, acompanhando um verbo sem complemento, pode vir não só posposto a ele, mas também anteposto, como verificamos com as sentenças perfeitamente gramaticais (11) (b) — (c), nas quais aparece logo antes de 'sorrir' e antes do SN sujeito, respectivamente. Estas estruturas fogem ao padrão daquelas vistas na seção 2.1. Repare-se, ainda, que este fato não é idiosincrasia de **naturalmente**, uma vez que outros advérbios, como: **inteligentemente**, **amavelmente**, **tranqüilamente**, etc., também podem preceder o verbo sem que se obtenha um resultado não-gramatical. Considerem-se, por exemplo:

- (12) (a) Paulo trabalhou **inteligentemente**.
(b) Paulo **inteligentemente** trabalhou.
(c) **Inteligentemente** Paulo trabalhou.

- (13) (a) O presidente sorriu **amavelmente** hoje cedo.
(b) O presidente sorriu hoje cedo **amavelmente**.
(c) O presidente **amavelmente** sorriu hoje cedo.
(d) **Amavelmente** o presidente sorriu hoje cedo.

- (14) (a) João adormeceu **tranqüilamente** na rede.
 (b) João adormeceu na rede **tranqüilamente**.
 (c) João **tranqüilamente** adormeceu na rede.
 (d) **Tranqüilamente** João adormeceu na rede.

Nestas sentenças, como em (11), os advérbios, co-ocorrendo com verbos sem complemento, podem vir antes deles. Portanto, temos aqui um impasse. Estes novos exemplos parecem contradizer a conclusão (10). Teríamos, portanto, de modificá-la, de modo a explicar a gramaticalidade das orações com os advérbios antecedendo os verbos, em (11) — (14). Mas será tal modificação realmente necessária?

Examinemos mais detidamente os dados que parecem contra-evidência para (10). Em cada uma das séries, as orações com o advérbio antes do verbo não são, na verdade, sinônimas daquelas em que o advérbio se pospõe a este constituinte, o que não acontece com os exemplos vistos na seção precedente. Em outras palavras: em (11) — (14), parece haver uma diferença de significado entre as orações, conforme o advérbio siga ou preceda o verbo.

Assim, por exemplo, em:

- (11) (a) O presidente sorriu **naturalmente**.

o item grifado é mesmo um advérbio de modo, segundo as características destacadas na seção 1. Ele é um modificador de 'sorrir': acrescenta ao seu significado a informação sobre a maneira como se deu o processo verbal — 'de modo natural'. (11) (a) poderia ser parafraseada por:

- (15) O presidente sorriu { de uma maneira natural }
 { com naturalidade } .

Além disso, em (11) (a) não há nenhuma pausa respiratória entre o verbo e **naturalmente**, outra particularidade, já citada, dos advérbios de modo. Portanto, temos aí, sem dúvida, um elemento da mesma classe de **completamente**, **totalmente**, **inteiramente** e **diferentemente**.

Ainda outro argumento que justifica a sua inclusão no mesmo grupo dos advérbios de modo estudados em 2.1 pode ser encontrado em Irena Bellert. Relembrando o que já vimos, segundo a autora, toda sentença com um advérbio de modo implica a sentença afirmativa correspondente, sem o advérbio. E veja-se que, quando enunciarmos (11) (a) entendemos também:

(16) O presidente sorriu.

Logo, o que (11) (a) afirma é, basicamente, (16). Naturalmente apenas acrescenta uma informação a mais, relacionada ao verbo da oração, ligada à noção de 'Modo'.

O mesmo acontece se naturalmente aparece numa sentença negativa. Enunciando-se:

(17) O presidente não sorriu naturalmente.

entende-se também (16). Ou seja: (17) teria, mais ou menos, este sentido:

(18) O presidente sorriu, mas não naturalmente.

Portanto, parece que, em (17), a negativa relaciona-se ao advérbio e não ao verbo: que o presidente sorriu, não se discute; ele não o fez

{ com naturalidade }
{ naturalmente } , no entanto.

O padrão acima se repete, se a oração for interrogativa:

(19) O presidente sorriu naturalmente?

(19) também implica (16). Quando interpretamos (19), fica claro que não há dúvidas quanto ao fato de o presidente ter sorrido. O que se quer saber é se ele o fez de maneira natural.

Todas estas considerações visam a mostrar que na oração:

(11) (a) O presidente sorriu naturalmente.

o item grifado é, na verdade, um advérbio de modo.

No entanto, se comparamos (11) (a) com:

(11) (b) O presidente naturalmente sorriu.

(c) Naturalmente o presidente sorriu.

verificamos que os fatos são outros, nestes dois últimos exemplos. Em primeiro lugar, as paráfrases apresentadas em (15) parecem estranhas aqui:

(20) (a) ?? O presidente $\left\{ \begin{array}{l} \text{de uma maneira natural} \\ \text{com naturalidade} \end{array} \right\}$ sorriu.

(b) ?? $\left\{ \begin{array}{l} \text{Com naturalidade} \\ \text{De uma maneira natural} \end{array} \right\}$ o presidente sorriu.

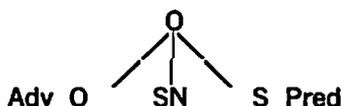
Em segundo lugar, parece-nos que, em (11) (b) — (c), o advérbio não está relacionado apenas ao verbo, mas, antes, a toda a sentença, como se o falante estivesse emitindo um julgamento seu a respeito do fato expresso pelas orações. Isto é, em (11) (b) — (c), o que estaria sendo afirmado é que a atitude de sorrir, por parte do presidente, era um fato esperado pelo falante. É como se o falante tivesse avaliado tal ato e achado que ele deveria mesmo ocorrer. Portanto, estas sentenças teriam, aproximadamente, este sentido:

(21) $\left\{ \begin{array}{l} \text{É claro que} \\ \text{Como se era de esperar,} \\ \text{Sem dúvida alguma,} \end{array} \right\}$ o presidente sorriu.

Esta interpretação é diferente daquela de (11) (a). Em (11) (b) — (c) não há, pois, um uso 'modal' de naturalmente. Vamos admitir que, nestas estruturas, o advérbio seja usado como Advérbio de Oração. Estamos, então, introduzindo agora um novo tipo de advérbio, ainda não discutido neste estudo.

Chamaremos de 'advérbios de oração' àqueles elementos que funcionam como modificadores de todo o enunciado, de toda a oração em que são gerados. Neste trabalho, vamos adotar como hipótese que tais advérbios, na estrutura profunda, vêm gerados em posição inicial, antes do SN sujeito, como em:

(22)



São deste tipo os itens grifados abaixo:

- (23) (a) **Felizmente** Maria comprou um Passat.
(b) **Certamente** João concordou com o chefe.
(c) **Provavelmente** Pedro entregou a carta ao policial.
(d) **Evidentemente** o preso fugiu.

Segundo as gramáticas tradicionais, os advérbios de oração em português podem ocorrer em duas posições diferentes: no início de orações, como em (23), e no final. Esta posição, no entanto, é caracterizada de um modo especial: há sempre uma pausa respiratória separando o advérbio do resto da sentença. Na escrita, a vírgula marca o fenômeno, como se verifica em:

- (24) Maria comprou um Passat, **felizmente**.

Devemos apontar, no entanto, que além das duas posições citadas acima, parece haver, ainda, outras possibilidades de colocação para os vocábulos de que estamos tratando. Atente-se, por exemplo, para:

- (25) Maria comprou, **felizmente**, um Passat.

e

- (26) Maria **felizmente** comprou um Passat.

Em (25), **felizmente** ocorre logo após o verbo. Vem, contudo, destacado por vírgulas, ao contrário do que se verifica com os advérbios de modo.⁴ Já (26) ilustra o fato de que advérbios oracionais podem se colocar entre o SN sujeito e o verbo.

Após este rápido exame de algumas características dos elementos classificados como 'advérbios de oração', observem-se novamente (11) (b) e (c). Temos agora mais argumentos para considerar que **naturalmente**, nestes dois exemplos, seja um advérbio do tipo de **felizmente**. Como se vê, ocorre em duas posições superficiais comuns a outros advérbios oracionais: após o SN sujeito, antes do verbo, em (b); no início da estrutura, em (c). Além disso, como já se realçou antes, **naturalmente** refere-se a toda a oração, nos exemplos discutidos, indicando uma apreciação do falante a respeito de todo o fato expresso por ela. (11) (b) — (c) teriam, pois, um sentido mais ou menos equivalente a (21).

Portanto, justifica-se a afirmação de que casos paralelos a (b) — (c) de (11) — (12), e (c) — (d) de (13) — (14), não são, na verdade, contra-evidência para (10), que repetimos abaixo:

(10) Advérbios de modo só podem ocorrer pospostos a verbos.

Têm, aí, liberdade de colocação.

Nos exemplos citados não há 'advérbios de modo', mas 'advérbios de oração'.

A seguir vamos discutir mais alguns casos que parecem comprovar esta conclusão. Segundo Bellert (1977:340), no inglês, os advérbios de oração não podem ocorrer em estruturas interrogativas, ao contrário do que acontece com os de modo. Parece que o português comporta-se da mesma maneira. Vejamos:

- (27) (a) *Felizmente Maria comprou um Passat?
- (b) *Certamente João concordou com o chefe?
- (c) *Provavelmente Pedro entregou a carta ao policial?
- (d) *Evidentemente o preso fugiu?

Segundo Jackendoff (1972:85), poderíamos explicar a agramaticalidade das sentenças em (27) devido a uma incongruência semântica entre advérbios deste tipo e o solicitar de uma informação que caracteriza estas interrogativas.⁶ De qualquer forma, para os nossos objetivos, é suficiente constatar que estruturas interrogativas diretas com advérbios de oração são agramaticais. Comparem-se a seguir:

- (28) (a) *O presidente naturalmente sorriu?
- (b) *Naturalmente o presidente sorriu?

Assim como acontece em (27), (28) (a) — (b), com **naturalmente** antecedendo o verbo, em interrogativas, não são bem formadas. A comparação de (27) com (28) parece, portanto, confirmar a hipótese que estamos defendendo: em qualquer posição antes do verbo finito, o advérbio não é do 'modo', mas de 'oração'. Comparemos (28), ainda, com:

- (19) O presidente sorriu naturalmente?

(19) é a oração interrogativa correspondente à afirmativa (11) (a), onde naturalmente é um advérbio de modo, conforme já verificamos. E (19) é gramatical, o que não acontece com (28). Deste modo, temos realmente usos diferentes do advérbio em (11) (a), por um lado, e (11) (b) — (c), por outro.

Lembre-se, ainda, que o mesmo tipo de raciocínio aplica-se a sentenças negativas. Já vimos que, enunciando-se a oração com o advérbio de modo:

(17) O presidente não sorriu naturalmente.

entende-se, também, a afirmativa correspondente, sem o advérbio:

(16) O presidente sorriu.

Isto levou-nos a concluir que, em (17), a negativa está ligada ao 'Modo' e não ao verbo.

Agora compare-se (17) a uma sentença negativa com um advérbio de oração:

(29) Felizmente Maria não comprou um Passat.

Percebe-se, de imediato, a diferença entre os dois casos em discussão. (29), ao contrário de (17), implica a oração negativa correspondente, sem o advérbio. Ou seja: enunciando-se (29), entendemos também:

(30) Maria não comprou um Passat.

Portanto, (29) é (30) mais o advérbio **felizmente**, que se relaciona a toda a oração e não a um elemento qualquer da mesma.

Comprova-se, assim, que os 'advérbios de modo' e os 'advérbios de oração' comportam-se de maneira diferente, no que se refere à interpretação das estruturas negativas em que ocorrem. A seguir, observe-se que **naturalmente** segue o mesmo padrão de (29), quando vem precedendo o verbo, em orações negativas:

(31) (a) O presidente naturalmente não sorriu.

(b) Naturalmente o presidente não sorriu.

As sentenças de (31), com o advérbio, implicam a **negativa correspondente**, sem o advérbio:

(32) O presidente não sorriu.

As orações de (31) teriam, pois, aproximadamente, o seguinte sentido:

(33) $\left\{ \begin{array}{l} \text{É claro que} \\ \text{Como se era de esperar,} \\ \text{Sem dúvida alguma,} \end{array} \right\}$ o presidente não sorriu.

Em resumo, os dados analisados até agora, nesta seção, parecem evidenciar que, na verdade, a oração:

(11) (a) O presidente sorriu **naturalmente**.

com o advérbio posposto ao verbo, não é sinônima de:

(11) (b) O presidente **naturalmente** sorriu.

(c) **Naturalmente** o presidente sorriu.

nas quais **naturalmente** vem antes de «sorriu». Demonstramos que, em (11) (a), o vocábulo grifado segue o padrão de outros advérbios de modo, enquanto que, em (11) (b) — (c), o padrão seguido é o dos advérbios de oração.

Considerando-se, portanto, os casos examinados nesta parte, complementados pelas conclusões a que chegamos na seção anterior, poderíamos formular uma hipótese a respeito de uma possível classificação dos elementos investigados até agora. Parece-nos que temos justificativas para distinguir, pelo menos, duas classes dentre os itens analisados:

(34) (a) 'Advérbios de Modo';

(b) 'Advérbios de Oração'.

Vocábulos como **completamente**, **inteiramente**, **totalmente**, etc. pertenceriam apenas à primeira destas classes: (34) (a). **Evidentemente**, **felizmente**, **provavelmente**, etc. pertenceriam apenas à segunda: (34) (b). Finalmente, itens como **naturalmente** e ainda — **inteligentemente**,

amavelmente, tranqüilamente, etc. — poderiam ser classificados como 'advérbios de modo' ou 'advérbios de oração', dependendo do padrão de comportamento que seguissem. Deve-se salientar, ainda, que esses itens, enquanto 'advérbios de modo', têm uma distribuição exatamente igual à de outros elementos desse grupo.

A seguir, vejamos se, com verbos acompanhados de complementos, os advérbios da classe de **naturalmente** comportam-se da mesma maneira que em (11) — (14). Atente-se, pois, para:

- (35) (a) O pai ofereceu **naturalmente** o cigarro ao filho.
 (b) O pai ofereceu o cigarro **naturalmente** ao filho.
 (c) O pai ofereceu o cigarro ao filho **naturalmente**.
 (d) O pai **naturalmente** ofereceu o cigarro ao filho.
 (e) **Naturalmente** o pai ofereceu o cigarro ao filho.

Nestas sentenças, **naturalmente** co-ocorre com um verbo cujos complementos são um SN e um SPrep. E as mesmas considerações feitas com relação a (11) aplicam-se aqui: somente há 'advérbios de modo' em (a) — (c), onde o elemento em questão aparece após 'ofereceu'. Em (d) — (e), anteposto ao verbo, **naturalmente** classifica-se como 'advérbio de oração', tendo estes exemplos o sentido mais ou menos equivalente a:

- (36) { É claro que
 Como se era de esperar,
 Sem dúvida alguma, } o pai ofereceu o cigarro
 ao filho.

Esta interpretação difere da que se pode atribuir a (35) (a) — (c), onde o advérbio admite as paráfrases próprias de 'advérbios de modo':

- (37) { de um modo natural
 com naturalidade }

Note-se, ainda, que (a) — (c) de (35) ilustram também que o 'Modo' ocorre após o verbo com liberdade de colocação: em (a), precede o SN objeto, vindo logo depois de 'ofereceu'; em (b) colocá-se após o SN objeto, antes de SPrep; e em (c), vem posposto ao SPrep, no final da sentença.

Outros elementos citados nesta seção apresentam o mesmo comportamento, quando ocorrem em sentenças com verbos seguidos de complemento: **inteligentemente**, **amavelmente**, **tranqüilamente**, etc.

Finalmente, seria interessante analisar mais algumas sentenças, nas quais os vocábulos considerados co-ocorrem com 'Tempo e 'Lugar':

(38) (a) Maria cumprimentou $\left\{ \begin{array}{l} \text{naturalmente} \\ \text{amavelmente} \end{array} \right\}$ sua rival, no mercado, hoje cedo.

(b) Maria cumprimentou sua rival $\left\{ \begin{array}{l} \text{naturalmente} \\ \text{amavelmente} \end{array} \right\}$ no mercado, hoje cedo.

(c) Maria cumprimentou sua rival, no mercado, $\left\{ \begin{array}{l} \text{amavelmente} \\ \text{naturalmente} \end{array} \right\}$ hoje cedo.

(d) Maria cumprimentou sua rival, no mercado, hoje cedo, $\left\{ \begin{array}{l} \text{naturalmente} \\ \text{amavelmente} \end{array} \right\}$.

(e) Maria $\left\{ \begin{array}{l} \text{naturalmente} \\ \text{amavelmente} \end{array} \right\}$ cumprimentou sua rival, no mercado, hoje cedo.

(f) $\left\{ \begin{array}{l} \text{Naturalmente} \\ \text{Amavelmente} \end{array} \right\}$ Maria cumprimentou sua rival, no mercado, hoje cedo.

Na série acima, (a) — (d) são as estruturas em que os elementos sublinhados recebem uma interpretação modal, como se pode verificar, por exemplo, pela possibilidade de parafraseá-los, respectivamente, como em:

(37) $\left\{ \begin{array}{l} \text{de um modo natural} \\ \text{com naturalidade} \end{array} \right\}$

(39) $\left\{ \begin{array}{l} \text{de um modo amável} \\ \text{com amabilidade} \end{array} \right\}$

Deve-se atentar, mais uma vez, para o fato de que sua colocação é livre, após o verbo. Assim, em (a), os advérbios ocorrem após 'cumprimentou', antes do SN; em (b), vêm depois do SN, antes de 'Lugar'; em (c), aparecem entre 'Lugar' e 'Tempo'; e em (d), depois de 'Tempo', no final da oração.

Em relação a (38) (a) — (d), ainda outros fatos interessantes podem ser mencionados. Para alguns falantes, existe claramente uma diferença na aceitação destas sentenças. (38) (a) é, indiscutivelmente, a melhor delas. E observe-se que, aí, os advérbios de modo vêm imediatamente após o verbo que eles modificam. Em ordem de preferência, segue-se (38) (b), em que os elementos analisados separaram-se do verbo apenas pelo SN objeto. (38) (c) e (d), apesar de gramaticais, são consideradas, de algum modo, 'estranhas'. A princípio, poderíamos pensar que o problema está na co-ocorrência do 'Modo' com 'Lugar' e 'Tempo'. Lembrem-se, porém, as estruturas abaixo:

(13) (a) O presidente sorriu amavelmente hoje cedo.

(b) O presidente sorriu hoje cedo amavelmente.

(13) (a) e (b) são perfeitamente gramaticais. E nelas, o advérbio de modo **amavelmente** co-ocorre com 'Tempo', vindo não só antes deste constituinte, como em (a), mas também depois dele, como em (b). Logo, não há restrição ao aparecimento de 'Modo' numa sentença em que haja também 'Tempo'.

O mesmo é verdade, ainda, com referência a 'Lugar'. Considerem-se mais uma vez, os exemplos:

(14) (a) João adormeceu tranquilamente na rede.

(b) João adormeceu na rede tranquilamente.

Em (14), o advérbio de modo, co-ocorrendo com 'Lugar', pode-se colocar livremente antes ou depois dele, como se vê, respectivamente, em (a) e (b). Ambas as sentenças são bem formadas.

Portanto, o problema em (38) (c) e (d) não deve ser atribuído ao fato de os advérbios de modo virem em estruturas com 'Lugar' e 'Tempo', mas deve ser relacionado a algum outro fenômeno. Uma outra hipótese poderia ser considerada: observe-se que, em tais orações,

o 'Modo' acha-se já mais distante do 'Verbo'. Isto exigiria um esforço maior da memória, por parte dos falantes, na interpretação, no processamento das sentenças. E esta poderia ser a razão pela qual os exemplos (a) e (b) — em que os elementos relacionados (verbo e advérbio) acham-se mais próximos um do outro — são 'preferidos' pelos falantes.

Atente-se, novamente, para as sentenças (38) (c) e (d). Conforme observamos na primeira seção, parece ser uma característica do 'advérbio de modo' a ausência da pausa respiratória para separá-lo do verbo a que se liga, o que, na escrita, estaria representado pela vírgula. E veja-se que ela aparece nas duas orações em questão, que poderiam, portanto, ser consideradas contra-evidência para a hipótese citada. Uma observação mais detalhada das mesmas sentenças sugere, contudo, uma outra possível explicação para o fato, que não contraria o que se viu até agora. Note-se que os exemplos em (38) são bastante longos. (38) (a) e (b), em que os advérbios de modo estão próximos do verbo, não necessitam de vírgulas, separando-os. As outras duas, porém, parecem exigir as pausas destacando o 'Modo', por uma questão de 'fôlego', em primeiro lugar. Além disso, como salientamos, parece que quanto mais o advérbio se afasta do verbo, mais difícil se torna o processamento da oração. E as pausas serviriam, então, para 'ajudar' a memória, no esforço de interpretar os exemplos. Estamos admitindo, portanto, que as vírgulas, aqui, ligam-se, na verdade, a problemas de desempenho.

Com referência a (38) (e) — (f), os itens aí sublinhados classificam-se como 'advérbios de oração'.

Portanto, as paráfrases adequadas para eles seriam respectivamente:

(40) { É claro que
Como se era de esperar,
Sem dúvida alguma, } Maria cumprimentou sua rival,
no mercado, hoje cedo.

(41) Maria foi amável por cumprimentar sua rival, no mercado, hoje cedo.⁶

Deve-se salientar, ainda, que (38) (e) — (f) são sentenças claramente gramaticiais, apesar de serem bastante longas. Este fato

pode sugerir mais uma diferença entre os advérbios de oração e de modo: para os primeiros, o tamanho da estrutura não é relevante, uma vez que a modificam em sua totalidade, não se referindo exclusivamente a um elemento em especial. Já para os de modo, o tamanho da sentença importa, uma vez que, sendo modificadores do verbo, quanto mais se distanciarem dele, mais difícil se torna a interpretação da estrutura, como verificamos com (38) (c) e (d).

Considerando-se, pois, os fatos analisados, temos argumentos em favor da hipótese apresentada em (10), a respeito da distribuição dos advérbios de modo em estruturas superficiais do português:

- (10) Advérbios de modo só podem ocorrer pospostos a verbos.
Têm, ai, liberdade de colocação.

Verificamos, em 2.2, que os casos com itens da classe de naturalmente não oferecem, na verdade, contra-evidência para a conclusão acima. Vimos que estes elementos, quando antepostos ao verbo, classificam-se como 'advérbios de oração'. Por conseguinte, têm um padrão de comportamento diferente daquele dos 'advérbios de modo'.

Devemos ressaltar, ainda, que as possibilidades de colocação de 'Modo', apresentadas em (10), devem ser vistas também como mais uma característica deste constituinte.⁷



NOTAS

1. Este artigo surgiu de um resumo (que fiz para meus alunos de Língua Portuguesa da FALE/UFMG) de alguns dos principais tópicos abordados no 1º capítulo de minha dissertação de mestrado — *Movimento de Advérbios de Modo em Português* — orientada pela professora Anilce Maria Simões e defendida na FALE/UFMG, em janeiro de 1979.

A análise aqui apresentada segue de perto o que foi exposto na dissertação. Atualmente, porém, estou retomando o estudo de advérbios, à luz da Análise do Discurso. Portanto, é possível que, ao prosseguir minhas investigações, chegue a conclusões diferentes das que aqui apresento.

2. EMONDS, J. *Root and Structure-Preserving Transformations*. Reproduced by the Indiana University Linguistics Club, 1970.

3. BELLERT, I. On Semantic and Distributional Properties of Sentential Adverbs. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass., 1977, 8 (2).
4. Para um exame detido das razões por que os advérbios de oração, após o verbo, são caracterizados pela pausa respiratória, consulte-se o 1º capítulo de minha dissertação.
5. JACKENDOFF, R. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, Cambridge, Mass., M.I.T., 1972.
6. Segundo JACKENDOFF (op. cit., p. 56-57), advérbios como *amavelmente*, *inteligentemente*, etc. se enquadram na classe dos advérbios de oração «orientados para o sujeito». De acordo com esse autor, os advérbios de oração distribuem-se em dois grupos, dependendo da interpretação semântica:
 - (a) «Advérbios orientados para o falante» — traduzem o julgamento, a apreciação do falante a respeito do fato expresso pela sentença. (Naturalmente pertenceria a esse grupo).
 - (b) «Advérbios orientados para o sujeito» — expressam alguma informação adicional a respeito do sujeito da oração.
7. Neste artigo, analisei apenas a distribuição dos advérbios de modo em '-mente'. Para a análise de outros advérbios de modo, como — *depressa/de-vagar*, *bem/mal*, *assim* — veja-se o 3º capítulo de minha dissertação.

BIBLIOGRAFIA

- BELLERT, J. On Semantic and Distributional Properties of Sentential Adverbs. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass., M.I.T., 1977, 8 (2).
- CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass., M.I.T., 1965.
- EMONDS, J. *Root and Structure — Preserving Transformations*. Reproduced by the Indiana University Linguistics Club. 1970.
- JACKENDOFF, R. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, Cambridge, Mass., M.I.T., 1972.

A Invocação Lingüística em Lygia Bojunga Nunes

Dra. Maria Antonieta Antunes Cunha

E por demais sabido que, entre os muitos comportamentos que a escola — como agente de educação sistemática — pretende «ensinar» a seus alunos, um dos mais importantes e enfatizados é o comportamento lingüístico. Não se ignora também o fato de que, para desenvolver tal comportamento, a escola apóia-se sempre em modelos reconhecidos pela elite cultural: a norma culta,¹ sobretudo em sua forma escrita, é o ideal a que se deve chegar, no uso da língua.

Por outro lado, não se desconhecem as vinculações de origem da Literatura Infantil com a pedagogia — vinculações que, infelizmente, grande parte (diríamos mesmo: a esmagadora maioria) da chamada obra literária para crianças reitera ainda hoje. Em suma: a «literatura» para crianças continua a serviço do ensino.

Diante dessas relações, torna-se fácil entender por que a literatura infantil (mesmo a sem aspas) se elabora em termos de padrões cultos de linguagem.

Se, na literatura para adultos, obras que exploram o dialeto inculto ou que privilegiam os recursos da língua oral são perfeitamente aceitas, certamente o mesmo não se daria com relação à literatura infantil. Nesse gênero, o que vemos é um grande número de obras rigorosamente *pueris*, na concepção, na estrutura, na linguagem, chamadas «literárias» a custo e por extensão, mas escritas num padrão culto de língua.²

Essas considerações iniciais parecem-nos importantes para se poder avaliar a contribuição de Lygia Bojunga Nunes para o redimensionamento das possibilidades de usos da língua na Literatura Infantil.

A obra dessa autora, composta de seis títulos infantis e juvenis, tem sido aplaudida e justamente apreciada em sua originalidade (temática e de concepção), marcada pelo questionamento dos valores burgueses de nossa sociedade, onde se acumulam discriminações de todo tipo.

Gostaríamos, nesse trabalho, de enfatizar a correspondente originalidade na exploração das variações de uso da língua.

A análise de suas seis narrativas mostra-nos como invariante o compromisso de uso da língua portuguesa em suas formas mais «espontâneas» de realização oral e informal.

Com relação ao uso de recursos lingüísticos típicos de realização oral e do registro informal, observa-se em geral nos autores de literatura infantil:

a) Uso de tais recursos nos discursos direto e indireto livre: as «incoerções» ou não policiamento lingüístico são da responsabilidade das personagens, e não do narrador-autor.

Este mantém um compromisso com a norma culta e com a realização escrita da língua.

b) Tais concessões ocorrem sobretudo no plano lexical, pouco alterando-se o campo morfo-sintático, mais importante — como se sabe — para a caracterização da língua.

Nota-se, portanto, nas obras literárias infantis brasileiras uma nítida distinção entre o discurso do narrador e o das personagens, assim como um aproveitamento apenas parcial da forma oral e informal da língua portuguesa no Brasil.

Em Lygia Bojunga Nunes encontramos situação bastante diferente. Em todas as suas obras³ percebe-se a oralidade e um registro informal (ou «código restrito», segundo Bernstein) como característicos não só dos discursos direto e indireto livre, como também da própria fala do narrador.

Assim, na análise de suas obras:

a) Não encontraremos distinções, quanto ao grau de formalidade de discursos, entre as falas das personagens e as do narrador, que não pode ser identificado como criança ou como pessoa inculta. (De suas obras, apenas *A bolsa amarela* é narrada em 1a. pessoa e tem como narradora uma criança).

b) Observaremos a oralidade e o registro informal evidenciados tanto no plano lexical quanto no morfo-sintático.

Tendo em vista que vários autores utilizam recursos de língua oral e informal ao nível lexical e nos discursos direto e indireto livre, procuraremos evidenciar as peculiaridades de Lygia Bojunga Nunes, ao nível do narrador e no plano morfo-sintático. Uma vez que *A bolsa amarela* tem como narrador uma criança, não apresentaremos exemplos extraídos dessa obra, a não ser esporadicamente.⁴

1. EMPREGO DE FORMAS VERBAIS

a) Sabemos que, entre formas verbais equivalentes, a língua portuguesa, em sua realização oral e descontraída, prefere as formas compostas às simples. Seguindo tal tendência, observamos em Lygia Bojunga Nunes:

* Ausência total das formas simples do futuro. O futuro do presente (que forçosamente aparecerá nos discursos diretos) será substituído pelo presente do indicativo ou por locução verbal (ir + infinitivo).

«— Não vai dar pé, ninguém vai acreditar que você é dono deles. Mesmo com paletó e gravata você vai continuar com toda a pinta de coelho sem família». (C., 37).

O futuro do pretérito (já presente no discurso do narrador) é substituído pela locução anterior, com o auxiliar no imperfeito, obviamente.

«A fome cavava um buraco cada vez maior. Porto viu que também não ia conseguir ser engenheiro». (A., 23).

«E o bom daquele sonho é que ela ia acordar e ver que tudo que tinha sonhado continuava a ser verdade». (C., 81).

Enquanto não há um só exemplo de formas simples de futuro expressando idéia de futuro, elas aparecem, mesmo no discurso direto, com outros valores, na tradução sobretudo da dúvida, da especulação.

«Eu ia respondendo e pensando: será que elas acham que falando comigo do mesmo jeito que eles falam um com o outro eu não vou entender? por que será que eles botam tanto inho em tudo e falam com essa voz meio bobalhona, voz de criancinha que nem eles dizem?» (BA., 64).

* Ausência total (nem um exemplo) do pretérito mais-que-perfeito simples.

«Acabou pegando no sono e quando acordou de manhã a Vó já tinha ido embora». (SE., 54).

«Tinham se encontrado pela primeira vez revirando a mesma lata do lixo». (C., 9).

b) Tendência a evitar formas do subjuntivo.

Essa tendência observa-se, já no discurso direto, na expressão da idéia imperativa: a 3a. pessoa (você/vocês e equivalentes) apresenta tal idéia através do indicativo presente.

«— Pepa a mangueira aí!

— Desenrola!

— Engata naquele torneira!

— Abre a torneira todinha! (C., 65).

A situação não se altera com a negação.

— Fica triste, não — disse Latinha». (C., 19).

(Observe-se a supressão da negativa que antecederia o verbo — recurso típico da realização oral).

Para a 1a. pessoa do plural, a idéia imperativa aparece através de locução verbal: (VAMOS + INFINITIVO).

«Pai: vamos pensar outro nome pra ela.

Então vamos começar a andar de um lado pra outro». (A, 52).

No discurso indireto, a ordem expressa em oração subordinada não aparece em subjuntivo.

«Nem respondeu ao cumprimento dos dois, e quando ouviu a mulher pedir pras visitas se sentarem foi logo berrando:» (A., 71).

O não uso do subjuntivo parece também definir o tipo de conetivo a ser empregado na introdução da oração subordinada. A autora utiliza:

* **Preposição** (seguida — evidentemente — de infinitivo), se a conjunção exigisse subjuntivo.

«Gritaram juntos, sem querer pensar em mais nada». (C., 23).

«Foi preciso fazer pipi na bota engraxada de um dos guardas pra levarem ela presa». (C., 5).

*** Conjunção, quando esta rege indicativo.**

«Quando tiraram do bolso o conselho dos exercícios vocais, encontraram as bellissimas penas de avestruz que Voz de Cristal tinha posto lá dentro disfarçadamente». (C., 84).

«Maria começou a somar as frações. Resolvendo que só ia pensar no menor múltiplo e mais nada». (CB., 55).

No caso de subordinadas substantivas não preposicionadas (sobretudo subjetivas e objetivas diretas), o critério da autora é o mesmo: preferência pela forma reduzida sempre que a conjunção exigisse emprego de subjuntivo. Os exemplos anteriores atestam isso. Outro exemplo:

«Aquela interrupção fez Latinha perder o fio do que estava falando». (C., 85).

2. EMPREGO DE PRONOMES

a) substituição do pronome nós por a gente.

«Ficou olhando a cara dele na água do jeito que a gente olha uma coisa que não gosta; ficou olhando o nó cego que tinha no rabo achando que nunca — nunca mais — ia poder desmanchar». (A., 14).

«Ninguém tinha ensinado Porto a desenhar, mas a gente é assim mesmo: tem coisas que a gente já nasce sabendo». (A., 42).

(Tal substituição não fica muito comprovada na fala do narrador porque nela situações para o uso do nós são raras. Nos 5 casos em que seria usado, foi substituído).

É interessante observar que o sujeito de 1a. pessoa do plural (explicitado pela forma verbal) no discurso direto marca um grau de formalidade e tem a função de criar antipatia pela personagem. Quem o emprega é a girafa, noiva do Voz de Cristal:

«E a girafa continuou:

— Não somos vagabundos e gostamos muito de trabalhar aqui porque nos tratam muito bem. Comemos na hora certa. Dormimos na hora certa. Passeamos na hora certa. Casamos na hora certa. Não pretendo nunca sair daqui. E o meu noivo também não». (C., 77).

Essa fala opõe-se radicalmente à do final capítulo:

«E já no portão, Virinha resolveu:

— Daqui a uns tempos a gente precisa voltar aqui pra ver se o Voz de Cristal teve urso ou girafa». (C., 77).

b) Emprego do pronome pessoal reto com função objetiva

«Levaram ele a uma porção de médicos». (SE., 33).

«Maria desenrolou um pedaço de corda (era fina, de náilon), experimentou ela no dedo, alisou-alisou, espiou ela bem de perto, experimentou ela no pé. (CB., 15).

Tal uso é observado ainda quando a forma objetiva do pronome tem função de sujeito de infinitivo.

c) Elipse do pronome reflexivo com verbos pronominais.

«— Pronto, era só isso. — Sentou. (A., 90).

«... e lembrava de um outro hipopótamo que um dia tinha passado por lá pedindo um prato de comida». (SE., 106).

d) Uso sistemático da próclise, mesmo no início da oração, e do pronome oblíquo desligado entre dois verbos.

Não há nenhum caso de mesóclise e apenas um exemplo de ênclise.

«Se enfiou na roupa, botou o chapéu e saiu pra passear». (A., 18).

«Se virou pra ver se encontrava mais coisa no chão, tomou um susto danado». (CM., 14).

«E com um puxão mais forte conseguiu se soltar». (C., 33).

O único emprego de ênclise é observado numa forma fixa, e usado sempre pela mesma personagem: o Jota, que não admite discussão.

«— Já disse que esse pedaço do mundo é meu, pronto, acabou-se!» (A., 70).

3. EMPREGO DE SILEPSES TÍPICAS DA REALIZAÇÃO ORAL EM REGISTRO INFORMAL

«O resto do pessoal achou aquele jeito dos dois muito esquisito, mas pensaram que eles estavam comovidos e resolveram deixar pra lá». (A., 92).

«Mas o pessoal olhou pra ele de lado, responderam um oi sério e pequenininho, e no recreio ninguém enturmou com ele». (A. 11).

4. USO SISTEMÁTICO DA COMBINAÇÃO DA PREPOSIÇÃO E DO ARTIGO INTRODUTOR DO SUJEITO

«Chegava então a vez dos músicos se exibirem». (C., 31).

«Mas em vez da lembrança entrar na cabeça feito um desenho, entou no coração feito um medo, e o Vítor sentiu uma dor». (SE., 87).

5. SUBSTITUIÇÃO SISTEMÁTICA DO «HAVER» EXISTENCIAL POR «TER».

«Tinha um monte de coisas lá dentro, e tinha um bruto rolo de corda em cima de uma prateleira». (CB., 15).

«Teve uma moça que começou a se chamar Porta; e teve um moço que, na pressa de copiar, se atrapalhou no T e acabou fazendo um C, ficou sendo Porco». (A., 18).

O verbo *haver* só aparece em formas praticamente fixas, indicando tempo decorrido.

«Tinha chegado ali no rio há muito tempo, num mês de fevereiro um bocado quente». (A., 70).

6. ORGANIZAÇÃO POUCO COMPLEXA DO PERÍODO

Há em Lygia Bojunga Nunes a tendência para a estrutura frasal pouco complexa. É grande a incidência de períodos simples. No período composto, há a preferência pela parataxe.

«A vó de Vítor tirou as coisas da mochila e passou tudo pra mala. Depois do casamento eles foram viajar. E tiveram cinco filhos». (SE., 50).

«Alexandre foi pra junto dela; pegou o outro pedaço de giz e foi desenhando também. Uma casa. Uma árvore. Uma onda no mar». (CM., 80).

Nos períodos compostos por subordinação, as tendências já foram analisadas, no comentário sobre a pouca frequência do subjuntivo.

Nas orações subordinadas, observa-se a tendência para a omissão da preposição exigida pela regência.

«Eles tinham quase certeza que o crocodilo não ia aparecer». (A., 78).

«E no dia que a Vó chegou ele ficou zanzando na floresta até de noite de anto que não queria se engasgar na hora de falar com a Vó». (SE., 51).

7. SIMPLIFICAÇÕES MORFO-FONÉMICAS

a) A preposição **para**, presente em vários exemplos já apresentados, aparece sempre em forma simplificada e, quando seguida de artigo definido, combinada com ele.

«A turma olhou pro alto». (C., 76).

«Voltava pra casa com um monte de histórias pra contar». (SE., 49).

a) O verbo **estar** apresenta sempre a forma simplificada, com a queda da sílaba inicial.

«E o pessoal tá continuando a gritar:

— Chama a carrocinha! (C., 80).

«Voltam correndo: tá na hora de vestir a fantasia». (C., 28).

8. ALTO ÍNDICE DE USO DO GRAU, COM AS MAIS VARIADAS OPÇÕES DO REGISTRO INFORMAL E DA FORMA ORAL.

a) O grau dos adjetivos:

* A comparação é feita preferentemente com o nexos **que nem**; **feito** (coisa) é usado algumas vezes; como é raríssimo.

«Foi o porco sair que o coração desatou a bater que nem louco». (A., 15).

«Ela vinha de mão escondida no bolso, e volta e meia chutava de leve a ponta da saia feito coisa que estava abrindo caminho». (SE., 65).

«E a pata sentiu igualzinho feito no tempo de criança». (SE., 128).

* O **superlativo** tem formas extremamente variadas, com toda a gama de recursos da linguagem afetiva. A riqueza desse aspecto é tal que sobre esse assunto acabamos de escrever uma tese. Citaremos apenas alguns dos processos mais constantes da autora e nem sempre relacionados pela gramática.

«Só parou quando viu uma fila comprida à beça». (A., 19).

«Achou tudo bom e lindo de morrer». (C., 17).

«Voz de Cristal estava um bocado comovido». (C., 99).

«Estava feliz que só vendo». (A., 16).

«E respondia de cabeça erguida e olho aberto. Sem piscar. Os dentes trincados. A cara tão fechada que nem chave de fenda abria». (C., 58).

«Flor anda afinadinha que só vendo, e Virinha e Latinha têm feito cada samba bom mesmo». (C., 21).

«O dia estava lavadinho e novo em folha». (C., 58).

«Maria ouviu o grito, sentiu o coração batendo forte, e aí foi pulando num pé só, uma perna esticada pra trás, pulando bem grande, coisa que era difícil toda a vida de fazer». (CB., 17).

«Passou um bocado de tempo até a peça ficar pronta, mas no dia que ficou Porto e Angélica quase estouraram de contentes». (A., 44).

Em alguns casos, o superlativo é usado com adjetivos cuja semântica não permitiria tal emprego:

«Aí começou uma vida muito difícil pra Vó do Vítor, tão sozinha e tão cheia de cinco filhos pra educar». (SE., 50).

«Uma noite assim tão cheia da falta de coisas custou bastante pra chegar». (A., 15).

b) A intensificação da ação é obtida basicamente através do mesmo processo superlativo e hiperbólico.

«Mas Porto nem pôde responder porque estava quase rebentando de tanta vontade de rir». (A., 82).

«E se Cara-de-pau não tivesse a cara fechada daquele jeito, também ia morrer de tanto rir». (C., 40).

«Naquela hora, a girafa só faltou morrer de tanto fechar a cara». (C., 84).

«... e a orelha da Dona Popô tremeu que só vendo». (SE., 134).

c) O grau dos substantivos.

Usado também em larga escala, o grau do substantivo tem empregos bastante originais.

* O diminutivo é freqüentemente reforçado de diversos modos.

«Flor dava uma paradinha ligeira pra ver de onde tinha vindo o elogio, jogava pra lá um beijo, voltava a rodopiar». (C., 29).

«Eu também queria falar uma coisa. É uma coisinha pequena mas muito importante pra mim». (A., 92).

«Um buraquinho de nada». (C., 78).

Com o diminutivo, consegue mesmo situações cômicas: Canarinho é um elefante bastante grande.

* O aumentativo, também com recursos especiais, mostra sobretudo a substituição do adjetivo grande, nas formas analíticas.

«E se continuavam reclamando ele armava um barulho daqueles». (A., 70).

«Agora a manhã já vai alta, e o carnaval — impaciente — faz um barulho danado lá fora». (C., 27).

«... e lá encontraram o Ursíssimo Voz de Cristal. Ursíssimo porque era enorme. Voz de Cristal porque tinha uma voz fininha que nem uma agulha». (C., 14).

9. ALTA FREQUÊNCIA DA EXPRESSÃO EXPLETIVA É QUE E DA DUPLICAÇÃO QUE QUE INTERROGATIVA.

«Começaram logo a combinar como é que iam fazer pra arrumar a fantasia e acabaram chegando à mesma conclusão». (C., 23).

«Ele ainda era bem pequeno, não sabia como é que se vivia, andava louco pra saber melhor; pensou um bocado, acabou perguntando:» (A., 9).

«E acabou ficando tão aliviado do colega não perguntar onde é que a escada ia dar, que no fim acabou dizendo:» (SE., 40).

«O pai ficou sem saber o que que fazia, de repente resolveu:» (SE., 78).

10. USO FREQUENTE DE «TERMOS VISUALIZADORES», (ligados à mímica da comunicação oral e informal).

«E foram logo contando para o amigo os túneis que tinham feito, os túneis que estavam fazendo, os túneis que iam fazer, os estudos que ainda faziam de túneis, as encomendas que tinham de túneis, e contaram como já estavam por aqui de túneis». (C., 62).

«E quando revelou o plano que tinha, os tatuzinhos Garcia arregalaram cada olho desse tamanho». (C., 62).

«A mãe arregalou cada olho assim». (SE., 77).

Todos esses usos sistemáticos na obra de Lygia Bojunga Nunes (e não esporádicos, como em outros autores) propõem-nos pelo menos duas questões importantes:

1 — Há uma total desvinculação entre a literatura e uma específica norma lingüística. A linguagem literária não se identifica por um uso determinado da língua, mas se realiza em qualquer das variações lingüísticas. Não sendo sempre desvio de norma (cult) lingüística, não é também sua aceitação. É outra coisa, pelo que utiliza o sistema lingüístico, fazendo nele os recortes de interesse da arte, apoiando-se em qualquer dialeto, realização e registro de sua conveniência.

2 — A aceitação incondicional dos padrões de correção idiomática ditados pela norma culta é mais um indicador da pressão do poder exercida pela elite econômica e, conseqüentemente, cultural, em especial sobre a criança, a quem o adulto procura conformar através da imposição de normas rígidas de comportamento social, inclusive o lingüístico.

Lygia Bojunga Nunes, ao (ou para) questionar a ideologia burguesa, opta pelo uso da língua em suas formas mais genuínas e menos valorizadas. E põe por terra o (pre) conceito de que a língua da classe dominante é a única geradora do discurso literário.

O sucesso da autora repousa também — certamente — nessa opção lingüística.

NOTAS

1. Diante da dificuldade de, até o momento, caracterizar a norma culta, para cujo levantamento há muito trabalha uma equipe de especialistas, estamos considerando como traços característicos de tal norma os fatos insistentemente ensinados nas gramáticas normativas (ainda que entre elas também se observem desacordos).
2. Por isso não concordamos com a professora Flávia Silveira Lobo que, num artigo bastante interessante, considera como bastante viável o uso de uma «língua brasileira» na obra literária infantil, uma vez que esta não é «vigiada», pelo pouco valor a ela atribuído. A falta de policiamento, em nossa opinião, só se observa na qualidade artística, mas se exerce poderosamente no tocante à correção idiomática. Cf. LOBO, Flávia Silveira. *Afinal, que língua é essa?* Rev. Bras. Est. Pedag. Brasília, V. 61 n° 141, jan/abril de 1978).
3. Para facilitar a leitura, ao fim de cada citação, indicamos segundo convenção abaixo o título da obra e o número da página da citação.

As edições consultadas estão indicadas na bibliografia.

- C — Os Colegas
- A — Angélica
- BA — A Bolsa Amarela
- CM — A Casa da Madrinha
- CB — Corda Bamba
- SE — O Sofá Estampado

4. Devido à natureza deste trabalho, não indicaremos em números a frequência de cada fato lingüístico. Apresentaremos, apenas, alguns exemplos. Contudo, os fatos que relacionamos são tão sistemáticos que a exemplificação de um deles reforçará a de outros. Por outro lado, cumpre lembrar que escolhemos alguns aspectos lingüísticos, entre muitos relevantes, na consideração da exploração literária da realização oral e da fala informal. Em trabalho mais extenso, outros são apresentados.

OBRAS DA AUTORA

NUNES, Lygia Bojunga. Os Colegas. 2a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

———. **A Bolsa Amarela. Rio de Janeiro, Agir, 1976.**

———. **Angélica. 2a. ed., Rio de Janeiro, Agir, 1977.**

———. **A Casa da Madrinha. Rio de Janeiro, Agir, 1978.**

———. **Corda Bamba. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.**

———. **O Sofá Estampado. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.**

Usos Lingüísticos em Crônicas de Carlos Drummond de Andrade

Marlene Machado Zica Vianna

1. INTRODUÇÃO

Nosso pequeno trabalho tem como objetivo o estudo de usos de linguagem em crônicas de Carlos Drummond de Andrade. Consta de uma parte teórica em que tentamos apresentar a opinião de alguns autores sobre o problema da diversidade lingüística e de uma parte prática com estudo de textos que concretizam, que mostram a realidade dessa diversidade num autor da nossa literatura atual.

Embora modesto, o trabalho foi feito com seriedade e dedicação e, principalmente, nos fez chegar a conclusões práticas e verdadeiramente importantes para o ensino de língua.

2. DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA

2.1 O PROBLEMA DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA EM ALGUNS AUTORES

Toda comunidade lingüística apresenta diversidade: esse é o tema de estudo e de pesquisa de todos os autores que se dedicam à Sociolingüística.

«Uma das maiores tarefas da Sociolingüística é demonstrar que na verdade tal variação na diversidade não é livre, mas condicionada a diferenças sociais sistemáticas». E o autor dessas palavras, William Bright, menciona, como fatores da diversidade lingüística, a identidade

social do emissor ou falante, a identidade social do receptor ou ouvinte e o contexto. Todas essas dimensões condicionadoras são importantes, todos esses elementos são relevantes no ambiente da comunicação. Enfatiza ainda Bright o fato de que não são dimensões exclusivas, mas que se interseccionam para condicionar um tipo específico de comportamento lingüístico.

Para José Herculano de Carvalho, lingüista português, fatores de **ordem geográfica ou local e fatores de ordem social ou cultural** determinam **diversidade** numa comunidade lingüística ou «unidade idiomática», na expressão do autor. **Fatores de ordem geográfica** condicionam variedades lingüísticas chamadas **dialetos ou falares**, que apresentam modos de atuação que lhes são peculiares e os individualizam. **Fatores de natureza social** condicionam variedades lingüísticas chamadas **variedades sócio-culturais**, que apresentam, igualmente, modos de atuação que lhes são peculiares e os individualizam. **Dialetos e variedades sócio-culturais** se unem no plano das **variedades sincrônicas** (cronologicamente simultâneas, observáveis num mesmo plano temporal) e a eles o autor acrescenta as **variações estilísticas**, pois o falante usa do seu saber lingüístico adequadamente. («Tal adequação traduz-se na escolha das formas e esquemas combinatórios a usar, e na atribuição de um valor específico somado e sobreposto ao valor constante das mesmas formas ou entidades»). Além das variedades sincrônicas, fala o autor de Teoria da Linguagem das **variedades diacrônicas** que se dispõem no plano da tradição histórica.

Langacker, depois de dissertar sobre **diversidade lingüística** em termos geográficos, diz de duas outras dimensões condicionadoras da diversidade lingüística: a primeira — a **dimensão ligada aos próprios falantes** como indivíduos: assim como há diferenças lingüísticas relacionadas com a estrutura social, dentro de uma determinada área geográfica, cada falante apresenta diferenças dentro do seu sistema lingüístico, ou seja, tem diferentes estilos de fala, em circunstâncias diversas. Embora o falante use do sistema lingüístico, adaptando-o a uma situação específica, embora o falante às vezes até inove o sistema lingüístico para torná-lo adequado às necessidades do momento, a tendência a aumentar a diversidade lingüística é refreada por diversas forças («Uma vez que se usa uma língua em primeiro lugar visando a comunicação, um falante não tem liberdade de inovar sem limite; seu sistema lingüístico deve permanecer suficientemente semelhante aos sistemas das pessoas que o rodeiam a fim de que

elas possam compreendê-lo»). Além dessa força negativa, cita o autor forças positivas para a padronização sendo uma delas o prestígio, seja o prestígio de um indivíduo, seja o prestígio de um dialeto.

Uma adaptação das idéias de J. Donald Bowen pode ser encontrada no Esquema Geral da Fundamentação da série didática **Português: Treinamento/Criatividade**, 3º volume. O uso da língua varia de acordo com o emissor, com o receptor, com o tipo de mensagem. Tais fatores condicionam o aparecimento de padrões ou níveis. Os autores mencionam como condições geradoras das variações dialetais, em relação ao emissor, a origem geográfica, a posição social, a faixa etária. A origem geográfica condiciona padrões de fala que apresentam diferenças no aspecto fônico das mensagens, apresentam diferenças de léxico, mas deixam intacto o sistema básico da língua; a posição social condiciona padrões de fala que apresentam variações de acordo com a classe e/ou situações sociais; a faixa etária condiciona padrões de fala que apresentam diferenças de acordo com variação de idade. São referidos ainda dois outros fatores função do emissor e seu sexo.

Além das variantes dialetais, menciona Bowen outras modalidades de mensagem, seja no registro escrito, seja no registro oral. Tais modalidades são caracterizadas pela situação ou pela busca de sintonia com o receptor. As variações são chamadas variantes de registro e não nos deteremos a explicá-las, pois tentaremos, através da análise de crônicas, estudar os registros a que se refere Bowen. Acrescenta uma série de dimensões de registro: a sintonia — status, tecnicidade, cortesia e norma que, parece-nos, poderiam ser descritas em termos de graus de formalismo.

Depois da opinião de diversos autores, Dino Preti, em **Sociolingüística: os Níveis de Fala**, estuda o problema da variedade lingüística, subordinando-o a dois campos: variedades geográficas ou diatópicas e variedades sócio-culturais ou diastráticas. O primeiro campo, que abrange o segundo, ocorre num plano horizontal e dele decorre o aparecimento de dialetos ou falares. O segundo campo ocorre num plano vertical e nele ocorrem variações chamadas dialetos sociais. Os dialetos sociais se ligam a fatores determinados pelo falante (idade, sexo, raça, profissão, posição social, grau de escolaridade, local em que reside na comunidade) e a fatores determinados pela situação ou contexto (ambiente, tema, estado emocional do falante, grau de intimidade entre falantes).

A soma de todos esses fatores conduz aos vários registros: culto, comum, coloquial, vulgar, profissional, cujos limites, para Preti, nem sempre são precisos.

Analisando níveis de linguagem, Francis Vanoye começa por distinguir a língua escrita da língua falada. Existe, tanto para uma como a outra, um nível de linguagem comum (o da conversação, do rádio, da televisão — na língua falada — e o das comunicações escritas comuns — na língua escrita) que, verticalmente, para cima, se elabora, num primeiro nível, em linguagem cuidada ou tensa (que é — na língua falada — a linguagem de cursos, comunicações orais e na língua escrita a linguagem literária, cartas e documentos oficiais). Num nível mais alto, a linguagem oratória de discursos e sermões, na língua falada, repetindo-se, na escrita, as mesmas modalidades da linguagem cuidada. Verticalmente, para baixo, o autor a refere a uma linguagem familiar e a uma linguagem informal, cujos critérios não foram por ele estabelecidos. Nosso estudo acerca dos diferentes registros em C.D.A. refletirá, muitas vezes, palavras e pontos de vista de Usos da Linguagem.

Poderíamos levantar, ainda, opiniões e doutrinas de outros autores, mas como repetiríamos aspectos já expostos, julgamos inoportuno e redundante fazê-lo.

Finalizando, gostaríamos de citar Luís Carlos Lessa, em **O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa**, que, sem ser especialista no assunto, aborda-o, destacando, primeiramente, a dicotomia língua falada/língua escrita «que apresenta matizes diversos, tipos vários...» Para a língua escrita, uma outra classificação — a língua escrita comum e a língua literária ou artística. Além da preocupação de clareza e correção que são próprios aos dois tipos de língua escrita, existe na língua literária uma finalidade estética: preocupação de estilizar o material lingüístico, o desejo patente de realizar uma obra de arte. Na língua falada, o autor distingue dois tipos — a plebéia ou popular e a corrente ou coloquial. A essa classificação o autor acrescenta uma língua especialíssima: a gíria.

Termina o autor por falar dos dialetos — transformações regionais de um idioma; ao citá-los como condicionadores das línguas regionais confunde-se, pois tais fatores se impõem, também, às línguas no plano vertical dos níveis.

2.2 ESTUDO DE USOS LINGÜÍSTICOS EM CRÔNICAS DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

2.2.1 De Notícias & Não Notícias Faz-se a Crônica

De Notícias e Não Notícias Faz-se a Crônica contém «histórias, diálogos e divagações» que se unem em seções (19), cada uma com um título geral, com um número variável de textos. O título de cada seção cabe bem ao conjunto de crônicas que a constitui, mas o título de uma das seções, **Comportamento**, serviria como subtítulo às crônicas, visto que são as mil facetas do comportamento humano o objeto das «histórias, diálogos e divagações» de Carlos Drummond de Andrade.

A originalidade vocabular, o coloquialismo, a aristocracia da linguagem, que são constantes na obra de nosso autor, as imagens, as repetições, a convergência estilística, que foram apontados por Ângela Vaz Leão em seu prefácio às crônicas de **Cadeira de Balanço**, serão estudados aqui tendo em vista o objetivo de nosso trabalho: usos da linguagem em algumas crônicas de Carlos Drummond de Andrade.

2.2.2 Crônicas e tentativas de classificação

Lidas as crônicas de **De Notícias e Não Notícias Faz-se a Crônica**, vimos que, servindo-nos de uma determinada classificação, procurar cingi-las todas em rótulos estreitos seria impossível, dada a versatilidade do autor ao utilizar a língua. Assim, procuramos modelos que guardassem alguma coisa em comum, que mostrassem uma idêntica faceta do autor. Se **Glória** é única como modelo de crônica em que Carlos Drummond de Andrade é povo na sua ingenuidade, vivacidade e espontaneidade, em outras crônicas, como **O Busto Proibido**, **O Delicado**, **Recalcitrante**, **Margarida**, sentimos o autor jovem, espontâneo, irreverente, delicado e sensitivo e, a unir os textos, o mesmo uso da linguagem informal. O uso formal da língua aparece em **Quadro de Parede**, **Elefantex S/A** e **Conversa Alheia** e, finalmente, crônicas como **Solilóquio** e **Moça na Chuva** mostram o autor cronista/poeta.

2.2.2.1 Registro Informal Distenso

A crônica Glória (p. 139) nos parece, entre todas, aquela em que o autor nos apresenta um nível de fala mais distenso. Poderíamos rotulá-la de monólogo ou solilóquio (embora não falte aqui o interlocutor), pois sente-se que o autor larga a personagem, «deixa-a entregue a si mesma, às suas divagações, esquecida da presença do leitor ou ouvinte». Uma lavadeira, carioca por adoção, tem como ouvinte uma pessoa de nível social mais elevado, o que se revela, logo de início, pelo uso da forma de tratamento senhor. Depois das informações iniciais — ela possui um filho, de oito anos, que é artista de televisão — a mulher, lançando mão das primeiras palavras que lhe vêm à cabeça, fala atropeladamente da emoção de ter um filho artista. O filho fez um teste, foi aprovado, é artista de televisão, fez um comercial: é fazer uma coisa, é comer doce de leite com cara alegre. São deduções simplistas, traduzidas em texto que é todo ele vasado numa linguagem informal, descuidada, «incorreta». A função emotiva da linguagem se patenteia na crônica cuja mensagem se centraliza no eu do emissor, que deixa marcados seus sentimentos, suas opiniões (meu filho, eu mesmo, pra me gabar, nunca tive carteira...). A sensação de Glória se traduz através de frases curtas (fala natural, fala solta) que se fragmentam no período, apresentando, quase sempre, o mesmo truncamento da frase falada. Tal estrutura é motivada pelos fatores da situação, a emoção, por exemplo, e pela natural incapacidade do emissor no arranjo das frases, na distribuição das orações no período. Há frases que apresentam propósito esclarecedor, como elemento adicional (não é pra me gabar, mas agora fiquei sabendo), frases de advertência, na palavra de Evanildo Bechara. A emoção se traduz, também, através de frases de arrastão — «uma enfiada de orações independentes muito curtas que se vão arrastando uma às outras, tenuemente atadas entre si por um número pouco variado de conectivos coordenativos: e, mas, aí, mas aí, então, mas então». No texto, aí se torna uma partícula polissêmica, valendo por por conseguinte, neste momento, por causa disso... Carlos Drummond de Andrade usa ainda de vários recursos para imprimir à sua crônica a expressividade da linguagem oral. Nota-se o emprego de formas contractas: pra, pro, tá. O vocabulário da linguagem popular foi intensamente explorado: troço, neça de saber, beiços, um negócio, tutu, quebrar esse galho, andei rolando, um cara de bigodão, cinqüenta mangos, não dei bola... Como o autor, muitos outros modernistas «gostosamente» acolheram, na

língua literária, um apreciável contingente de termos populares «Por populares entendemos os termos e as expressões que habitualmente só empregamos no linguajar descuidado, os quais todos sentimos pertencerem, caracteristicamente, à linguagem corrente, termos e expressões que, no consenso unânime dos que falamos o português do Brasil, são próprias da língua falada, coloquial ou plebéia». (Luís Carlos Lessa, **O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa**). Também a sintaxe é bastante expressiva na crônica. Estão no texto, comprovando a sua penetração na língua literária, peculiaridades sintáticas da linguagem corrente brasileira, «peculiaridades que a unanimidade dos gramáticos tem considerado modernismos na língua escrita». Assim anotamos: a **pronome reto em função objetiva**: — aí mandaram ele, mandaram ela aqui, levaram ele — construções que já atingiram todas as nossas classes sociais; o **emprego da preposição em com verbos de movimento** — vou lá na agência; o **verbo ter na acepção de existir**: tinha um mundo de gente; o **reforço de negação**: não é nada de exame, não. Não se trata, em Carlos Drummond de Andrade, de insistir no erro gramatical para marcar o nível das personagens, como o faziam os românticos, mas de registrar, naturalmente, um nível de língua que é nosso, que é modo normal de expressão de determinada camada da população brasileira.

É preciso notar ainda o caráter altamente expressivo de certas **redundâncias**: eu mesmo às vezes penso, ... eu mesmo, se fui eu que fiz tudo sozinho, ... e eu que nunca tive carteira...; de certas **discordâncias**: eu mesmo (o emissor é a lavadeira), de **metáforas da linguagem corrente**: é uma lindeza de Menino-Jesus, andei rolando; de **eufemismo**: até Nosso Senhor me fechar os olhos, de **repetição**: e forte e trabalhando. Notas peculiares de **dialeto geográfico** aparecem em **carece de**, **chão de meu nascimento**. Podemos constatar, assim, que todas aquelas características levantadas por Paulo A. Froenlich, em **O Problema de Níveis de Fala**, estão presentes na crônica em questão:

1. Em geral o sistema é restrito e previsto.
2. Padrões sintáticos simples e incompletos.
3. Uso bastante limitado de adjetivos e advérbios.
4. Uso bastante limitado de locuções subordinadas.
5. Grande falta de especificações semânticas.
6. Expressões genéricas bastante comuns.

2.2.2.2 Registro Informal

Como modelos de linguagem corrente, coloquial, informal poderíamos citar o **Busto Proibido** (p. 23), **O Delicado** (p. 25), **Recalcitrante** (p. 31) e **Margarida** (p. 61), entre muitas outras crônicas que apresentam o mesmo uso informal. Como em todo texto escrito, também de nossas crônicas não está ausente a função referencial, já que a mensagem «para ser compreendida pelo destinatário deve se remeter a referentes de situação ou textuais». Tais referentes são: **Emoção na praia. Alguém braceja entre as ondas... O salva-vidas, de costas para o mar, nem te ligo (O Busto Proibido); Arrependi-me de ter aconselhado aquele rapaz a inscrever-se no concurso para cobrador de pedágio da Ponte Rio-Niterói (O Delicado); O trocador, olhou, viu não aprovou. Daquele passageiro escanchado placidamente, no banco lateral, escorria em fio de água. (Recalcitrante); A garota em êxtase brandiu o postal que recebera do namorado em excursão na Grécia (Margarida).** A esses elementos referenciais se superpõem elementos que participam de outras funções da linguagem. Nas crônicas em questão, há um apelo à função expressiva, pois as mensagens estão centradas sobre seus destinador (ou emissor), ressaltando-lhe a personalidade — seus juízos, seus sentimentos. Na primeira, dialogam moça mineira e um salva-vidas, mineiro-carioca; na segunda, jovem estudante e o cronista; na terceira, passageiro e trocador, ambos moços e, finalmente, na quarta, uma representante da desinibida juventude carioca e o cronista. Todas as personagens, à exceção do cronista, na mesma faixa etária, situação social idêntica, ou quase, já que se sente a identificação estudantes/salva-vidas/trocador. Nota-se, assim, uma quase que horizontalidade de uso lingüístico em todas elas. Uma exceção: o salva-vidas e o trocador, quando querem impor-se como donos do poder, usam de um registro mais formal. «Os cavaleiros que se acham nas proximidades não viram por acaso esta senhorita atentar contra a moral?» (salva-vidas); «O senhor está desrespeitando a portaria e eu tenho que convidar o senhor a descer do ônibus». (trocador). O cronista, por sua vez, deixa-se influenciar pela fala jovem: né (26), «de Marquinhos, ué (63), traindo, na expressão, a sua origem mineira.

Transparece nos diálogos a expressividade da linguagem oral através do uso de formas contraídas: tá pra (O Busto Proibido); prá né (Delicado); pra, tá (Recalcitrante); né tá, pra (Margarida); uso do vocabulário popular: nem te ligo, maminhas, corta essa, saquei, o grilo

que vai dar, mineiro é vidrado em, falou, meu chapa (O Busto Proibido); não deu pé, meti os peitos, a gente levou um papo, não sou de pedra, era jóia (O Delicado); o braço do distinto, estes caras são de morte, tá na cara, papo findo, sem essa, lá vai bolacha; é genial, achou bacana, dá bola, era gozado, lê milhões, parava de transar (Margarida). Formas contraídas e o vocabulário popular vivo e natural da população carioca marcam as crônicas em questão, visto que a sintaxe, sem ser a da norma culta, é bem menos expressiva, as frases são mais elaboradas que na primeira crônica estudada. Além de redundância (saiu para fora), marcam os textos neologismos drummondianos (salva-não-sei-o-quê, solancar), abreviações (seu salva), estrangeirismos ora comuns na linguagem corrente brasileira, ora menos comuns como «voyeur», algumas gradações um pouquinho, bastante, muito loucamente, nada; começava a espirrar, a tossir, ficava sufocado, uma coisa horrível. . .

Uma crônica como **Aconteceu alguma coisa** (p. 27) não pode ter uma classificação simplista. O cronista — no seu eterno papel de espectador do que acontece na paisagem urbana que é a sua — fala de uma situação comum nas cidades grandes. Algo chama a atenção de uma pessoa, um passante curiosamente se posta a seu lado, daí a pouco está formado um grupo que emite as mais variadas opiniões sobre a «acontecência». Grupo de variada fauna, e assim temos uma crônica com diferentes registros de fala. Entremeiam-se no diálogo palavras do vocabulário popular, ou até mesmo vulgar (lourinha muito da bacana, alguém apalpou ela, afanou a bolsa, cara, padre de araque, dar grilo, entrando na área, corta essa, meu chapa, tu não morou) e palavras de vocabulário culto (poluição servida a domicílio, foram rechaçados, interditar o edifício, modere suas expansões, cerraram as portas de aço, atino com...) que são as de um falante «carinhosamente» chamado vovozinho. Tal apelido explica a diferença de nível lingüístico. A mesma variedade lingüística existe na sintaxe ora bastante expressiva (não tem barco nenhum, apalpou ela, incêndio que eu assisti, tu não morou), ora correta refletindo a norma culta bem comportada (não é de ir aonde, as malas com cadáveres se despachavam). Marca-se ainda o texto pelo expressivo das formas contraídas da língua falada (tá, sacumé, pelai, siô), pela espontaneidade metafórica (cortar um pobre de Cristo em fatias feito mortadela).

Antes de passarmos ao estudo de crônicas que são modelos de registro formal, gostaríamos de citar José Herculano de Carvalho referindo-se ao registro informal «... a atenção,, fixada na atuação

lingüística imediata, não pode com a mesma intensidade fixar-se na expressão lingüística como forma, nem a memória reter com precisão a parte do texto já produzido, daí resulta a predominância das frases curtas e da parataxe, ou da hipotaxe do tipo mais elementar, e também a abundância de suspensões, da repetição de «bordões» do tipo «é claro», «quer dizer», das quebras de frases não concluídas e a que se seguem outras... dos anacolutos e até dos solecismos que passam despercebidos ao locutor e até ao próprio ouvinte». Observações feitas anteriormente comprovam a verdade de tais palavras.

2.2.2.3 Registro Formal

Três crônicas são modelo de linguagem formal: **Quadro na Parede** (p. 39), **Elefantex S/A** (p. 139) e **Conversa Alheia** (p. 151). Na primeira, um «quadro» de família; na segunda, um apelo ao homem, juguete de uma sociedade de consumo e, na terceira, o diálogo entre dois jovens que se comunicam através do «economês». Além de estarem unidas pela **formalidade da linguagem e da situação**, as crônicas se marcam pela ironia com o autor as trabalha, ironia que joga por terra, ao final de cada uma delas, o formalismo do comportamento das personagens que circulam pelos textos: Não será melhor, Zuleica, entrarmos amanhã com a petição de desquite? — **detonou o Sr. Borges (Quadro na Parede)**; ... melhores votos de prosperidade pessoal, saúde e chance na Loteria Esportiva **(Elefantex S/A)**; Perfeito, vamos ao melão com presunto? **(Conversa Alheia)**.

Detendo-nos na primeira crônica citada, de tom incisivo, cortante, tenso, podemos dizer que apresenta, como de resto as duas outras, aquela vinculação com a norma culta que se caracteriza por uma **colocação pronominal irrepreensível, tratamento gramatical correto, emprego de tempo verbal raro (ofendera), precisão vocabular, regências perfeitas, lógica na distribuição das orações nos períodos**. O formalismo do diálogo traduz uma união formal, feita de aparência e nem mesmo fatores determinados pela situação ou contexto (ambiente, tema, estado emocional dos falantes, grau de familiaridade entre eles) desestruturam o diálogo entre os cônjuges: o diálogo continua perfeito, lógico, racional, equilibrado. Mas sente-se que a emoção vai se acumulando nas entrelinhas, num crescendo. Observa-se que uma situação como esta — conversa entre marido e mulher — não admitiria a linguagem do diálogo em questão, que é retórico, convencional. Poderíamos mesmo

dizer que há, na crônica, um tom oratório, pelo que há no jogo de palavras de verdadeira argumentação, pensamentos concatenados, vocabulário de bom nível, embora esteja ausente a eloquência, o arroubo que se pede à oratória. Enfim, sente-se na crônica **Quadro na Parede** um «máximo de consciência das formas lingüísticas usadas, o máximo de adesão ao sistema da língua. Agora o sujeito falante pensa nas palavras que cuidadosamente escolhe, na sua combinação, nos seus valores significativos».

Afinal, marido e mulher procuram atingir-se, machucar-se um ao outro com as armas que possuem e que não poderão incriminá-los perante a sociedade — as palavras.

2.2.2.4 **Uso Literário**

A partir de um dado concreto — vão tirar o terminal do ônibus do centro da cidade — o autor fala em solilóquio (p. 29) do ser humano que, em sua eterna insatisfação, procura mudar as coisas que o cercam (sendo que ele mesmo é objeto de mudanças). E o autor revela a sua angústia: se o homem não sabe o que fazer das coisas, o que fará ele de si mesmo?

Tal sensação se traduz, logo de início, nos dois primeiros parágrafos, através de frases que se segmentam em interrogativas curtas, estruturando-se em ritmo ternário. Depois desse medo maior, em frases de ritmo diverso — ternário, longo, binário — o escritor, já consciente de que é irreversível a mudança, levanta possibilidades, propõe soluções. Em seguida, o autor é, novamente, assaltado pelo temor, pelo apreensão: o último parágrafo é o grito que traduz sua angústia.

Sem rebuscamento de vocabulário, procuram-se efeitos estilísticos no uso de diferentes ritmos de frases e do relacionamento de segmentos de dimensões variáveis resulta uma cadência melódica. Inicialmente, três frases de ritmo ternário que se marcam por expressão anafórica vão tirar, com o segundo elemento variável e com a introdução do elemento novo ou, quando o autor joga com frases contrastantes. A seguir, no quarto parágrafo, a frase se alonga, para depois voltar a segmentar-se em ritmo binário; elas têm diferente extensão e se opõem pelo sentido. Termina o texto uma frase longa e uma última de estrutura ternária. Além do efeito da repetição anafórica, joga o autor com determinadas palavras: centro da cidade/cidade; quantas/quantos (derivação), poço, poça.

Frases longas, ritmo ternário ou binário, oposição entre segmentos desiguais, efeitos estilísticos de repetição trazem-nos mensagem medida, ajustada, bien tournée, cuja função poética é predominante, impondo uma reavaliação total da linguagem comum». Enfim, o texto em questão apresenta as seguintes características: predominância das funções poéticas e emotiva, representação do mundo interior do emissor que transfigura o mundo exterior.

O estudo do segundo texto, **Moça na Chuva**, (p. 42) poderíamos introduzi-lo com estas palavras: «Um único acto de fala pode apresentar mais do que um estilo: aquele que começou, por exemplo, com uma conversa despreocupada acerca do estado do tempo, ou de um desafio de futebol pode transitar para a discussão de um tema filosófico ou moral, arrastando consigo uma mudança de estilo». É o que pensamos tenha acontecido nessa crônica: iniciando-se por um diálogo entre mãe e filha, transita para uma meditação poética cujo objeto é a moça na chuva, na paisagem das ruas por onde circula.

O texto inicia-se por dados referenciais — **chovia, a moça disse, ia dar um circulada e, logo a seguir, trava-se entre mãe e filha um diálogo que é marcado pelo vocabulário da linguagem popular (genial de transar na rua, morou, é um barato), simplificação de formas (pra), estrangeirismo que já são vernáculos (mammy, chauzinho).**

Em seguida, o autor nos leva a uma ambiência poética expressa através de mensagem cuja função se marca pelo ritmo, pelas sonoridades, pelas imagens. A ligeireza da moça que vai na chuva está no ritmo curto que se opõe ao ritmo longo dos rios que se fazem cachoeiras. A sonoridade está no uso da aliteração em **lagos, lagoas, lagoinhas e tamancos altíssimos tamanqueando**, que se une à onomatopéia de **tloque, tloque**; está no uso da rima em **modela/revela, rodou/andarinho**; está na repetição anafórica em **chuva mansa, chuva criadeira, chuva criança** ou na repetição na derivação em **lagos, lagoas, lagoinhas**. Imagens criadas pelo autor são: **moça é sol na chuva, andorinha assustada, negras florestas dos guarda-chuvas, estátuas.**

Ainda como características formais registram-se os preciosos achados que são os neologismos drummondianos: **fluviplurial, chuviriscar, andarinho**, e a seqüência dos adjetivos em corpo jovem móvel ágil não separados por vírgula, já que o autor quer, exatamente, dar a impressão da leveza/ligeireza da moça que vai na chuva...

3. CONCLUSÃO: VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS E O ENSINO DE LINGUA

Terminado o estudo das crônicas de C.D.A., constata-se: o leque de usos lingüísticos é uma realidade. Portanto, o ensino de Comunicação e Expressão não pode menosprezar tal realidade de variações lingüísticas comprovada num autor que reconhece que «dentro da unidade da língua cabem vários aspectos, várias modalidades, com características próprias, determinadas pelo fim da linguagem usada e pela situação psicológica dos interlocutores». E sobre o assunto proposto como tema de nossa conclusão, poderíamos levantar uma série de juízos em diferentes autores.

No já citado Esquema Geral da Fundamentação da Série Didática **Português: Treinamento/Criatividade**, lemos que não teria sentido calcar o ensino de língua em mensagens de registro hiperformal, relegar a um segundo plano o registro formal e dar atenção ao registro hiper-informal, por razões que são óbvias. E ainda: «O professor consciente levará o aluno a tomar consciência das diferenças entre os diversos padrões de linguagem e de sua adequação ao processo. Numa redação, por exemplo, poderá chamar a atenção para a caracterização da personagem através de seu dialeto. Poderá mostrar que cada mensagem exige um tratamento próprio e, nesse tratamento, padrão (ões) de linguagem adequado(s).»

Brian Head, em artigo sobre Variação Lingüística, levanta uma série de conseqüências que surgem a partir dessa propriedade da linguagem e enfatiza a necessidade de o aluno reconhecer as diversas variedades, já que elas existem inevitavelmente, e saber adequar o seu ato de fala à situação e aos seus objetivos. Em suma, qualquer que seja o conceito de padrão para fins pedagógicos, a variação lingüística terá de ser levada em conta e os materiais pedagógicos mais eficientes, resultados da comparação de análises das variedades geográficas e sócio-culturais contemporâneas».

Paulino Vendresen, depois de dissertar a respeito da língua em suas diversificações em variações diacrônicas (dimensão da profundidade) em suas variações geográficas (dimensão da largura), em suas variações sociais (dimensão da altura), aborda a problemática do ensino gramatical da norma culta nos escritores modernos. Aponta como fator de fracasso no ensino de português a sistematização da língua em autores do século XVI — XX, mas teme, por outro lado,

que a escolha do moderno leve a outro erro, já que, na obra literária, são permitidas violações das regras de seleção e de regras de subcategorização estritas que fazem parte da gramática.

A preocupação de um ensino de língua adaptado ao problema da variação também aparece em Donald Bowen que considera de pouca utilidade para o estudante os extremos do grau do formalismo — o íntimo e o oratório. O aluno deve participar de experiências de comunicação as mais diversas. Para isso ele deve aprender a mudar de variantes de grau de formalismo, a adaptar variantes de modo, a ajustar variantes de sintonia a diferentes ouvintes, a diferentes situações e a diferenças no conteúdo da mensagem. Esta deve ser uma parte do seu **treinamento produtivo**.

O componente produtivo no ensino de língua, para Halliday e outros, se baseia na amplitude e uso das diferentes variedades da língua materna. «Por conseguinte, é a amplitude e o uso das diferentes variedades da língua materna, mais do que a real introdução de novos padrões e elementos, que constitui o foco do **ensino lingüístico produtivo**». Esse pretende aumentar os recursos que o aluno já tem, não se preocupando em alterar padrões já adquiridos. Para os autores é necessário que os alunos tenham a seu dispor, «para uso adequado, de maior escala possível de potencialidades de sua língua em todas as diversas situações em que tem necessidade delas».

Em resumo, diríamos que, em relação ao ensino da língua:

1 — É evidente que o aluno deve ter a capacidade de reconhecer diversas variedades lingüísticas. Para que o aluno trave conhecimento com elas, o professor lançará visão de material pedagógico adequado — bons e eficientes livros didáticos. E nós não os temos...

2 — Graus extremos de formalismo — íntimo e oratório — não deveriam ser levados em consideração (nem há necessidade, nem tempo para tal). Mas o uso literário da língua, é claro que em estágio ulterior, deverá ser focalizado pelo professor que, através de textos literários, mostrará que o escritor consegue originalidade selecionando e combinando recursos de língua, nos seus vocábulos e padrões.

3 — A língua, é claro, tem de ser ensinada na escola. E assente em determinada norma que, no entanto, «não pode ser uniforme e

rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação específica». A ênfase num determinado registro depende das condições sócio-econômicas da escola. Se escola de periferia, dar ao aluno condição de elevar-se um registro superior; se de escola de nível médio ou alto, levar o aluno a aperfeiçoar-se no uso mais formal da língua, visto que vai para a escola falando razoavelmente.

Enfim, além de consolidar o desempenho oral do aluno, tornando-o mais rápido, eficiente, flexível, cabe à escola dar-lhe a competência da língua escrita que ele vai ter e que será, com o tempo, desenvolvida, aperfeiçoada, burilada.

BIBLIOGRAFIA

- BOWER, L. Donald. *Da Variação Múltipla do Registro no Ensino do Inglês*. (Apostila)
- BRIGHT, William. *As Dimensões da Sociolinguística*. Sociolinguística 3, Rio de Janeiro, Eldorado, 1947.
- CARVALHO, J.G. Herculano. *Teoria da Linguagem*. Tomo 1, Coimbra, Atlântida Editora, 1973.
- FROENLICH, Paulo A. *O Problema dos Níveis de Fala*. Revista de Cultura Vozes, nº 6, 1971.
- HEARD, Brian. *A Teoria da Linguagem e o Ensino do Vernáculo*. In: *Estudo Lingüísticos*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- LANGACKER, Ronald N. *A Linguagem e sua Estrutura*. 2a. Edição, Petrópolis, Editora Vozes, 1975.
- LESSA, Luís Carlos. *O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- MACIEL, Carlos e Outros. *Português: Treinamento/Criatividade*. Manual do Professor. Belo Horizonte, Editora Vigília, 1974.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Vozes, 1975.
- PRETI, Dino. *Sociolinguística: os Níveis da Fala*. São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1977.
- VANDRESEN, Paulino. *Panorama da Sociolinguística*. In *Revista da Cultura*, Petrópolis, Vozes, nº 8.
- VANOYE, Francis. *Usos da Linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 1979.

Informativo

Remessa de Material para Publicação

A Revista de Estudos de Língua Portuguesa, visando à diversificação e à atualização dos estudos vernáculos, encontra-se à disposição de todos os interessados em publicar seus artigos nessa área. Para tanto, os trabalhos poderão ser encaminhados ao seguinte endereço:

Departamento de Letras Vernículas
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
Av. Antônio Carlos 6627 — Pampulha
30.000 — Belo Horizonte — MG

Mediante algumas condições de natureza formal:

1. Extensão do texto: mínimo de 10 e máximo de 30 laudas datilografadas em espaço 2.
2. As notas referentes ao texto deverão situar-se no final do trabalho.
3. A revisão do texto é de inteira responsabilidade de cada autor.

Desde já, os organizadores agradecem aos leitores por suas eventuais contribuições.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



IMPrensa UNIVERSITARIA

Caixa Postal 1621 — 30.000 Belo Horizonte — Minas Gerais — Brasil

The image features a solid black background with two prominent, parallel white diagonal stripes. The stripes run from the bottom-left towards the top-right, creating a strong sense of movement and contrast. The top stripe is wider and more prominent than the bottom stripe. The overall composition is minimalist and geometric.

LAY OUT - HELOÍSA GODOY RUSSEFF